

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**O ADOLESCENTE AUTOR DE ATO INFRACIONAL:
REDE SOCIAL E RELACIONAMENTO INTERPESSOAL**

Sílvia Neitzel

Vitória

2012

**O ADOLESCENTE AUTOR DE ATO INFRACIONAL:
REDE SOCIAL E RELACIONAMENTO INTERPESSOAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia, sob a orientação do Professor Dr. Agnaldo Garcia.

UFES

Vitória, agosto de 2012

Sílvia Neitzel

**O ADOLESCENTE AUTOR DE ATO INFRACIONAL:
REDE SOCIAL E RELACIONAMENTO INTERPESSOAL**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Aprovada em de agosto de 2012, por:

Prof. Dr. Agnaldo Garcia, UFES

Profª. Drª Célia Regina Rangel Nascimento, UFES

Profª Drª Raquel Ferreira Miranda, UFV

Esta dissertação é dedicada aos adolescentes, inseridos no Sistema Socioeducativo, que ainda desafiam nossas “teorias” e a todos os profissionais dedicados e sérios que nos fazem ouvir os “roncos surdos dessas batalhas”.

AGRADECIMENTOS

A realização deste projeto somente foi possível porque contou com a generosa colaboração de várias pessoas, às quais gostaria de agradecer especialmente:

Agradeço a Deus, força na qual me sustentei durante os momentos mais difíceis dos últimos meses.

Aos professores que contribuíram para minha trajetória profissional, em especial ao professor Agnaldo Garcia pela orientação ao longo deste trabalho. Às professoras Célia Nascimento e Edinete Maria Rosa, a quem devo minha admiração, carinho e respeito por toda colaboração e boa vontade. As professoras Dr^a Célia Regina Rangel Nascimento, UFES e Dr^a Lilia Iêda Chaves Cavalcante, UFPA, por terem aceitado participar desta banca.

À todos os adolescentes que se dispuseram a contribuir e aos profissionais da socioeducação que vêm contribuindo para meu crescimento e aprendizagem. Em especial, Ângela Emmerich e Fernanda Rubim, modelos de seriedade e profissionalismo. Aos profissionais do Programa de L.A que abriram as portas, me receberam prontamente e colaboraram sem restrição com a realização desta pesquisa.

À amiga Danielly Bart pela parceria, generosa colaboração, horas despendidas e sobretudo, aos ombros e ouvidos, fundamentais nos momentos de desabafo.

À amiga Grace Rangel, generosa e solidária sempre que precisei.

Aos amigos, e companheiros de trabalho nos últimos meses, Gustavo Badaró e Aline Nunes, por compreenderem o meu desespero nesses momentos finais.

Ao meu marido, Ataniê, pela generosidade, compreensão e incentivo quando a automotivação já não era suficiente e por me auxiliar a encontrar a leveza e a beleza das coisas mais simples, me fazendo lembrar que na vida há mais do que preocupações e seriedade.

Aos meus pais pelos minutos de sabedoria, paciência, aceitação e resignação diante das impossibilidades cotidianas. Valores preciosos ensinados ao longo da vida.

Aos demais familiares, irmãos, irmãs, sobrinhos e sobrinhas, que estiveram presentes, mesmo que eu estivesse fisicamente longe e que compreenderam, sem questionar minhas ausências e irritação e, sobretudo, aceitaram sem vacilar, colaboraram e cumpriram bravamente com os cuidados nos quais eu não estive presente.

Agradeço também à CAPES que viabilizou esta pesquisa.

A todos, muito obrigada.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
1.1. OBJETIVOS	14
2. REVISÃO DE LITERATURA	16
2.1. O ATO INFRACIONAL	16
2.2. RELACIONAMENTOS: UMA PERSPECTIVA DIALÉTICA – ROBERT HINDE	28
2.3. ATO INFRACIONAL E RELACIONAMENTOS.....	31
3. METODOLOGIA.....	35
3.1. PARTICIPANTES.....	37
3.2. PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS.....	39
3.3. INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	40
3.4. PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS.....	46
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	48
4.1. CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES: HISTÓRIAS PESSOAIS E CONFIGURAÇÃO DAS REDES SOCIAIS.....	48
4.2. DIMENSÕES DO RELACIONAMENTO INTERPESSOAL: PERCEPÇÃO INTERPESSOAL SOBRE O ATO INFRACIONAL.....	84
4.3. DIMENSÕES DO RELACIONAMENTO INTERPESSOAL: SIMILARIDADE E RECIPROCIDADE, CONFIANÇA, COMUNICAÇÃO, CONFLITO INTERPESSOAL E SATISFAÇÃO.....	95
4.4. DIMENSÕES DO RELACIONAMENTO INTERPESSOAL: PROJETO DE VIDA E FATORES DE PROTEÇÃO.....	98

4.5. RELACIONAMENTO INTERPESSOAL E ESTRUTURA SOCIOCULTURAL.....	106
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES.....	112
REFERÊNCIAS.....	117
ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	127
ANEXO B – ECOMAPA.....	129
ANEXO C – GENOGRAMA.....	130

RESUMO

A violência tem sido objeto de diversos estudos atualmente. Não é rara a associação entre juventude, criminalidade e violência veiculada diariamente nas mídias que buscam influenciar a opinião da sociedade brasileira. Entretanto, a literatura aponta que os adolescentes e jovens são muito mais vítimas de atos violentos do que algozes. O objetivo deste estudo é compreender a configuração das redes sociais e as características dos relacionamentos interpessoais dentro das redes de adolescentes autores de ato infracional, que estão em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto (liberdade assistida), no município de Vila Velha- ES. Participaram deste estudo dez adolescentes, com idades entre 15 e 18 anos. Entre os principais resultados, se observa que os adolescentes relacionavam-se tanto com pessoas envolvidas em ações criminosas quanto com pessoas não envolvidas. As redes sociais apresentavam um número pequeno de participantes, porém havia poucos relacionamentos conflituosos e estressores. Ficou evidenciado que os adolescentes não estavam inseridos em outras políticas públicas, além do local de cumprimento da medida socioeducativa “a casa amarela” que foi representada por dois participantes como participantes em suas redes. Nenhum adolescente estava frequentando a escola no momento do cometimento do ato infracional e não a incluiu como participante de sua vida no presente, embora tenham declarado interesse em retomar os estudos. Quanto às dimensões do relacionamento interpessoal os adolescentes relataram uma distinção clara entre os amigos e colegas. Amigos se referem, em geral, aos sujeitos não envolvidos em ações ligadas ao crime e com os quais são relatadas maiores similaridades, confiança e reciprocidade nos sentimentos. Já os colegas são, em geral, sujeitos envolvidos em práticas infracionais, a relação é afetivamente distante, não há confiança e reciprocidade nas relações. Os adolescentes relacionavam-se tanto com a família nuclear quanto extensa. Nessas relações são percebidas reciprocidade e confiança, apesar de serem relatadas menos similaridades com familiares do que com os amigos. Nenhum profissional que lhes assistia no cumprimento da medida socioeducativa foi espontaneamente citado como participante de sua rede. Para a amostra, possuir relacionamentos afetivamente significativos com pessoas não envolvidas em atividades criminosas funciona como um mecanismo de proteção ao cometimento de atos infracionais e contribui para o rompimento com as práticas criminosas.

Palavras-chave: Adolescentes, Ato Infracional, Redes Sociais, Relacionamento Interpessoal.

ABSTRACT

Violence has been the subject of several studies in recent times. It is not rare the association between youth, crime and violence daily on the media seeking to influence the opinion of Brazilian society. However, the literature indicates that adolescents and young people are more frequently victims than perpetrators of violence. The objective of this study is to understand the configuration of social networks and the characteristics of interpersonal relationships within networks of adolescent authors of infraction, which are under socio-educational measures in open environment (supervised freedom) in the municipality of Vila Velha, ES. The sample included ten adolescents aged between 15 and 18 years old. Among the main results, we observe that the teenagers were related to both people involved and not involved in criminal activities. Social networks had a small number of participants, but there were few conflicting and stressful relationships. It was demonstrated that adolescents were not included in other policies beyond the place they comply with the socio-educational measure, or the "yellow house" which was represented by two participants as participating in their networks. No teen was attending school at the time of committing the offense and school was not included as participating in his/her life at present, although declaring interest in resuming his/her studies. Concerning interpersonal relationships, adolescents reported a clear distinction between friends and colleagues. Friends refer usually to subjects not involved in actions related to crime and with whom they report the highest similarity, trust and reciprocity in feelings. On the other hand, colleagues usually are involved in infractions, the relationship is emotionally distant, and no trust and reciprocity are present in the relationship. The adolescents were related to both the nuclear and extended family. In these relationships they perceived reciprocity and trust, although they reported fewer similarities with family than with friends. No professional helping them in the compliance with socio-educational measure is quoted as part of their networks. For participants, having emotionally meaningful relationships with people not involved in criminal activity serves as a protection mechanism against committing illegal acts and contributes to leave behind criminal practices.

Keywords: Adolescents, Breaking Act, Social Networking, Interpersonal Relationships.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo da pesquisa cujos resultados são apresentados nesta dissertação foi compreender a configuração das redes sociais e as características dos relacionamentos interpessoais dentro das redes de adolescentes autores de ato infracional, que estão em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, Liberdade Assistida (L.A.), no município de Vila Velha- ES.

Nosso interesse deriva-se da atuação, como Psicóloga, em uma Unidade de Execução de Medida Socioeducativa de Semiliberdade que se deu nos anos de 2009 e 2010. Neste contexto inquieta-nos a forma como o adolescente autor de ato infracional é visto em nossa sociedade. Por vezes, a fala de diversos especialistas, juristas (advogados, promotores, defensores públicos e juízes), assistentes sociais, psiquiatras e psicólogos ofuscam o que os próprios adolescentes têm a dizer sobre sua vida e o ato infracional praticado.

Bem como, a partir desta compreensão, vislumbrar quais as possibilidades de configurações desta rede social que podem ser fatores de proteção/suporte ou risco social. Assim, a partir dos relatos presentes em suas narrativas, buscamos compreender a configuração de suas redes sociais: com quem se relacionam; em quais locais se dão estes relacionamentos; com que frequência e duração e quais as atividades que desenvolvem com as pessoas significativas em suas redes. A partir destas informações buscamos entender como as interações podem ter impacto na prática de atos infracionais e que

possibilitem o rompimento com o ciclo da criminalidade presente em suas vidas.

No Brasil, há atualmente legislação específica que trata das questões pertinentes a crianças e adolescentes em geral, tanto os que demandam uma medida de proteção especial quanto aqueles aos quais são necessárias medidas sancionatórias ou socioeducativas. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado no Brasil em 1990, considera que adolescente é a pessoa entre 12 e 18 anos. Baseia-se na chamada Doutrina da Proteção Integral e preconiza em seu Art. 3 que à criança e ao adolescente são garantidas todas as oportunidades e facilidades a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social em condições de liberdade e de dignidade. Em seu Art. 4 explicita que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar com absoluta prioridade a efetivação dos seus direitos fundamentais. Ainda no Art.103, considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal e são penalmente inimputáveis e ficam sujeitos a esta lei os menores de dezoito anos (Brasil, Lei n. 8069, 13/07/1990).

Avanço importante que verificamos no Brasil, no que se refere às sanções por prática de ato infracional, diz respeito ao seu caráter sociopedagógico que deve prevalecer sobre os aspectos meramente punitivos, conferindo tratamento médico e psicológico quando se julgar necessário, ação educativa baseada em princípios de envolvimento social e comunitário, participação familiar no processo educativo e projeto pedagógico que leve em consideração a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento dos

adolescentes que se encontrarem nessa condição. Esta regulamentação específica encontra-se detalhada em documento oficial do governo brasileiro intitulado SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - concluído em 2006 (Rosa, Júnior & Rangel, 2007).

Apesar de haver legislação específica, SINASE regulamentada pela Lei 12.954/12, e grande interesse por parte dos profissionais que atuam nesta área em criar novas formas de atuação, temos alcançado um desenvolvimento teórico ainda incipiente e pouco consistente para embasar as práticas com este público, especificamente a escuta e a atuação de forma mais eficaz. Dito isto, esta pesquisa justifica-se pela importância em estudar e compreender os mecanismos envolvidos na conduta infracional de adolescentes e vislumbrar quais são as possibilidades de interações que viabilizam e fortalecem a criação de um novo projeto de vida, no qual o ato infracional não seja o principal componente, aspectos sobre os quais deveriam recorrer às atuações profissionais. Visto que, ações concretas que contribuam para inserção ou reinserção social e comunitária do adolescente e de sua família ainda são incipientes e sofrem com a falta de recursos humanos e financeiros, bem como com a falta de procedimentos que possibilitem e viabilizem, a atuação adequada dos serviços e a efetividade das políticas públicas que atendem esse público específico; ressaltamos o intuito de que os dados que serão aqui disponibilizados possam fomentar a adoção de políticas públicas mais condizentes com a real necessidade de intervenção, bem como auxiliar o desenvolvimento de novas práticas profissionais.

Porém, sabemos que nossa investigação não conseguirá abranger todas as variáveis envolvidas nessa questão, mas trará elementos que nos permitirão compreender melhor os pontos que são passíveis de nossa intervenção.

Dessa forma, esta dissertação compreende em sua revisão de literatura dados a cerca da prática infracional no Brasil, revisa estudos recentes sobre o ato infracional, caracteriza as medidas socioeducativas no Brasil e como estão configuradas no Município de Vila Velha – ES, onde foi realizada a coleta de dados e ainda descreve a perspectiva do relacionamento interpessoal segundo Robert A. Hinde, autor que norteará a análise dos dados obtidos neste estudo.

Após a revisão de literatura encontra-se descrita a metodologia que será adotada com a descrição dos participantes, dos instrumentos utilizados na coleta e na análise de dados.

1.1 OBJETIVOS

O objetivo da presente pesquisa foi compreender a configuração das redes sociais e as características dos relacionamentos interpessoais dentro das redes de adolescentes autores de ato infracional, que estão em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto (Liberdade Assistida), no município de Vila Velha - ES.

Os objetivos específicos foram os seguintes:

- a) Compreender a configuração das redes sociais de adolescentes autores de ato infracional;
- b) Compreender as características dos relacionamentos interpessoais

dentro das redes de adolescentes autores de ato infracional;

c) Compreender o impacto das relações interpessoais na prática de atos infracionais;

d) Compreender quais as configurações que podem ser fatores de risco social;

e) Analisar quais os mecanismos presentes nas redes sociais que possibilitam a construção de um novo projeto de vida;

f) Analisar quais os mecanismos que possibilitam o rompimento com o ciclo da criminalidade.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 O ATO INFRACIONAL

Historicamente a adolescência foi considerada e caracterizada como uma fase natural, problemática e marcada por um período de agitação, tensão e turbulência, na qual emergem e se desenvolvem características diversas às da infância, sobretudo as características sexuais (Menandro & Trindade, 2009).

Seguindo o mesmo raciocínio, a delinquência juvenil foi tratada e entendida como conseqüência de um defeito ou um desvio no processo de socialização. Assim, o desvio passa a ser considerado como tudo aquilo que é diferente do esperado, e é resultado de uma disfunção na socialização do indivíduo, mas, entendido dessa forma, não se questiona que esse “desvio” possa ser produzido pelas condições sociais vigentes (Menandro & Trindade, 2009).

De forma semelhante, não é rara a associação entre adolescência/juventude e criminalidade. Conforme explicitado por Adorno, Bordini, e Lima (1999), esta associação não é exclusiva de sociedades com grandes desigualdades sociais e econômicas, mas se faz presente até mesmo em regiões nas quais os indicadores de desenvolvimento humano apresentam índices elevados. Adorno Bordini e Lima (1999) ressaltam ainda que, dependendo das condições sociais e históricas, essa associação tem contornos mais dramáticos. Apesar de ser ascendente o número de adolescentes vitimizados pela violência, conforme aponta Waiselfisz (2012),

parece haver uma grande preocupação com o envolvimento crescente de adolescentes e jovens com atos infracionais. Adorno (2002) aponta ainda que esta tendência do Brasil de incremento da violência segue uma tendência visualizada mundialmente.

Nesse ínterim, é notório ressaltar como vemos em Rosa, Júnior e Rangel (2007), que somente em 1990, influenciado pelas normativas internacionais e consoante com o artigo 227 da Constituição Federal de 1988, é que o atendimento às crianças e adolescentes no Brasil foi redirecionado, a partir da Lei n. 8069, de 13 de julho de 1990, que ficou conhecida como o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECRID.

Sob esse referencial, o ECRID em seu Artigo 103 considera o ato infracional conduta praticada por um adolescente e descrita como crime ou contravenção penal, tendo como referência principal o código penal brasileiro, segundo o qual o crime é considerado como toda ação ou omissão, típica, antijurídica e culpável (Silva, 2007). Podemos ampliar esse conceito ao considerar como ato infracional a conduta contrária à lei vigente e que causa dano ou lesão a outrem, seja dano físico, material ou psicológico.

O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece as medidas sancionatórias aplicáveis somente aos adolescentes, caso seja verificada a prática infracional, uma vez que às crianças somente são aplicáveis as medidas de proteção previstas no Artigo 105 (Rosa, Júnior & Rangel. 2007).

No Artigo 112 são elencadas as medidas socioeducativas aplicáveis, quando da prática infracional:

“Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

I - advertência;

II - obrigação de reparar o dano;

III - prestação de serviços à comunidade;

IV - liberdade assistida;

V - inserção em regime de semi-liberdade;

VI - internação em estabelecimento educacional;

VII - qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI.”

A medida de Advertência (Art. 115) implica em admoestação verbal, reduzida a termo e assinada. Deve ser aplicada pela autoridade competente ao adolescente e/ou aos seus pais ou responsáveis (Brasil, Lei n. 8069, 13/07/1990).

A medida de Obrigação de Reparar o Dano (Art. 116) implica, em “se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, que a autoridade possa determinar, se for o caso, que o adolescente restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano, ou, por outra forma, compense o prejuízo da vítima”. (Brasil, Lei n. 8069, 13/07/1990).

A medida de Prestação de Serviços à Comunidade (Art. 117) consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais. No parágrafo único deste artigo ressalta-se que as tarefas

devem ser atribuídas conforme as aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas durante jornada máxima de oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a freqüência à escola ou à jornada normal de trabalho (Brasil, Lei n. 8069, 13/07/1990).

A medida de Liberdade Assistida (Art. 118) deve ser adotada quando se figurar como a mais adequada. Segundo Rosa, Júnior e Rangel (2007), essa medida tem por objetivo criar condições adequadas para reforçar os vínculos entre os socioeducandos, seu grupo de convivência e a sua comunidade.

Ainda sobre esta medida o Art. 118 dispõe que a autoridade designará pessoa capacitada para acompanhar o caso, a qual poderá ser recomendada por entidade ou programa de atendimento. No Art. 119 estabelece que cabe ao orientador, com o apoio e a supervisão da autoridade competente, promover socialmente o adolescente e sua família, fornecendo-lhes orientação e inserindo-os, se necessário, em programa oficial ou comunitário de auxílio e assistência social; supervisionar a freqüência e o aproveitamento escolar do adolescente, promovendo, inclusive, sua matrícula; diligenciar no sentido da profissionalização do adolescente e de sua inserção no mercado de trabalho e apresentar relatório do caso (Brasil, Lei n. 8069, 13/07/1990).

Neste estudo, focalizamos a medida de L.A no município de Vila Velha, ES. O Município de Vila Velha está localizado a 5 km da capital, Vitória e segundo dados do censo do IBGE no ano de 2010, tem uma população total de 393.941 habitantes. No momento da coleta de dados, a instituição que executava a medida de L.A. no município era a Casa Presença e Vida, cuja instituição mantenedora era a Cáritas Arquidiocesana de Vitória.

Em julho de 2011, 132 adolescentes cumpriam essa medida, dos quais 127 eram do sexo masculino e cinco do sexo feminino. A maior incidência estava na faixa dos 15 aos 17 anos, segundo dados fornecidos pela instituição executora.

A medida de L.A. no município de Vila Velha foi executada por meio de parceria público-privado, que oferecia aos adolescentes atendimento psicológico, social e pedagógico, além de cursos e oficinas. Após audiência no Juizado da Infância e Juventude de Vila Velha, os adolescentes e seus familiares, aos quais foi atribuída a medida socioeducativa de L.A., eram direcionados ao Centro Especializado de Referência da Assistência Social do Município – CREAS, onde recebiam as orientações gerais acerca da medida. Posteriormente eram encaminhados à instituição, para o efetivo cumprimento da medida, que é determinado, segundo o ECRIAD, por no mínimo seis meses. A Casa era responsável por acompanhar o adolescente durante esse período, enviando periodicamente relatórios aos Juizados, os quais subsidiariam a avaliação do cumprimento da medida e sua possível extinção.

Atualmente o convênio entre a instituição e o Governo do Estado do Espírito Santo através do Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo (IASSES) foi encerrado e a medida socioeducativa de L.A. do município passou a ser executada diretamente pelo CREAS.

O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece, além das medidas mencionadas anteriormente, os regimes de semiliberdade e internação. Sobre o regime de semiliberdade, o Art. 120 esclarece que este pode ser determinado desde o início ou como forma de transição para o meio aberto. Essa medida

possibilitada a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial. No parágrafo primeiro estabelece que “são obrigatórias a escolarização e a profissionalização, devendo, sempre que possível, ser utilizados os recursos existentes na comunidade”. No parágrafo segundo, orienta ainda que a medida não comporta prazo determinado aplicando-se, no que couber, as disposições relativas à internação (Brasil, Lei n. 8069, 13/07/1990).

A medida de internação (Art. 121 a 125 do ECRIAD) constitui medida privativa da liberdade sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Nessa medida serão permitidas a realização de atividades externas, a critério da equipe técnica da entidade, salvo expressa determinação judicial em contrário. É uma medida que também não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses. Porém, em seu parágrafo terceiro ressalta que em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a três anos, mas que atingindo esse limite o adolescente deverá ser liberado, colocado em regime de semiliberdade ou de L.A.. Nessa medida, como expresso no parágrafo quinto, a liberação será compulsória aos vinte e um anos de idade (Brasil, Lei n. 8069, 13/07/1990).

O ECRIAD, em seu Art. 122, estabelece ainda que a medida de internação é medida excepcional e só poderá ser aplicada quando:

“I - tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa;

- II - por reiteração no cometimento de outras infrações graves;
- III - por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta”.

Ressalta-se ainda, no Art. 123, que a internação deverá ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes, em local distinto daquele destinado ao abrigo¹, obedecida rigorosa separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração. Durante o período de internação, inclusive provisória, serão obrigatórias atividades pedagógicas (Brasil, Lei n. 8069, 13/07/1990)

O Art. 124 estabelece os direitos do adolescente privado de liberdade, que são: entrevistar-se pessoalmente com o representante do Ministério Público; peticionar diretamente a qualquer autoridade; avistar-se reservadamente com seu defensor; ser informado de sua situação processual, sempre que solicitada; ser tratado com respeito e dignidade; permanecer internado na mesma localidade ou naquela mais próxima ao domicílio de seus pais ou responsável; receber visitas, ao menos, semanalmente; corresponder-se com seus familiares e amigos; ter acesso aos objetos necessários à higiene e asseio pessoal; habitar alojamento em condições adequadas de higiene e salubridade; receber escolarização e profissionalização; realizar atividades culturais, esportivas e de lazer; ter acesso aos meios de comunicação social; receber assistência religiosa, segundo a sua crença, e desde que assim o deseje; manter a posse de seus objetos pessoais e dispor de local seguro para guardá-los, recebendo comprovante daqueles porventura depositados em

¹ O termo “abrigo” consta na Lei n. 8069 de 13/07/1990 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e foi substituído pelo termo “acolhimento institucional” na redação da Lei n. 12.010 de 03/08/2009 que dispõe sobre a Lei da Adoção.

poder da entidade; e receber, quando de sua desinternação, os documentos pessoais indispensáveis à vida em sociedade (Brasil, Lei n. 8069, 13/07/1990).

Sobre a internação, o Art. 125 dispõe que é dever do Estado zelar pela integridade física e mental dos internos, cabendo-lhe adotar as medidas adequadas de contenção e segurança (Brasil, Lei n. 8069, 13/07/1990).

As medidas socioeducativas iniciam uma nova concepção de responsabilização, norteadas pelo marco teórico dos Direitos Humanos, através da vertente da doutrina da proteção integral. Assim, o ECRID altera os propósitos das medidas conferindo-lhes o caráter de oportunizar aos indivíduos a elas submetidas, inclusão social e reestruturação de valores. Espera-se que sejam propiciadas situações de inserção ou reinserção nas políticas sociais básicas, tornando possíveis que os adolescentes tenham outras possibilidades que não a delinquência (Rosa, Júnior & Rangel, 2007).

Em nossa revisão teórica sobre o tema ato infracional, nas publicações científicas em psicologia, na última década, ficou evidenciado que variados referenciais teóricos são utilizados para tratar o tema do adolescente em conflito com a lei, buscando compreender os possíveis mecanismos envolvidos na prática transgressora.

Em seu trabalho, Oliveira e Vieira (2006) retomam estudos de Cardia (1999), apresentando indicativos que entre os adolescentes autores de ato infracional a satisfação das necessidades básicas não é determinante da criminalidade, mas sim a aquisição de bens não essenciais do ponto de vista da ordem da necessidade, no entanto fundamentais do ponto de vista de uma ordem social consumista, na qual os sujeitos são julgados pelo seu poder de

compra. Segundo estes estudos os adolescentes adquirem e partilham bens que expressam poder, posse e consumismo. De acordo com as autoras, a auto-imagem e a identidade contemporâneas são caracterizadas por uma identidade de consumo.

Castro e Guareschi (2008) sugerem que, ao cometerem um delito, estes adolescentes passam a ser sujeitos de garantias e de direitos, fato que sua condição anterior não lhes permitia, passando a ter então uma identidade social. Em sua maioria, os adolescentes atendidos em programas de execução de medidas socioeducativas no Brasil, são inseridos nesses programas em condições de inserção social e econômica aquém das almejadas por nossa sociedade. Durante a execução da medida esses adolescentes recebem atendimentos à saúde, são incluídos em programas de atendimento à drogadição, tem acesso à escolarização e profissionalização, programas de esportes, cultura e lazer. Rubim (2008) acrescenta ainda que, nesse ponto, localiza-se uma das incoerências proporcionadas a partir da inserção do adolescente na rede de medidas socioeducativas: a maioria só tem acesso a atividades culturais e de lazer, como também a direitos básicos, como saúde, educação e alimentação após o cometimento de um ato infracional. São direitos fundamentais, previstos na constituição federal de 1988 em seu Art. 227, que lhes são negados, bem como a possibilidade de escolha em relação à vida, não relacionada à infração e, conseqüentemente, à certeza de que irão morrer prematuramente.

Isso posto, tem-se que o ato infracional pode ser uma tentativa do adolescente de pertencer ao sistema social dominante. Assim, o ato infracional

é considerado como um mecanismo através do qual o adolescente busca atribuir um sentido para a sua própria existência e buscar sua inclusão social (Castro & Guareschi, 2008).

Vemos ainda que a prática do ato infracional é favorecida por situações como a não efetivação da cidadania, as condições materiais de pobreza, as trajetórias marcadas pela exclusão econômica e as privações materiais, uma vez que o delito reflete a busca de reconhecimento social por parte do sujeito, mesmo que por vias contrárias a ordem social vigente (Castro & Guareschi 2008).

Estudo como o realizado por Feijó e Assis (2004), que entrevistaram 61 jovens autores de infração em cumprimento de medida socioeducativa de internação ou semiliberdade no Rio de Janeiro e em Recife, indica as vulnerabilidades as quais as famílias estavam sujeitas e as possíveis relações destas vulnerabilidades com o contexto de infração. Segundo esse estudo, quanto à estrutura, a maioria dos entrevistados provém de famílias divididas, cujos genitores não residem juntos. Em 37,7 % dos casos a figura paterna foi detectada como ausente. Diversas vulnerabilidades são identificadas nas famílias desse estudo, como a desqualificação para o trabalho, desemprego, instabilidade ocupacional, baixo nível de escolaridade, analfabetismo, ausência do pai, ausência da mãe e dificuldade do jovem com a família (p. 163).

Feijó e Assis (2004) relatam ainda o arranjo familiar como um dos fatores que influenciam o adolescente em sua trajetória de transgressão às leis, visto que das famílias pesquisadas havia um número significativo de familiares também envolvidos com esse tipo de conduta e muitos casos de violência

intrafamiliar, que segundo os autores, são modelos apreendidos pelos jovens e passados adiante em seus relacionamentos (p. 164). Consideramos que estes arranjos também refletem e contextualizam as vulnerabilidades nas quais as famílias estão inseridas.

Paralelamente ao sistema familiar, tem-se o sistema composto pelas redes de relacionamento social que englobam outras instâncias, participantes ativos na constituição psicossocial dos sujeitos. São instituições como a escola, a vizinhança, a igreja, o sistema de justiça, os serviços de saúde, entre outros. (Branco, Wagner & Demarchi, 2008). O jovem necessita estar inserido na ordem social vigente e, para isso, precisa de condições socioeconômicas que o tornem capaz de ascender a todos os bens e mecanismos de satisfação, tanto das necessidades materiais quanto relacionadas à cultura, lazer, educação e saúde. Inserção social e econômica, nesse contexto, torna-se sinônimo de disposição para consumir.

No que se refere ao uso de drogas e sua associação com o crime, o ato infracional tem sido atrelado ao consumo de drogas ilícitas por parte dos jovens. Em estudo realizado por Pereira e Sudbrack (2008), os jovens pesquisados atribuíram às drogas o sentido de busca de prazer e encorajamento para o cometimento de transgressões. Porém, nota-se que o uso de drogas não se apresenta de modo isolado do contexto social, mas vinculado, quase indissociavelmente a situações tanto de pobreza quanto de vulnerabilidade social. A condição sócio-demográfica também pode ser determinante para que alguns adolescentes fiquem mais expostos à violência, estejam mais propícios ao uso de drogas e quase que simultaneamente ao

envolvimento com atos infracionais. Às drogas atribuem-se dois sentidos, representando uma saída para lidar com os conflitos familiares e também um encorajamento. As drogas podem oferecer momentos de prazer, uma ideia de liberdade, poder e coragem (Penso & Sudbrack 2004; Andreatta & Oliveira 2008; Martins & Pillon 2008; Pereira & Sudbrack, 2008)

Vemos ainda que na literatura produzida no Brasil na última década, temos em menor número, estudos sobre as redes sociais às quais o adolescente pertence. Seus círculos de amizades ou contatos sociais tanto na comunidade quanto na vizinhança, escola ou outros grupos, são considerados fundamentais e acabam por definir sua conduta infracional, uma vez que, para o adolescente, estar inserido em um grupo e ser aceito por seus pares é fundamental ao seu desenvolvimento (Branco, Wagner & Demarchi 2008; Branco & Wagner, 2009).

No que tange aos estudos sobre fatores de risco e de proteção temos estudos como os realizados por Webster-Stratton (1998), Rutter (1985), Newcomb *et al.* (1986), Jessor (1991), Jessor *et al.* (1995), que ressaltam que os fatores de risco referem-se a condições ou variáveis que estão associados a possibilidade de ocorrência de resultados negativos ou mesmo indesejados, que podem comprometer o desempenho social ou o bem-estar do indivíduo.

Ainda sobre os fatores de proteção, Schenker e Minayo (2004) ressaltam que os estudos sobre este tema atualmente tem apontado o processo de formação da *resiliência*, buscando enfatizar os elementos positivos que levam um indivíduo a superar as adversidades. De acordo com os autores esse novo paradigma leva a acreditar que é possível, por meio de ações e programas,

promover o bem-estar do adolescente, atuando no fortalecimento e no desenvolvimento de habilidades pessoais e sociais.

Cabe salientar que os fatores de proteção são aqueles que modificam ou alteram uma resposta pessoal para algum risco ambiental que predisporia a um resultado mal adaptado. Ainda assim, no contexto socioeducativo há um grande contingente de adolescentes que foram ou estão expostos a uma série de fatores de risco, mas são socialmente adaptados. Nesse caso pode-se dizer que os fatores de proteção, estudados em termos de resiliência, estão atuando na determinação dos comportamentos.

2.2 RELACIONAMENTOS: UMA PERSPECTIVA DIALÉTICA – ROBERT HINDE

Robert Hinde, ao longo de suas obras, apresenta uma teoria abrangente e consistente como a base para o entendimento dos relacionamentos interpessoais. Para Hinde, os relacionamentos são compostos por trocas (dar e receber) constantes (Hinde, 1997). Embora não haja na obra de Hinde investigações específicas sobre o tema ato infracional, seu arcabouço teórico nos permite compreender os aspectos relevantes das redes de relações interpessoais e que serão úteis para o nosso estudo sobre as redes de relacionamento interpessoal de adolescentes autores de ato infracional.

Hinde (1997) considera em sua teoria os aspectos biológicos e sociais relevantes que seriam capazes de modificar o comportamento dos indivíduos nos ambientes em que vivem. Estes aspectos são elencados em níveis de

complexidade social: processos psicológicos, comportamento individual, interações, relacionamentos, grupos sociais e sociedades. Além destes níveis, ainda considera o ambiente físico e a estrutura sociocultural, todos mantendo relações dialéticas entre si. Segundo ele os níveis se tornam cada vez mais complexos e estão ordenados de forma crescente. Assim, uma série de interações entre os indivíduos dá origem a um relacionamento que, por sua vez, servem de base para a formação de redes de relacionamento ou grupos. A estrutura sociocultural inclui crenças e costumes. Diversos aspectos são investigados nos relacionamentos, como o padrão e a diversidade das interações, a reciprocidade e a complementaridade, a intimidade e a auto-revelação, a confiança e a percepção interpessoal. Vale ressaltar que para o referido autor o relacionamento é entendido como um processo dinâmico e dialético.

Entre outros aspectos, Hinde (1997) indica o conflito e o poder como elementos que afetam os relacionamentos, sem conotação de destrutividade, mas podem contribuir para os relacionamentos. Para Hinde (1997) é importante focalizar a maneira como as interações acontecem e os relacionamentos são influenciados por fatores externos como as pressões sociais e culturais e também pela experiência dos participantes.

O autor considera também a dimensão temporal ao caracterizar os relacionamentos em termos de ciclo de existência, início, desenvolvimento, manutenção e declínio. Porém, não há marcadores literais que delimitem estas fases.

Observamos também que Hinde (1997), com base na literatura da área, reconhece em oito dimensões de análise tradicionalmente investigadas na área de pesquisa sobre relações interpessoais, as quais envolvem aspectos sociais, cognitivos e afetivos. Dessa maneira, estas dimensões estão relacionadas ao estudo das interações que compõem o relacionamento, como conteúdo, diversidade e qualidade das interações e também quanto à sua frequência. Além destas, ainda propõe dimensões como complementaridade e reciprocidade, intimidade, percepção interpessoal e compromisso como relevantes para o estudo das relações interpessoais.

Segundo Hinde (1997) a percepção pessoal se refere à imagem criada pelo participante do relacionamento sobre si mesmo, sobre seus sentimentos, sobre o outro, sobre os sentimentos do outro e sobre o relacionamento de um modo geral.

As similaridades e as diferenças entre os sujeitos que interagem em um relacionamento podem provocar tanto efeitos positivos quanto negativos. As similaridades promovem a crença no futuro do relacionamento e fortalecem o processo de comunicação, reduzindo a possibilidade de conflito e aumentando o grau de satisfação no relacionamento.

As diferenças atuam de maneira oposta, mas se forem entendidas como intercâmbio de ideias podem possibilitar o desenvolvimento de novas habilidades e conhecimento. Para Hinde (1997), a maneira como o indivíduo percebe a si e o relacionamento, bem como as pressões sociais e culturais direcionam o modo de agir em diferentes relacionamentos. De acordo com o autor, essas variáveis mudam conforme o contexto no qual os relacionamentos

estão inseridos. Ressalta-se ainda, que os relacionamentos podem ser tanto recíprocos quanto complementares e em certa medida, tanto a complementaridade quanto a reciprocidade estão presentes.

Em nosso estudo analisaremos como estão configurados os relacionamentos interpessoais dos adolescentes que cumprem a medida socioeducativa de L.A.. Considerar-se-á que a rede de apoio e proteção refere-se à rede social destes adolescentes, que engloba todos os relacionamentos apontados como afetivamente significativos e positivos.

2.3. ATO INFRAACIONAL E RELACIONAMENTOS

Ao analisar os modos de relacionar-se de jovens autores de ato infracional em Belo Horizonte - MG, Rubim (2008) constata que os relacionamentos desses jovens são marcados por uma sociabilidade que tem na violência sua forma de expressão. A autora retrata ainda o modo de relacionar-se vinculado à lógica presente na criminalidade baseada na “correria” e na “atividade”. Ou seja, é preciso estar constantemente atento, suspeitar de tudo, não confiar em ninguém e agir.

Sobre o modo de relacionar-se baseado na lei do crime, Aranzedo (2006), aponta que esta comporta normas e padrões rígidos regulando a vida tanto daqueles que estão vinculados a ações criminosas quanto dos que ingressaram nas unidades de cumprimento de medida socioeducativa. Assim, vinculados a rigidez destas normas os adolescentes podem não perceber

outras formas de ser e agir, mesmo que isso implique no cometimento de uma infração grave.

Nesses estudos os conflitos interpessoais não se traduzem a meros desentendimentos, mas iniciam verdadeiras “guerras”. Conforme aponta Rubim (2008), não é raro que as guerras sejam pagas com a vida daqueles que descumprem as leis do crime. Entre os sujeitos vinculados ao crime os conflitos podem ser decorrentes de desavenças e traições, marcando relações frágeis e de desconfiança.

No estudo realizado por Aranzedo (2006), entrevistando dez adolescentes autores de crime de homicídio, verifica-se que os participantes demonstraram arrependimento pelo ato praticado, refletindo sobre a gravidade do ato e o dano causado às vítimas, contestando dados de estudos anteriores que supõem que os adolescentes autores de ato infracional não demonstram arrependimento ou avaliam as conseqüências de seus atos. O mesmo autor, relata que em seu estudo os entrevistados diziam valorizar sua vida e de familiares próximos, colocando a mãe em primeiro lugar numa escala de valores.

Ressalta-se ainda que 60% dos atos infracionais foram cometidos na presença de outras pessoas como amigos, vizinhos e irmãos, sendo possível perceber que há vínculos difusos e esporádicos que também se revelam no cometimento do delito, mas que não se restringem a ele, conforme apontam dados do ILANUD (2002).

Oliveira (2002) analisa os relacionamentos de seus participantes no grupo de colegas. A influência dos colegas é relatada como prejudicial em

alguns casos, uma vez que os adolescentes atribuem a estes a responsabilidade sobre o ato infracional praticado, referindo-se a influência dos colegas sobre seus atos. Segundo a autora as regras de relacionamento nesses grupos de pares obedecem a padrões rígidos que por um lado geram coesão e cumplicidade, mas por outro colocam em risco até mesmo a vida dos jovens e em algumas vezes geram uma coação que os impele a assumir crimes não praticados.

O papel dos pares no cometimento de atos infracionais também é analisado por estudos como Branco, Wagner e Demarchi, (2007); Davis, Tang e Ko, 2004, que em seu estudo evidenciam que os adolescentes por eles entrevistados atribuíram aos colegas a responsabilidade por lhes influenciaram na iniciativa de práticas delituosas e também na iniciação ao uso de drogas. Os autores relatam ainda que os sujeitos entrevistados demonstraram ressentimento com esses amigos por não terem lhes prestado apoio após a apreensão. Ainda sobre a participação dos pares Santos (2007) aponta que constitui fator de risco, combinado a outros fatores, ao cometimento de atos infracionais a companhia constante de colegas com vivência de rua.

Cardia (1999) aponta que o relacionamento dos pais com os filhos é um dos aspectos importantes para a questão da violência tanto no cometimento de atos infracionais, por ela chamado, delito, quanto nas relações interpessoais. Para a autora essa relação entre pais e filhos pode impedir o cometimento de atos infracionais ou encorajá-los já que, o bom vínculo com os pais seria um forte obstáculo a esse tipo de atitude. Ainda segundo a autora, não basta que os pais supervisionem as atividades dos filhos, é necessário que essa

supervisão seja parte de uma boa relação sendo que esse compromisso é conquistado através do respeito mútuo, algo que exclui a presença da violência dentro da família.

Os participantes do estudo realizado por Oliveira (2002) relatam um modelo de relacionamento entre pais e filhos baseado na violência dos adultos para com as crianças e nos conflitos constantes entre os adultos. Apontam como motivos para terem entrado em conflito com a lei, a revolta com a família pelas agressões físicas e psicológicas sofridas, a separação dos pais e as regras rígidas de comportamento impostas pela família.

Feijó e Assis (2004) detectaram, no que se refere aos relacionamentos interpessoais, uma série de dificuldades entre pais e filhos, que se expressaram na dificuldade de comunicação, em uma série de desentendimentos e desafetos nas famílias. Os adolescentes entrevistados demonstraram certa dificuldade em falar sobre seus sentimentos e sobre a maneira como os membros da família se relacionavam entre si. Apesar de serem relatados sentimentos afetuosos, foi detectado um número significativo de dificuldades e desafetos, ou contatos esporádicos com um dos genitores, sobretudo o pai. Também mantinham pouco ou nenhum contato com a família extensa

Por outro lado, vemos no estudo realizado por Toledo (2010) o papel fundamental que família exerceu durante o cumprimento da medida socioeducativa de internação dos jovens entrevistados. Segundo o autor, a presença da família nuclear ou extensa, configurou-se como um importante mecanismo de proteção contribuindo para que os adolescentes encontrassem

uma nova forma de relacionar-se desvinculada de ações criminosas. Em dois casos as namoradas tiveram papel preponderante e em outros dois casos a mãe foi fundamental para a desvinculação dos jovens de ações criminosas.

Toledo (2010) aponta ainda que os jovens que não contavam com o acompanhamento da família sentiam-se abandonados, reafirmando o vínculo com a criminalidade. Assim, conclui que os mecanismos de proteção poderiam ser muito mais eficazes se estes jovens tivessem uma ampla rede social que funcionasse como apoio e proteção.

Ainda sobre a contribuição da família, tanto a socialização primária quanto na ressocialização dos adolescentes em conflito com a lei, Santos (2007) aponta que se os genitores exercem uma influência positiva sobre os filhos, isso lhes propicia sentimentos de segurança e proteção impulsionando os jovens a realizar novos projetos de vida.

3. METODOLOGIA

A pesquisa realizada foi do tipo qualitativa que, segundo Minayo, Deslandes, Cruz Neto e Gomes (1994): “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”.

Consideramos que o objetivo da pesquisa qualitativa é entender determinada situação social, fato, papel, grupo ou interação (Locke, Spidurso e Silverman, 1987, citado por Creswell, 2007), assim interessando-nos aqui

compreender o universo de relações sociais dos adolescentes autores de ato infracional.

Ainda segundo Creswell (2007) a pesquisa qualitativa não estabelece teoria ou hipótese a priori e os dados que emergem do estudo são descritivos, basicamente relatados em palavras. Portanto, tem seu método de coleta de dados e análise de objetividade e veracidade diferenciados da pesquisa quantitativa, uma vez que não é possível mensurar objetivamente os seus resultados, mas sim traçar significados e análises negociados com fontes de dados humanas porque são as realidades dos participantes construídas nas análises do pesquisador (Creswell, 2007). Nesse método o pesquisador se propõe a participar, compreender e interpretar as informações geradas na interação com o participante e analisadas a partir da interpretação construída com o sujeito e atribuída por este aos fatos estudados (Campos, 2001; Chizzotti, 2009,).

Considerando ainda o mesmo autor, a pesquisa qualitativa tem como foco as percepções e expectativas dos participantes e em nosso estudo interessou-nos a maneira como os participantes entendiam determinados fatos de suas vidas. Dessa forma buscamos entender não uma, e sim múltiplas realidades e interações.

Nesse estudo procuramos compreender como os processos ocorrem e focamos nos detalhes. Não tivemos o interesse de realizar generalizações, o que não é esperado pela pesquisa qualitativa.

3.1 PARTICIPANTES

O universo de pesquisa deste estudo compreendeu dez adolescentes, sendo duas adolescentes do sexo feminino (Maria e Joana)² e oito participantes do sexo masculino (João, Paulo, Pedro, Tiago, Lucas, Mateus, Gabriel e Saulo)³. Quanto ao conteúdo das respostas não foram verificadas diferenças significativas que pudessem ser associadas a diferenças de gênero, o que discutiremos nos resultados.

A idade dos participantes variou de 15 a 18 anos, destes quatro participantes estavam com 15 anos, três estavam com 17 anos, dois estavam com 16 anos e um estava com 18 anos.

Todos os adolescentes entrevistados eram autores de ato infracional e estavam em cumprimento de medida socioeducativa de L.A. no município de Vila Velha, localizado na Região Metropolitana da Grande Vitória – ES. Os sujeitos foram escolhidos conforme conveniência na Casa Presença e Vida, instituição para onde eram encaminhados os adolescentes pelo Núcleo de execuções de medidas socioeducativas do Juizado da Infância e Juventude de Vila Velha. A autorização para esta coleta de dados foi concedida em despacho realizado pela juíza substituta da Vara da Infância e Juventude de Vila Velha.

Os adolescentes pesquisados foram apreendidos por atos infracionais análogos aos artigos 33 da Lei 11.343/06 – tráfico; 35 da Lei 11.343/06 – associação para o tráfico; 157 da Lei 2.848/40 – roubo; 180 da Lei 2.848/40 – Recepção de produtos roubados; 250 da Lei 2.848/40 – provocar incêndios;

² Nomes fictícios, conforme Art. 143 da Lei 10.764/03

³ Nomes fictícios, conforme Art. 143 da Lei 10.764/03

288 da Lei 2.848/40 – formação de quadrilha; 14 da Lei 10.826/03 - porte ilegal de arma de fogo e/ou munição. Oito adolescentes cumpriam a primeira medida socioeducativa e dois adolescentes cumpriam a medida de L.A. como progressão de medida, um após a medida de internação e um após a medida de semiliberdade.

Este estudo considerou todas as recomendações éticas para pesquisas com sujeitos humanos em ciências sociais. Aos participantes foram resguardados o direito de receber informações claras sobre a condução da mesma, bem como a possibilidade de desistir a qualquer momento sem nenhum prejuízo ou penalidade. A participação nesta pesquisa teve caráter voluntário e aconteceu sem qualquer incentivo financeiro, com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da mesma.

As informações fornecidas pela participação na pesquisa não permitiram a identificação da pessoa, exceto ao pesquisador responsável. Ressaltamos que a colaboração do participante se fez de forma anônima e segura, sem trazer nenhum risco à sua saúde física ou mental. Também foi observada a Lei n.10.764/03 que altera a Lei n. 8.069/90, e determina no Art. 143 que os dados de adolescentes autores de ato infracional não sejam divulgados, nem mesmo suas iniciais. Assim, todos os nomes contidos na redação final deste trabalho são fictícios.

Os resultados serão divulgados em congressos e publicações em revistas especializadas. Ficando assegurado o uso estritamente científico do registro obtido a partir da gravação em áudio da entrevista com o devido consentimento do participante através da assinatura do Termo de

Consentimento e Assentimento que constam no anexo. Ressaltamos ainda que todos os esclarecimentos sobre cada etapa da pesquisa foram fornecidos.

O projeto inicial propunha entrevistar doze adolescentes autores de ato infracional, porém diante das dificuldades de tempo e disponibilidade dos participantes foi necessário encerrar a coleta de dados com apenas dez sujeitos, após julgarmos que os dados coletados já possibilitavam atender aos objetivos propostos.

3.2 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

O procedimento de coleta de dados consistiu na realização de uma entrevista dividida em dois momentos. O primeiro se refere a uma entrevista semi-estruturada, com perguntas pré-concebidas que se encontram descritas no anexo. Estas perguntas, além de levantar dados gerais sobre o participante, objetivaram a construção do mapa de rede social - também chamado ecomapa - conjuntamente com o sujeito e analisar os principais conceitos propostos por Hinde (1997) em sua obra. O segundo momento consistiu em possibilitar que o participante construísse sua narrativa sobre seus relacionamentos. As narrativas foram realizadas com questões destinadas a provocar respostas também narrativas, muito mais complexas que respostas objetivas e diretas. Como por exemplo: “Fale-me sobre suas relações com as pessoas que estão no seu ecomapa”. A partir dessa proposição inicial geral, foram incitadas novas questões que permitiram auxiliar o participante na construção de sua narrativa..

Todas as entrevistas foram gravadas em áudio e posteriormente transcritas integralmente.

Durante a realização das entrevistas não houve uma separação explícita entre o momento da entrevista semi-estruturada e da entrevista narrativa, visto que as perguntas da entrevista semi-estruturada suscitavam que os participantes ao incluírem seus personagens no ecomapa fossem narrando suas histórias sobre as interações, sobre os momentos vividos, os sentimentos, os costumes, as crenças e valores, ampliando de maneira significativa a riqueza de detalhes fornecidos sobre suas redes sociais e suas histórias de vida.

Foi realizado um único encontro com cada um dos sujeitos entrevistados e as entrevistas tiveram duração média de 40 minutos. Também foi previsto no projeto inicial que se houvesse a necessidade de maiores informações ou esclarecimentos, os sujeitos seriam convidados a participarem novamente, porém isto não foi necessário.

3.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

A divisão em tópicos dos instrumentos utilizados para a coleta de dados deste estudo tem o caráter meramente didático e visa organizar de forma clara as informações, porém esta divisão não se faz presente no momento da coleta de dados, visto que tanto a entrevista semiestruturada, quanto à narrativa e o ecomapa se integram de forma simultânea e em diversos momentos.

3.3.1 A Entrevista Semiestruturada

A entrevista semiestruturada representou o primeiro momento de coleta de dados. Esta etapa da entrevista foi composta por questões demográficas e perguntas mais objetivas e diretas, que permitiram conhecer os dados básicos do participante, realizar a aproximação com o mesmo e coletar dados gerais da configuração da rede social do participante. As perguntas formuladas nessa fase objetivam a construção do ecomapa juntamente com o participante.

Foram coletados dados gerais do participante como: idade, gênero, estado civil, escolaridade, condições de moradia, composição familiar e dados específicos como: círculos de amizade e convívio social (rede social), vínculos afetivos na rede, pessoas relevantes, atribuição de responsabilidade pela prática infracional, tipo de atos praticados e reincidência, companhias, entre outras.

As perguntas realizadas nessa fase permitiram realizar a representação gráfica da rede social do entrevistado por meio do ecomapa.

3.3.2 Ecomapa

O Ecomapa, também chamado de sociograma ou mapa de redes sociais, é uma ferramenta visual. Consiste em um diagrama que retrata as relações que o sujeito estabelece com seu meio social, inclui pessoas (família, amigos, vizinhos) e instituições. Essa forma gráfica facilita a visualização do

ambiente do participante e suas conexões neste, permitindo avaliar como o sujeito está vinculado a pessoas significativas e como interagem para obter suporte social. (Souza & Kantorski, 2009). Nessa forma de representação, o sujeito é representado por um círculo colocado no centro do papel, e ao redor deste, as vinculações que estabelece, conforme exemplificado na figura 1:

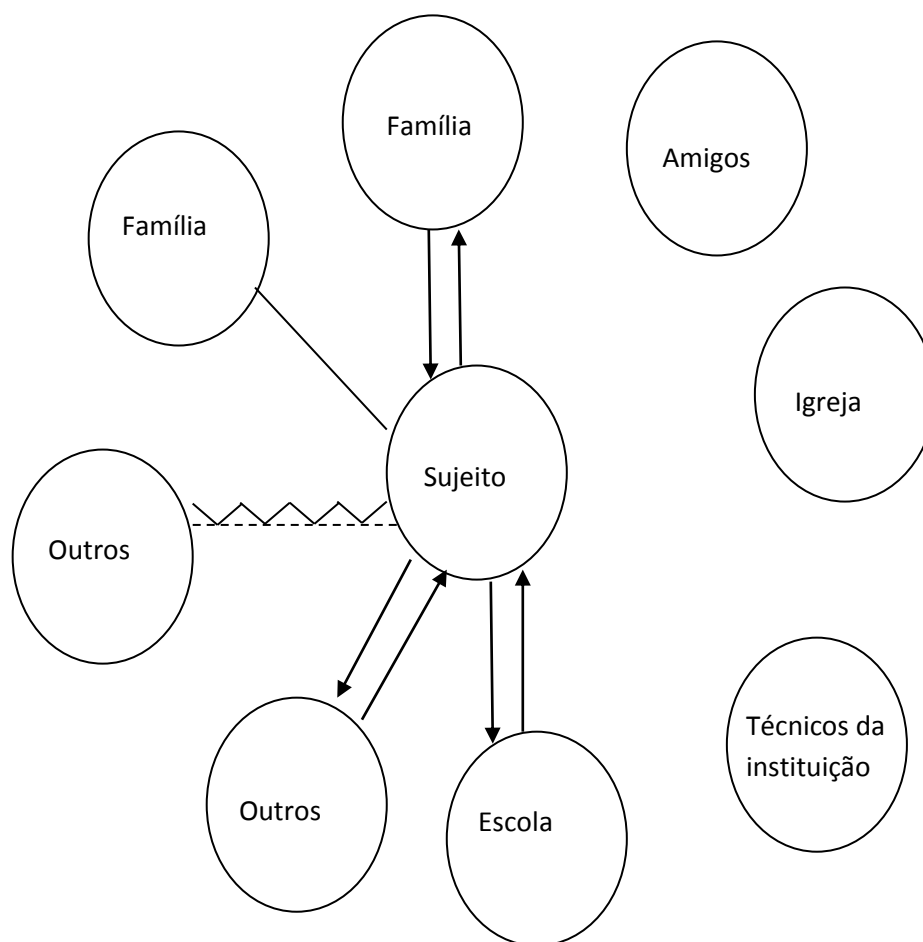


Figura 1. Exemplo de ecomapa

Fonte: Adaptado de Hartman (1995). "Diagrammatic Assessment of Family Relationships."

A definição dos campos é feita pelo participante que pode incluir tantos quanto julgar necessário. Além das instituições podem ser incluídas pessoas, cujos nomes figuraram nos círculos. Não é necessário que somente uma

pessoa ocupe um círculo, mas este pode ser ocupado por mais de uma pessoa, desde que a característica do relacionamento, sua intensidade e proximidade sejam a mesma.

A identificação das conexões possibilita visualizar o tamanho da rede do sujeito, a estabilidade, a reciprocidade nas relações estabelecidas e o acesso ou privações aos serviços ou recursos disponíveis no meio ambiente, permitindo que visualizemos as conexões que funcionam como fatores de risco e/ou fatores de proteção.

Essa forma gráfica de representar o sujeito foi inicialmente usada no trabalho com famílias proposto pela assistente social americana Ann Hartman em 1975, posteriormente publicado no artigo: "Diagrammatic Assessment of Family Relations" (1978), conforme nossa tradução "Avaliação diagramática das relações familiares". Embora tenha sido concebido para o trabalho específico do serviço social, atualmente é usado por diversas áreas e campos de trabalho, como enfermagem, medicina, psicologia e direito.

Essa forma visual de representar as relações de um sujeito em particular ou de uma família possibilita que pesquisadores e leitores de diversos países, mesmo que não compartilhem da mesma língua, entendam os dados fornecidos por esse instrumento. Há uma padronização típica nessa representação gráfica conforme descrito a seguir:

_____ Relação forte

▲▲▲▲▲▲▲▲▲▲ Relação Conflitante

..... Relação Fraca ou distante

→ ← Direção do Fluxo (Reciprocidade)

Originalmente o preenchimento do ecomapa pode ser feito somente pelo participante, somente pelo pesquisador ou por ambos. Em nosso estudo o pesquisador realizou o preenchimento do instrumento sempre com o auxílio e participação do entrevistado de modo que este sempre visualizava o instrumento.

Para o preenchimento do instrumento é necessário explicar ao participante do que se trata e quais os objetivos desse instrumento. Essa explicação foi feita da seguinte maneira: “Este é um mapa de rede sociais, uma forma de visualizar quem são as pessoas ou as instituições (escola, igreja, projeto) que fazem parte da sua vida e com os quais você tem algum tipo de relação. Você é representado pelo círculo central e ao seu redor você pode colocar todos aqueles que julga importantes e participantes de sua vida, podem ser tanto de forma positiva quanto negativa, e quanto mais completo ficar melhor poderemos visualizar como sua rede social está.”

À medida que o participante sugere um círculo para sua rede, o pesquisador deve sondar as características desse relacionamento e se utilizar da forma gráfica padronizada, tipo de relacionamento tranqüilo ou conflitante, compensatório ou não e força das ligações (forte ou distante).

As perguntas realizadas nessa fase visam a ampliação da compreensão sobre os relacionamentos apontados pelo participante. Não devem ser aceitas respostas do tipo: “normal”; “natural”; mas estas falas devem ser aprofundadas de modo a clarificar o já exposto no parágrafo anterior, com questões como:

“Normal como?” ou “Fale sobre como é ser normal”. As respostas devem possibilitar a compreensão de forma que não restem interpretações subjetivas.

3.3.3 A Entrevista Narrativa

Segundo Jovchelovitch e Bauer (2008, p.93), a entrevista narrativa tem em vista “uma situação que encoraje e estimule um entrevistado [...] a contar a história sobre algum acontecimento importante de sua vida e do contexto social”. Esses autores afirmam ainda que os grupos sociais contam histórias com palavras e sentidos que são específicos a sua experiência e modo de vida, as narrativas preservam perspectivas particulares de uma forma mais autêntica (Jovchelovitch & Bauer, 2008, p.91).

A narração reconstrói contextos e ações, mostra o lugar, o tempo, a motivação e as orientações simbólicas e subjetivas do autor. Neste sentido, apesar do ato de contar uma história ser uma tarefa relativamente simples e não depender fundamentalmente da educação e da competência linguística do narrador, a narrativa, em si, é complexa em sentidos e significados, bem como em possibilidades de análise, constituindo um instrumento rico e eficaz de coleta de dados. (Jovchelovitch & Bauer, 2008; Oliveira e Assis, 2006)

A entrevista narrativa objetiva ampliar o esquema pergunta-resposta para se aproximar ao máximo da perspectiva do entrevistado sobre o fato narrado. Nesse sentido a influência do pesquisador/entrevistador deve ser mínima. As perguntas devem possibilitar que o entrevistado utilize sua própria linguagem de forma espontânea ao narrar os acontecimentos.

Em nosso estudo a narrativa foi mobilizada pelas perguntas sobre o conteúdo dos relacionamentos, fatos, motivações, percepções e sentimentos presentes tanto entre os integrantes das redes sociais quanto entre estes e o contexto social mais amplo. Pudemos explorar as categorias e princípios analisados por Hinde (1997) que encontram-se descritos na análise dos resultados.

3.4 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados considerou o ecomapa de cada participante. Na análise do ecomapa foi verificada a estrutura da rede social do sujeito, força das ligações afetivas, qualidade dos relacionamentos, número de relacionamentos positivos e recíprocos, bem como número dos relacionamentos conflituosos. Foi realizada a descrição da rede social de cada participante explicitando o tipo de interação estabelecida entre cada personagem da rede social.

Para análise das narrativas foi utilizada a metodologia proposta de Schütze (1977; 1983) conforme citado por Jovchelovitch e Bauer (2008, p.106). Essa metodologia de análise compreende seis passos: (a) a transcrição das narrativas; (b) divisão do texto em material indexado e não-indexado; (c) análise dos componentes indexados (fatos, lugares, pessoas, ações, etc); (d) análise dos componentes não indexados (impressões, argumentos, juízos de valor, expectativas, reflexões, etc); (e) agrupamento e comparação das

trajetórias individuais; (f) comparação dos casos para identificação de trajetórias coletivas.

Enquanto o ecomapa permite identificar a rede social de cada participante com suas propriedades fundamentais, as narrativas sobre os relacionamentos significativos fornecem informações mais detalhadas sobre a trajetória do participante dentro dessa rede social e as trocas estabelecidas com cada membro dessa rede, de modo a indicar como esses relacionamentos contribuíram para a história de cada participante e como estes poderiam contribuir para mudar este percurso.

O referencial teórico utilizado na análise dos dados coletados é a Teoria do Relacionamento Interpessoal segundo proposta de Robert A. Hinde (1997), descrito em nossa revisão teórica.

Inicialmente realizamos a descrição dos participantes e de sua rede social. Em seguida, foram estabelecidas categorias de análise *a posteriori* de modo a considerar as categorias e princípios de análise propostos por Hinde, estrutura sociocultural, percepção interpessoal (componentes não indexados nas narrativas), similaridade e reciprocidade; confiança, comunicação, conflito interpessoal e satisfação.

Posteriormente analisamos como estas categorias combinam-se de modo a significarem fatores de risco ou fatores de proteção à conduta infracional destes jovens e como a combinação destes fatores interage de modo a favorecer a construção de um novo projeto de vida que permita romper com o ciclo da criminalidade presente nas vidas dos participantes da pesquisa.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES: HISTÓRIAS PESSOAIS E CONFIGURAÇÃO DAS REDES SOCIAIS

4.1.1 Apresentação Dos Dados

4.1.1.1 História de Maria

Maria é uma jovem de 15 anos. Reside em um bairro de periferia com altos índices de violência, juntamente com o pai, o irmão de oito anos, a avó paterna e o companheiro desta. Sua mãe vive em união estável com outro homem com quem tem uma filha de um ano e oito meses. O pai de Maria é o único que trabalha e é o responsável pelo sustento da família. Maria cursou até a sétima série e atualmente não frequenta a escola. Foi apreendida por prática infracional análoga aos Art. 33 e 35 da Lei 11.343/06 – tráfico de drogas e associação para o tráfico - juntamente com uma amiga (Amiga 2) e que, segundo seu relato, é maior de idade e encontra-se presa em uma penitenciária feminina na cidade de Vila Velha. Maria ficou apreendida na UFI (Unidade Feminina de Internação) onde cumpriu a medida de Internação Provisória recebendo a medida socioeducativa de L.A., a qual cumpria no momento da entrevista. Segundo Maria, ela não estava traficando, mas tinha amizade com os adolescentes que estavam e isso facilitou sua apreensão, pois no momento em que a polícia chegou os colegas estavam portando drogas e

ela e sua amiga “entraram nessa” mesmo sem culpa. Maria afirma nunca ter cometido outro ato infracional.

Abaixo visualizamos a representação gráfica da rede social de Maria, a partir do ecomapa, elaborado juntamente com o participante em entrevista.

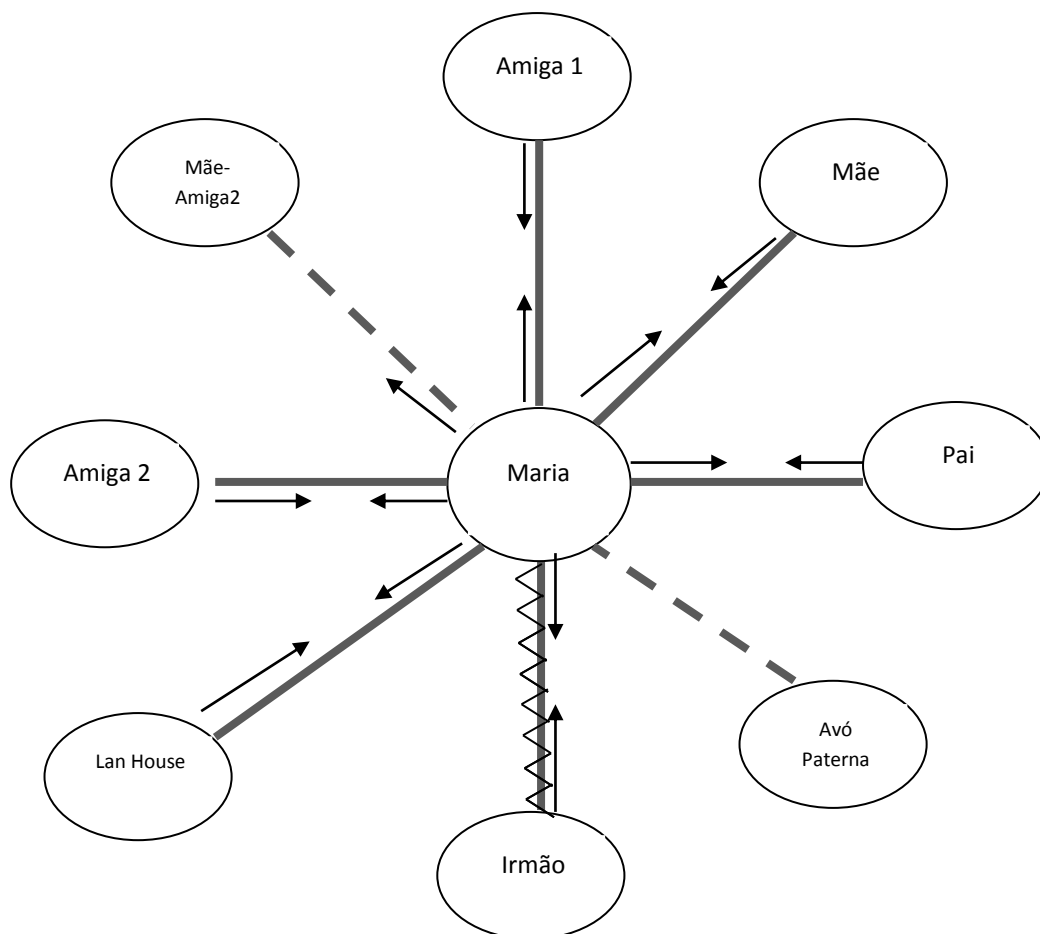


Figura 2. Ecomapa de Maria

Compreendem a rede social de Maria os seguintes personagens:

a) O pai com quem estabelece uma relação de proximidade afetiva, atribuindo a esta relação o sentimento de segurança, havendo **confiança**. A relação com pai é compensadora, ou seja, oferece e recebe apoio, havendo assim **reciprocidade**. Percebe que há **similaridade** na forma de pensar e no desejo de manter a família unida. Desenvolvem atividades de conversa e assistem TV todas as noites.

b) A mãe com quem estabelece uma relação de proximidade afetiva, atribuindo a esta relação o sentimento de amor. A relação com a mãe é percebida como compensadora, ou seja, oferece e recebe apoio. A **similaridade** e a **reciprocidade** são percebidas no desejo de cuidar da família. Porém, Maria demonstra **desconfiança**, ao estabelecer entre ela e mãe uma diferença fundamental, expressa na seguinte fala: *“Mas ela tem a família dela e eu tenho a minha”*. Segundo Hinde (1997) as diferenças podem promover a crença no fim do relacionamento. Neste caso, o divórcio dos pais e o novo casamento da mãe de Maria, “criam” a crença de que a nova família da mãe pode gerar o rompimento dos laços com a família anterior. Maria e a mãe desenvolvem atividades de conversa pelo menos duas vezes por semana e eventualmente saem para passear.

c) A avó paterna com quem estabelece uma relação afetivamente distante apesar de atribuir a esta relação o sentimento de amor, porém não é percebida por Maria como uma relação em que há intimidade, similaridade e reciprocidade. Maria percebe que existem mais **diferenças** do que semelhanças e que percebidas assim, segundo Hinde (1997) podem levar ao fim do relacionamento, porém por se tratar de um familiar próximo, possivelmente este relacionamento se mantenha, mas sem significar suporte e/ou apoio social. Maria não desenvolve nenhum tipo de atividade com sua avó.

d) O irmão de oito anos com quem estabelece uma relação de proximidade afetiva. Apesar de atribuir a esta relação o sentimento de amor, trata-se de uma relação conflituosa e estressora. É percebida como uma

relação em que há mais **diferenças** do que semelhanças, que são expressas pela fala: *“Como ele é pequeno e ainda não sabe muito das coisas eu fico tentando mostrar que as coisas não são dessa forma”*. Não há **intimidade**, **similaridade** e **reciprocidade**. Maria não desenvolve nenhum tipo de atividade com seu irmão.

e) A Amiga 1 com quem estabelece uma relação de proximidade afetiva, atribuindo a esta relação o sentimento de amizade. A relação com esta amiga é compensadora, ou seja, oferece e recebe apoio. Estão presentes **intimidade**, **similaridade** e **reciprocidade**. São percebidas mais **semelhanças** do que diferenças, o que segundo Hinde (1997) promovem a crença no futuro do relacionamento. Há **confiança** entre Maria e a amiga permitindo que elas compartilhem sonhos e projetos para o futuro, conforme podemos perceber:

“Nosso jeito de pensar é igual, eu também quero estudar, queremos trabalhar. Nós queremos ter dinheiro para comprar nossas coisas”.

Segundo Maria, as semelhanças se estendem como forma de influência em sua maneira de pensar:

“Essa amiga pode me influenciar a ter uma vida melhor, pensar em casar, ter as coisas. Há algum tempo é que estamos pensando, antes, não pensávamos”.

Maria passa boa parte do dia em companhia desta amiga, saem juntas, vão à pracinha do bairro, à igreja, ficam em casa e conversam diariamente.

f) Amiga 2 com quem estabelece uma relação de proximidade afetiva, atribuindo a esta relação o sentimento de amizade. A relação com esta amiga é percebida como compensadora, ou seja, oferece e recebe apoio. Estão

presentes **intimidade, similaridade e reciprocidade**. Maria foi apreendida em companhia desta amiga, que no momento atual encontra-se presa no sistema prisional adulto, o que tem tornado a relação distante fisicamente, mas sem afetar os sentimentos e as percepções envolvidas nessa relação. Maria relata que passava muitas horas do dia em sua companhia, haja vista “serem parecidas” e haver muitas **semelhanças** entre elas.

g) A mãe da amiga 2 com quem estabelece uma relação sem envolvimento afetivo significativo, mas atribui a esta relação o sentimento de amizade. Esta relação não é percebida como compensadora, ou seja, oferece mas não recebe apoio. Esta relação se estabelece a fim de intermediar o contato de Maria com a amiga 2 que está presa. Maria percebe que não há nesta relação **intimidade e reciprocidade** e o único ponto de **similaridade** é a preocupação com a amiga 2. Maria não desenvolve nenhuma atividade nesta companhia, somente vai à casa dela todos os dias saber notícias da amiga 2.

h) A Lan House aparece em sua rede social como um local de apoio, onde Maria gosta de estar.

4.1.1.2 História de Joana

Joana é uma adolescente de 15 anos. Atualmente reside com os pais e um irmão de 17 anos. Somente o pai de Joana trabalha e é o responsável pelo sustento da família. Joana foi apreendida por prática infracional análoga aos Art. 33 e 35 da Lei 11.343/06 – tráfico de drogas e associação para o tráfico e cumpriu Internação Provisória na Unidade Feminina de Internação - UFI. Seu namorado também se encontra apreendido. Anteriormente Joana residia com o

namorado e a sogra na casa deles, porém, na época de sua liberação seus pais exigiram que ela retornasse. No momento da entrevista, Joana relatou estar casada e aguardar ansiosamente que seu companheiro saísse da Internação Provisória para que pudessem voltar a viver juntos. Joana cursava a oitava série do ensino fundamental, no entanto atualmente estava fora da escola, pois aguardava a liberação de seu companheiro, já que residiam no município de Viana e segundo seu relato desejava voltar a estudar na escola anterior.

Compreendem a rede social de Joana os seguintes personagens:

a) O pai com quem estabelece uma relação de proximidade afetiva, embora os conflitos estejam presentes, já que o pai faz cobranças sobre a escola e os afazeres domésticos. O pai estabelece ainda uma relação hierarquizada com certa autoridade e cobrança de respeito:

“Meu pai é muito chato. Ele pega no meu pé. Mas, eu converso com ele quase todos os dias. Porque com meu namorado eu não tinha que fazer muitas coisas. mas meu pai me coloca para trabalhar, fazer as coisas, para estudar e aí eu não gosto”.

Entretanto a relação com pai é recíproca, ou seja, oferece e recebe apoio. São percebidas muitas **similaridades** que promovem a **confiança** no futurodo relacionamento: *“Ele só quer meu bem”.*

b) A mãe com quem estabelece uma relação de proximidade afetiva, sem conflitos, já que que a mãe a apoia em suas escolhas sem questioná-la. Há **intimidade, similaridade e reciprocidade**. *“Com a minha mãe, nós só conversamos. Ela me coloca para dormir, assim, conversando com ela. Eu fico feliz. Aí assim, eu fico feliz com minha mãe”.*

c) O namorado com quem está vivendo em união estável. Estabelece uma relação de proximidade afetiva e a relação é compensadora, ou seja, oferece e recebe apoio. *“Mas ele é bom para mim, paga as coisas para mim, me dá o que eu quero. Me ensina o que é o certo e o que é o errado, porque ele sabe. Mas, as vezes ele faz o que é errado, mas ele sabe o que é certo”*. Joana percebe haver nesta relação **similaridade, intimidade e confiança**. *“com ele, eu me sinto a menina mais feliz do mundo”*.

d) A vizinha com quem estabelece uma relação conflituosa e relata sentir ódio. Sobre a qual Joana explica: *“Nós brigamos, discutimos, porque ela se mete na minha vida”*.

e) O ex-namorado com quem relata ter uma relação distante afetivamente, ao mesmo tempo em que relata uma relação conflituosa.

f) A igreja que funciona como um mecanismo de proteção e suporte emocional.

g) Instituição executora de LA: que funciona como um mecanismo de proteção e suporte emocional.

“A L.A. para mim é uma coisa boa, é como se fosse um abrigo. Ao invés de ficar na rua, fazendo nada, eu venho aqui na casa amarela. Eu gosto de vir aqui; me ajuda a passar meu tempo, porque o tempo está demorando muito a passar. Eu não estou estudando porque eu morava com meu companheiro em Viana, mas eu fui presa e depois voltei para a casa da minha mãe em Terra Vermelha. Agora ele também está preso. Eu acho que se Deus quiser, ele vai sair essa semana”.

h) A cachorra da família que permite uma demonstração de afetividade, cuidado e compromisso.

i) Os colegas da Rua com os quais se relaciona constantemente, mas sem envolvimento afetivo significativo. São percebidas **similaridades** que

mantém a relação:

“Mas eu gosto mais de passear e de ir para longe, não gosto de ficar muito perto da minha casa não. Esses meninos aí são os que moram perto da minha casa. Mas aí eu saio com eles também, já que eles moram perto de casa. Quando eu ligo para eles, combinamos de sair”.

“Amigo eu não tenho. Eu também os acho legais às vezes. Eu tenho apenas colegas, para ir fumar e sair. Eu saio para fumar com meu colega 1 (15 anos), faço um monte de coisas, eu vou para a praia...”.

Porém também existem muitas **diferenças** que a longo prazo, segundo Hinde (1997) se não forem percebidas como complementares e sinalizarem a possibilidade de novos aprendizados podem comprometer o futuro do relacionamento.

“Eu não sou parecida com eles. Eu sei que o que eles falam não tem nada a ver, eles ficam só falando. Tem coisa que eles acham engraçado e eu não acho. Com meu namorado, nós dois saíamos para muitos lugares. A gente ia para Guarapari, pois, ele tinha parentes em muitos lugares, íamos para roça e aí nós saíamos juntos. Agora, onde eu estou agora? (...) prestei atenção no jeito da conversa das pessoas, e achei que não tem nada a ver comigo. Eles ficam falando a praia preferida deles é Praia da Costa, nunca foram para Setiba nem conheceram outros lugares, como Guarapari, Domingos Martins. Tenho certeza que esses meninos nunca saíram para longe, acham que o melhor é só esse lugar, e só querem ficar nisso. Eu quero outras coisas. Eles não querem saber de estudar, eles querem saber apenas de ficar no movimento, no tráfico”.

Quanto ao tipo de atividades que desenvolvem juntos Joana relata:

“Fumar maconha. Nós saímos, conversamos, conversas sem futuro, mas nós conversamos. (...) uma conversa sem futuro é uma conversa sem objetivo. Nós falamos coisas só por falar, tem coisa que nem é realidade. É imaginação! Um exemplo, ‘Nós vamos dar uma surra nos homens e meter bala neles’. ‘Nós vamos assaltar um banco’. ‘Vou sair

com uma blazer' ”

j) **A amiga 1** com quem estabelece uma relação de proximidade afetiva e diz haver **similaridade** e **confiança**. Joana diz que realiza algumas atividades em companhia da Amiga 1 como ir ao Shopping e estudar, quando estudavam na mesma escola. Joana relata serem amigas desde os sete anos quando estudavam na primeira série.

A representação gráfica da rede social de Joana a partir do ecomapa esta representado na Figura 3.

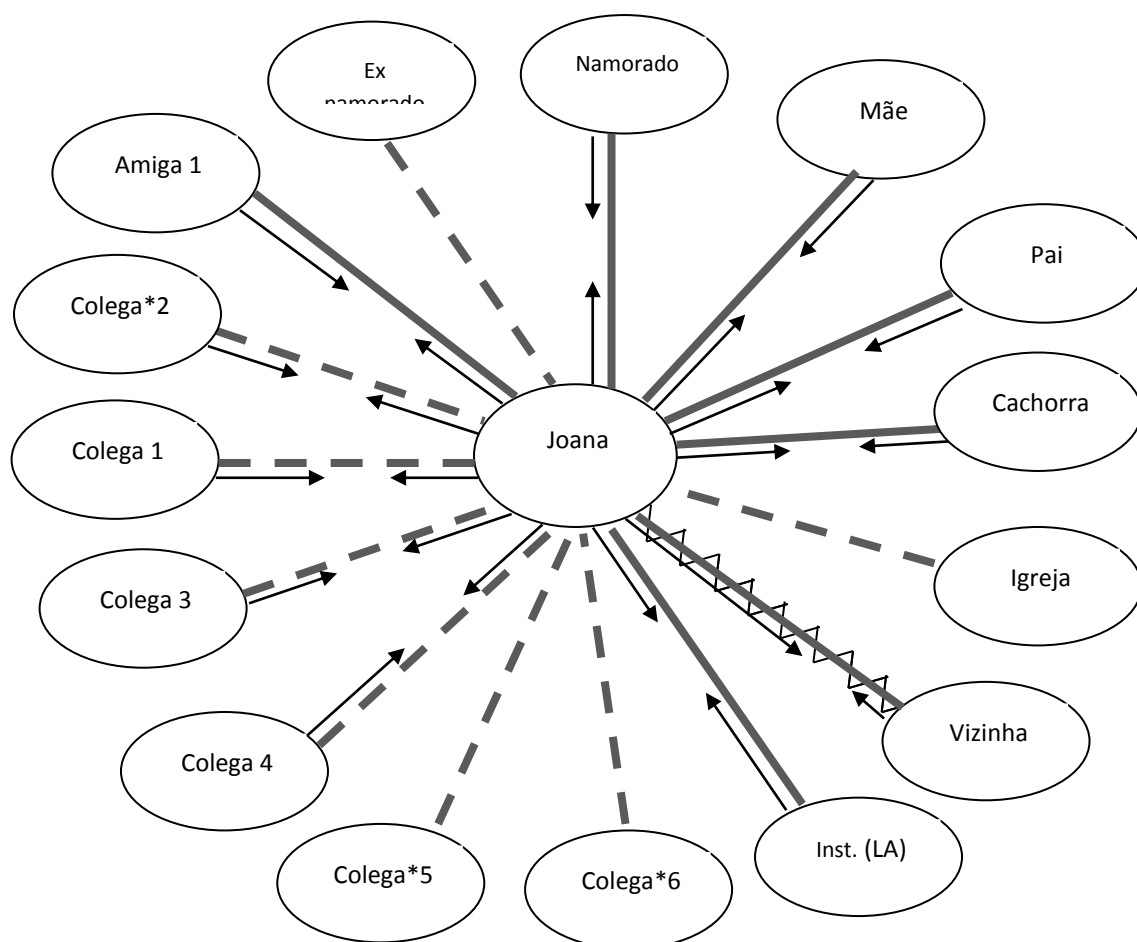


Figura 3. Ecomapa de Joana

Fonte: elaborado pela pesquisadora juntamente com o participante em entrevista.

4.1.1.3 História de João

João é um adolescente de 15 anos. Seu pai é falecido e ele reside com sua mãe, seu irmão de 12 anos, seu avô e sua avó materna. João cursa a sexta série do EJA – Educação de Jovens e Adultos, frequentando a escola no turno noturno. Também joga futebol na escolinha de base de um clube de futebol de Vila Velha. A mãe e o avô trabalham e ambos são responsáveis pelo sustento da família. João relata que esta foi sua primeira apreensão aos 14 anos e que, apesar de ter sido acusado por prática infracional análoga aos Art. 33 e 35 da Lei 11.343/06 - tráfico e associação ao tráfico, não cometeu o ato infracional, visto que não estava traficando, mas tinha amizade com quem traficava e estava “no lugar errado e na hora errada”. Cumpriu a internação provisória na unidade de Internação Provisória – UNIP recebendo a medida socioeducativa de L.A.. Após a entrevista João foi apreendido novamente outras duas vezes pelos mesmos atos infracionais.

Compreendem a rede social de João os seguintes personagens:

a) A mãe com quem estabelece uma relação de proximidade afetiva atribuindo o sentimento de amor a esta relação. Percebe a relação com a mãe como uma relação **compensadora**, as **similaridades** e a **reciprocidade** percebidas promovem a **confiança**.

“Ah, com a minha mãe é uma coisa sentimental mesmo, (silêncio). É amor mesmo. É estar perto dela”

As atividades mais comuns desenvolvidas com mãe são:

“Às vezes nós ficamos em casa, ela faz aquela pipoquinha, põe leite condensado, um monte de coisas. Também saímos para o shopping de vez em quando”.

b) O irmão com quem estabelece uma relação de proximidade afetiva e amizade. Percebe esta relação como compensadora, pois oferece e recebe apoio. As atividades realizadas na companhia do irmão resumem a relação: *“Jogo vídeo game, play 2, gosto do GTA e focusspeedy de corrida”.*

c) O primo com quem estabelece uma relação de amizade, porém sem intimidade.

d) A Tia 1 com quem estabelece uma relação de proximidade afetiva e amizade. Percebe esta relação como compensadora, pois oferece e recebe apoio.

“Minha Tia 1 me ajuda nos momentos em que eu preciso. Com tarefas da escola, se preciso de pesquisa na internet, ela deixa eu ficar no quarto dela para usar o computador, procurar algumas coisas”.

e) A Tia 2 com quem estabelece uma relação de proximidade afetiva e amizade. Percebe esta relação como compensadora, pois oferece e recebe apoio.

“A tia 2 também, ela fala, fala, fala, dá conselhos, chama a atenção. Ela é boa também. (risos). Tia 2 é difícil. (risos). É uma falação grande, só conselhos bons”

Percebe que há mais **similaridades** do que diferenças, que os conselhos expressam a **reciprocidade** dos sentimentos da tia em relação a ele.

f) O Tio com quem estabelece uma relação de proximidade afetiva e

amizade. Percebe esta relação como compensadora, pois oferece e recebe apoio. Os conselhos que o tio lhe dá fazem com haja **confiança**: *“Eu gosto do tio, ele é salva-vidas entendeu? Aí ele fica me orientando para eu fazer cursos de salva-vidas mais adiante”*.

g) Avó e Avô com os quais estabelece uma relação de amizade, porém com baixo envolvimento afetivo.

h) Amigo com quem estabelece uma relação de proximidade afetiva. Percebe que neste relacionamento há **similiaridade** e **reciprocidade** gerando **confiança** no futuro do relacionamento: *“Eu gosto de jogar futebol e ele joga também. Nós somos do mesmo time. (...) A nossa amizade é tranquila”*. João realiza diversas atividades em companhia de seu amigo: *“Nós vamos jogar bola juntos no treino e também soltamos pipa”*. Relata que já são amigos há uns 10 anos e que cresceram juntos.

i) O clube de futebol que figura na rede como local de vinculação social e comunitária.

A representação gráfica da rede social de João a partir do ecomapa esta representado na Figura 4.

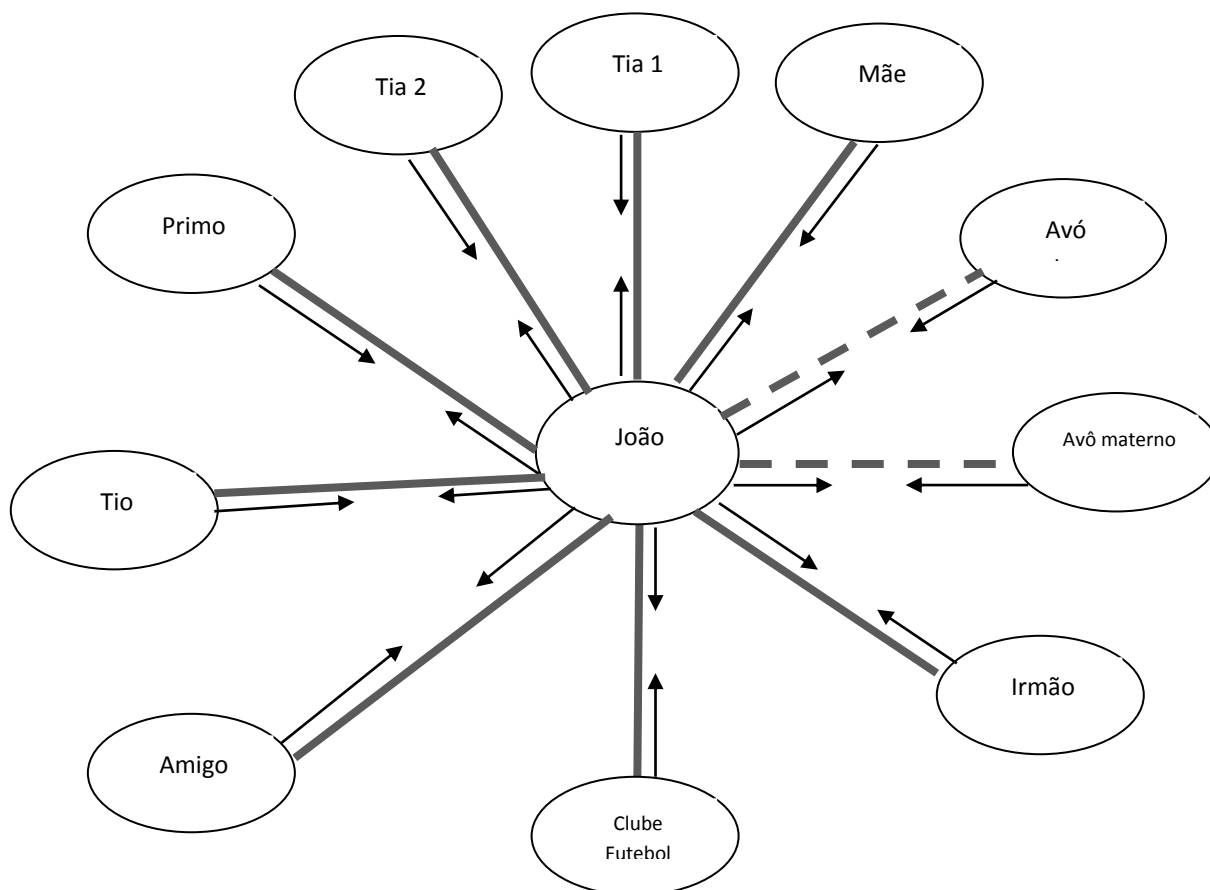


Figura 4. Ecomapa de João

Fonte: elaborado pela pesquisadora juntamente com o participante em entrevista.

4.1.1.4 História de Paulo

Paulo é um adolescente de 17 anos. Atualmente reside com os pais e uma irmã de 16 anos. Possui ainda dois irmãos, 36 e 40 anos, filhos do primeiro casamento do pai. Paulo cursou até o segundo ano do ensino médio e não está frequentando a escola. Paulo trabalha a empresa do irmão (40 anos) como auxiliar administrativo, iniciou neste trabalho após sua liberação da unidade provisória. Foi apreendido por ato infracional análogo ao Art. 157 da Lei 2.848/40 – roubo -; e Art. 14 da Lei 10.826/03 – porte ilegal de arma de fogo e/ou munição. Segundo Paulo, ele cometeu o primeiro ato infracional aos 15

anos, e após este vários outros, mas somente foi apreendido uma vez. Cumpriu a Internação Provisória na Unidade de Atendimento Inicial – UNAI, recebendo em seguida a medida socioeducativa de L.A.

Compreendem a rede social de Paulo os seguintes personagens:

a) A namorada com quem estabelece uma relação de proximidade afetiva. Percebe que neste relacionamento estão presentes **confiança, reciprocidade e similiaridade**. Relata a relação como compensadora uma vez que oferece e recebe apoio e que ainda não tem muita intimidade, pois namoram há três meses. Contou que passa todo o fim de semana e feriados com a namorada e que desenvolvem atividades como assistir filme, lanche e ir ao shopping.

b) A mãe com quem estabelece uma relação de proximidade afetiva. Percebe que neste relacionamento estão presentes **intimidade, confiança, reciprocidade e similiaridade**. Percebe a relação como compensadora uma vez que oferece e recebe apoio. *“Com minha mãe é o melhor sentimento possível. Fico feliz, alegre, gosto de estar com ela”*. Paulo realiza com a mãe atividades como conversar e sair.

c) O pai com quem estabelece uma relação de proximidade afetiva. Percebe que neste relacionamento estão presentes **intimidade, confiança, reciprocidade e similaridade**. Percebe a relação como compensadora uma vez que oferece e recebe apoio. A atividade que mais realiza com o pai é sair.

“Meu pai, é meio sistemático, ele não gosta de falar muitas vezes, ele gosta de falar e a pessoa logo atender quando está certo. Eu sou parecido com ele”.

d) O irmão (40 anos) com quem estabelece uma relação de

proximidade afetiva percebendo que há mais **similaridades** promovendo a **confiança** no futuro. Paulo percebe que no relacionamento com o irmão há **intimidade**.

“Meu irmão e eu pensamos igual, em crescer na vida e eu quero crescer também. E quero isso trabalhando lá onde eu estou trabalhando mesmo, junto com meu irmão. Eu quero continuar lá com ele”

“Eu estou com ele todo dia; eu trabalho com ele. Às vezes eu saio, passeio com ele. Toda quarta-feira eu vou a igreja com ele”.

e) Irmão (36 anos) com quem estabelece uma relação distante afetivamente, não havendo **intimidade** e não percebe **similaridade** e **reciprocidade**.

f) A irmã com quem estabelece uma relação de proximidade afetiva. Porém sem perceber **intimidade, reciprocidade e similaridade** devido às diferenças de ideias. Ainda assim relata **confiança**. Percebe a relação como compensadora uma vez que oferece e recebe apoio.

g) O trabalho figura na rede social como um mecanismo de proteção e suporte social. Ninguém nas suas relações de trabalho sabe que Paulo cometeu um ato infracional e foi apreendido.

“As pessoas do escritório, lá onde eu trabalho, elas não sabem não. Porque meu irmão falou que não era para eu ficar contando para todo mundo. E eu achei que ele estava querendo me preservar, por causa do que eu já fiz; que foi um erro. E está sendo bom assim”.

h) A igreja figura na rede social como um mecanismo de proteção e suporte social.

i) Instituição executora de LA: figura na rede social como um

mecanismo de proteção e suporte social.

A representação gráfica da rede social de Paulo a partir do ecomapa esta representado na Figura 5.

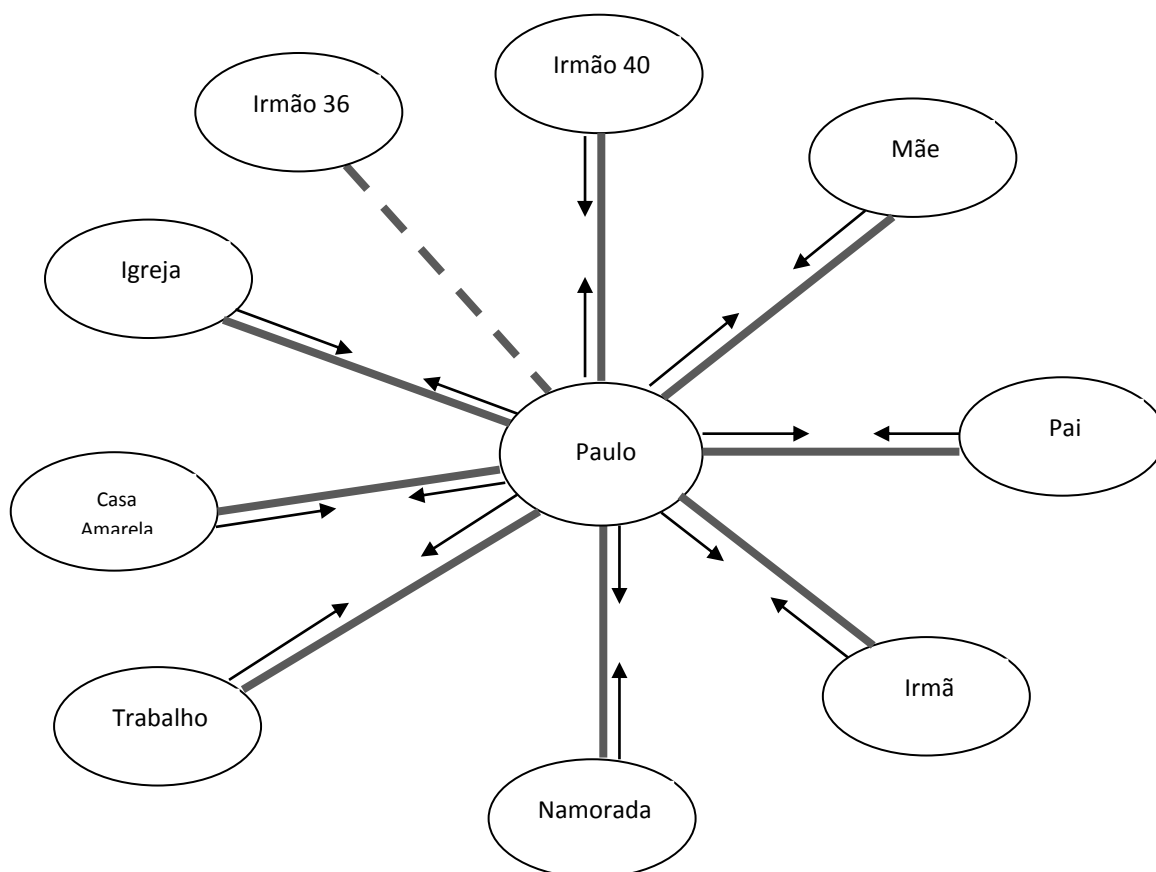


Figura 5. Ecomapa de Paulo

Fonte: elaborado pela pesquisadora juntamente com o participante em entrevista

4.1.1.5 História de Pedro

Pedro é um adolescente de 17 anos. Reside com dois irmãos, 21 e 31 anos, em Vila Velha. A mãe é falecida e o pai reside com a companheira. Possui mais duas irmãs, uma reside em outro Estado e a outra em outro bairro, ambas são casadas. Pedro cometeu o primeiro ato infracional aos 13 anos,

somente foi apreendido aos 16 anos e uma única vez por prática infracional análoga aos Art. 157, 250 e 288 da Lei 2.848/40 – roubo, provocar incêndio colocando em risco a vida de outro e formação de quadrilha – segundo Pedro seus atos infracionais estão relacionados ao tráfico de drogas. Cumpriu a internação provisória na unidade de Atendimento Inicial – UNAI - recebeu a medida socioeducativa de Semiliberdade e após oito meses recebeu a progressão de medida devendo cumprir a medida de L.A..

Compreendem a rede social de Pedro os seguintes personagens:

a) A namorada com quem estabelece uma relação de proximidade afetiva. Percebe que neste relacionamento estão presentes **intimidade, confiança e reciprocidade**. Relata que namoram há um ano e dois meses e que a relação é compensadora uma vez que oferece e recebe apoio. Percebe **similaridade** em atitudes e pensamentos:

“Ela pensa as mesmas coisas. Eu penso em montar um negócio para mim e ela pensa a mesma coisa. Eu penso em terminar os estudos mesmo não querendo! Ela pensa a mesma coisa”.

b) O irmão 1 com quem estabelece uma relação de proximidade afetiva. Percebe que neste relacionamento estão presentes **intimidade, confiança e reciprocidade**. Percebe a relação como compensadora uma vez que oferece e recebe apoio. *“Nós não brigamos, assim nós nos ajudamos”.* Disse que costuma sair com o irmão, ir ao boliche e ao shopping. Percebe que há similaridade quanto ao fato de ambos gostarem de ficar em casa.

c) O irmão 2 com quem estabelece uma relação de proximidade afetiva, porém sem **intimidade**. Disse não haver **similaridade**.

d) O irmão 3 com quem estabelece uma relação de proximidade afetiva, porém sem **intimidade**. Disse não haver **similaridade**.

e) Irmã 1 com quem estabelece uma relação distante tanto física quanto afetivamente, visto que ela reside em outro estado. *“Minha irmã, raramente vejo. Só final de ano quando ela vem; é distante”*.

f) Irmã 2 com quem estabelece uma relação de proximidade afetiva. Percebe que neste relacionamento há **confiança e reciprocidade**. Percebe a relação como compensadora uma vez que oferece e recebe apoio. *“Essa irmã, ela me ajuda e eu a ajudo”*. Pedro relata que a irmã é uma das pessoas de sua rede com quem tem mais intimidade e que ela o faz se sentir feliz. Disse que não tem o hábito de sair com ela, mas conversa sempre e assiste TV. Percebe que há similaridade quanto aos hábitos se achando parecido com a irmã. *“É parecido, porque ela é caseira e eu também sou”*.

g) A tia com quem estabelece uma relação de proximidade afetiva, porém sem intimidade. Percebe a relação como compensadora uma vez que oferece e recebe apoio.

h) A prima com quem estabelece uma relação de proximidade afetiva. Percebe que neste relacionamento estão presentes **intimidade, confiança, reciprocidade**. Percebe a relação como compensadora uma vez que oferece e recebe apoio. *“Minha prima quando eu preciso de alguma coisa, quando estou daquele jeito, ela me ajuda, eu converso com ela”*. Pedro relata que a prima é uma das pessoas de sua rede com quem tem mais intimidade e que ela o faz se sentir tranquilo. Disse que tem o hábito de ir ao shopping, ao boliche, conversar e assistir TV. Percebe haver mais **similaridades** já que são

parecidos em algumas coisas: “*ela gosta de ver desenho e eu também. Ela gosta de ver novela e filme, e eu também*”.

A representação gráfica da rede social de Pedro a partir do ecomapa esta representado na Figura 6.

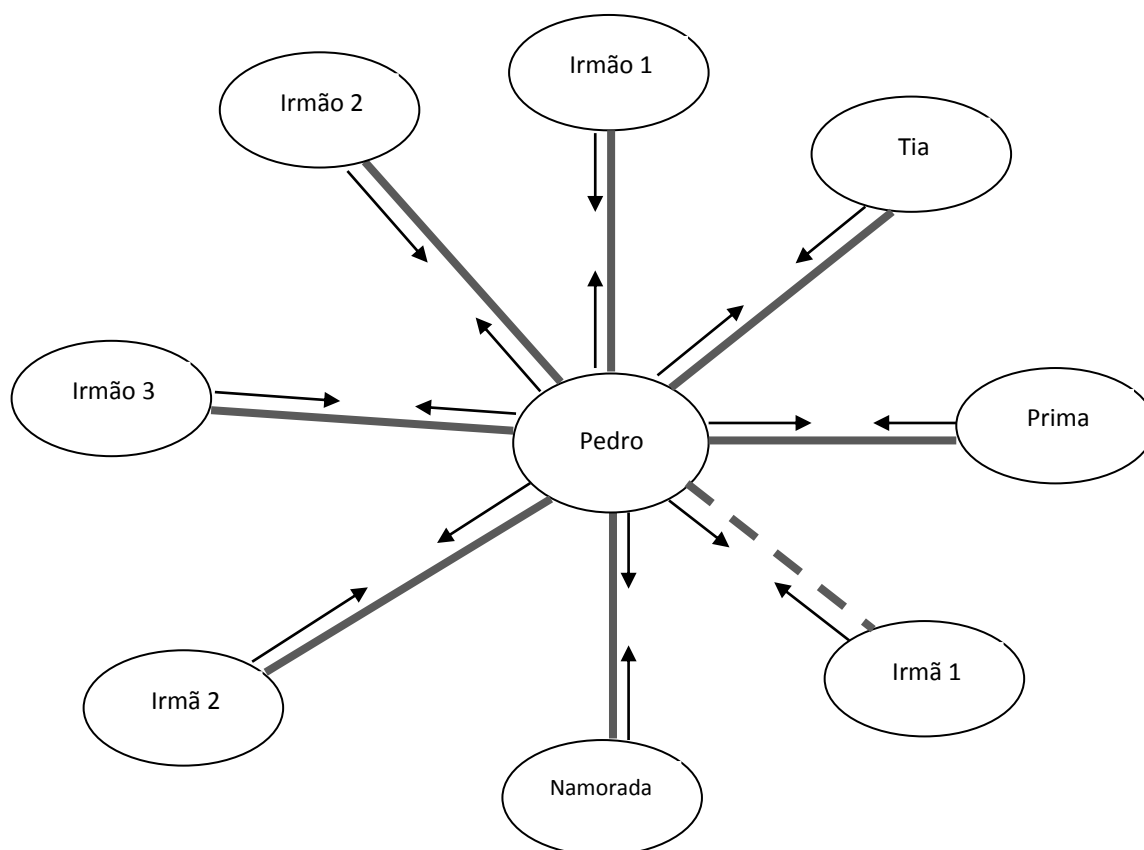


Figura 6. Ecomapa de Pedro

Fonte: elaborado pela pesquisadora juntamente com o participante em entrevista

4.1.1.6 História de Tiago

Tiago é um adolescente de 16 anos. O pai é falecido e ele reside com a mãe, a irmã de 17 anos e o padrasto em Rio Marinho, Vila Velha. Coursou até a sexta série e decidiu parar de estudar, pois queria trabalhar. Após ser

convencido pela mãe a continuar chegou a ser matriculado, mas faltou a algumas semanas de aula e seu nome foi retirado da pauta. Foi apreendido em seu primeiro ato infracional, aos 15 anos, por prática infracional análoga ao Art. 33 da Lei 11.343/06 – tráfico. Cumpriu a internação provisória na Unidade de Atendimento Inicial - UNAI, recebendo em seguida a medida socioeducativa de L.A.. O adolescente na época do cometimento do ato infracional estava residindo com alguns colegas.

Compreendem a rede social de Tiago os seguintes personagens:

a) A namorada com quem estabelece uma relação de proximidade afetiva. Percebe que neste relacionamento estão presentes **intimidade, confiança, reciprocidade e similaridade**. Percebe a relação como compensadora uma vez que oferece e recebe apoio.

b) A mãe com quem estabelece uma relação de proximidade afetiva. Percebe que neste relacionamento estão presentes **intimidade, confiança, reciprocidade e similaridade**. Percebe a relação como compensadora uma vez que oferece e recebe apoio. Quanto às atividades que desenvolvem juntos Tiago relata: *“Nós conversamos, minha mãe fica muito tempo dentro de casa. Eu fico em casa com ela, assisto TV”*. Segundo Tiago, essas atividades são desenvolvidas diariamente.

c) O padrasto com quem estabelece uma relação de proximidade afetiva, porém sem **intimidade**. *“Com meu padrasto nós não fazemos nada. Ele trabalha muito. Quando ele chega em casa nós só conversamos sobre futebol e só quando tem jogo ou quando meu time ou o time dele perde”*.

d) A irmã com quem estabelece uma relação conflituosa, sem

intimidade.

e) A avó materna com quem estabelece uma relação de afetivamente distante. Percebe a relação como compensadora, uma vez que oferece e recebe apoio. Porém não há **intimidade** e não é percebida **similaridade**. *“Nós não temos muito vínculo nem fazemos atividades juntos. Nós só conversamos quando ela vai lá em casa, aí nos conversamos um pouco”*.

f) Companheiro da avó materna com quem estabelece uma relação afetivamente distante. *“Nós conversamos só sobre futebol, e também quando ele está em casa às vezes”*.

g) Tia materna 1 com quem estabelece uma relação de proximidade afetiva, porém sem **intimidade**. Percebe a relação como compensadora uma vez que oferece e recebe apoio.

“Com a minha tia, ela me dá uns conselhos, e eu fico ouvindo, sempre é bom. Mas isso só de vez em quando, quando eu vou lá, quando eu decido ir lá, eu vou lá”.

h) Tia materna 2 com quem estabelece uma relação de proximidade afetiva, porém sem **intimidade**. Percebe a relação como compensadora uma vez que oferece e recebe apoio. *“Com essa tia também, ela gosta muito de me dar conselho também. Só quando eu vou na casa dela”*.

i) Tia materna 3 com quem estabelece uma relação de proximidade afetiva, não há **intimidade** mas há **confiança**. Percebe a relação como compensadora uma vez que oferece e recebe apoio. *“Minha Tia 3, eu vou mais na casa dela para jogar vídeo game e ela fica conversando comigo”*.

j) O Amigo com quem estabelece uma relação de proximidade afetiva. Percebe que neste relacionamento estão presentes **intimidade, confiança,**

reciprocidade. Percebe a relação como compensadora, uma vez que oferece e recebe apoio. Percebe a **similaridade** nas atividades que realizam juntos e nos hábitos: “Nós jogamos bola, conversamos, saímos juntos. Nós costumamos sair sempre. Sempre que tem uma festa na beira da praia, na Prainha”.

k) O time de futebol do bairro figura na rede social como um espaço de lazer.

A representação gráfica da rede social de Tiago a partir do ecomapa esta representado na Figura 7.

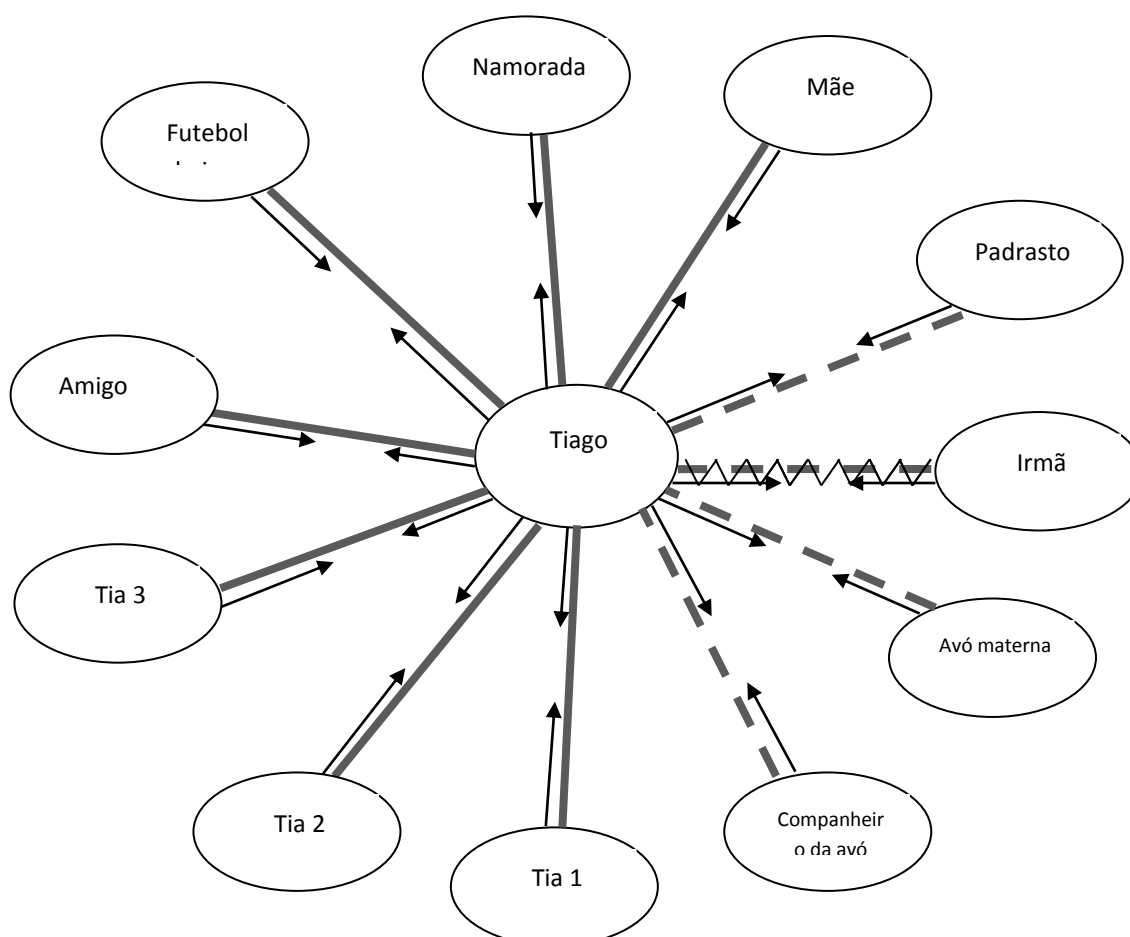


Figura 7. Ecomapa de Tiago

Fonte: elaborado pela pesquisadora juntamente com o participante em entrevista.

4.1.1.7 História de Lucas

Lucas é um adolescente de 15 anos. Coursou até a quinta série do ensino fundamental e não está frequentando a escola. Reside com a mãe e o padrasto. Possui ainda um irmão de 17 anos que reside com uma tia e um irmão de 20 anos que se encontra preso. Lucas cometeu o primeiro ato infracional aos 14 anos e até o momento da entrevista havia sido apreendido somente uma vez. Foi apreendido juntamente com um amigo e com o seu irmão por prática infracional análoga ao Art. 157 da Lei 2.848/40 - roubo. Cumpriu a internação provisória na Unidade de Atendimento Inicial – UNAI, recebendo em seguida a medida socioeducativa de L.A.. Após a realização da entrevista foi apreendido novamente por prática infracional análoga ao Art. 14 da Lei 10.826/03 – porte ilegal de arma de fogo e/ou munição, e atualmente está cumprindo nova internação provisória.

Compreendem a rede social de Lucas os seguintes personagens:

a) A mãe com quem estabelece uma relação de proximidade afetiva. Percebe que neste relacionamento estão presentes **intimidade, confiança e reciprocidade**. Percebe a relação como compensadora uma vez que oferece e recebe apoio. Percebe **similaridade** no jeito de agir de na forma de solucionar os problemas. *“Nós assistimos TV e saímos para lanchar”.*

c) O Padrasto com quem estabelece uma relação afetivamente distante. *“Meu sentimento é variável, às vezes é raiva, às vezes é alegria, um monte de coisas”.*

d) O Irmão com quem estabelece uma relação de proximidade afetiva,

apesar de não haver **intimidade**. Percebe a relação como compensadora uma vez que oferece e recebe apoio.

e) A Tia com quem estabelece uma relação de proximidade afetiva, apesar de não haver **intimidade** há **confiança**. Percebe a relação como compensadora uma vez que oferece e recebe apoio.

f) O primo com quem estabelece uma relação afetivamente distante.

g) Os vizinhos com quem estabelece uma relação de proximidade afetiva, apesar de não haver **intimidade** há **confiança**. Percebe a relação como compensadora uma vez que oferece e recebe apoio.

h) O Colega que também cumpre L.A com quem estabelece uma relação de proximidade afetiva, apesar de não haver **intimidade** há **confiança**. Percebe a relação como compensadora uma vez que oferece e recebe apoio. Quanto às atividades que desenvolvem juntos Lucas relata que jogam bola, soltam pipas, vão à praia. Relata que são amigos desde a infância, 7 ou 8 anos.

i) Os colegas da rua com os quais estabelece uma relação de proximidade afetiva, apesar de não haver **intimidade** e relatar **desconfiança**. Praticam em conjunto atividades como jogar, bola, soltar pipa e ir à praia. Relata que são colegas desde a infância, há 7 ou 8 anos.

A representação gráfica da rede social de Lucas a partir do ecomapa esta representado na Figura 8.

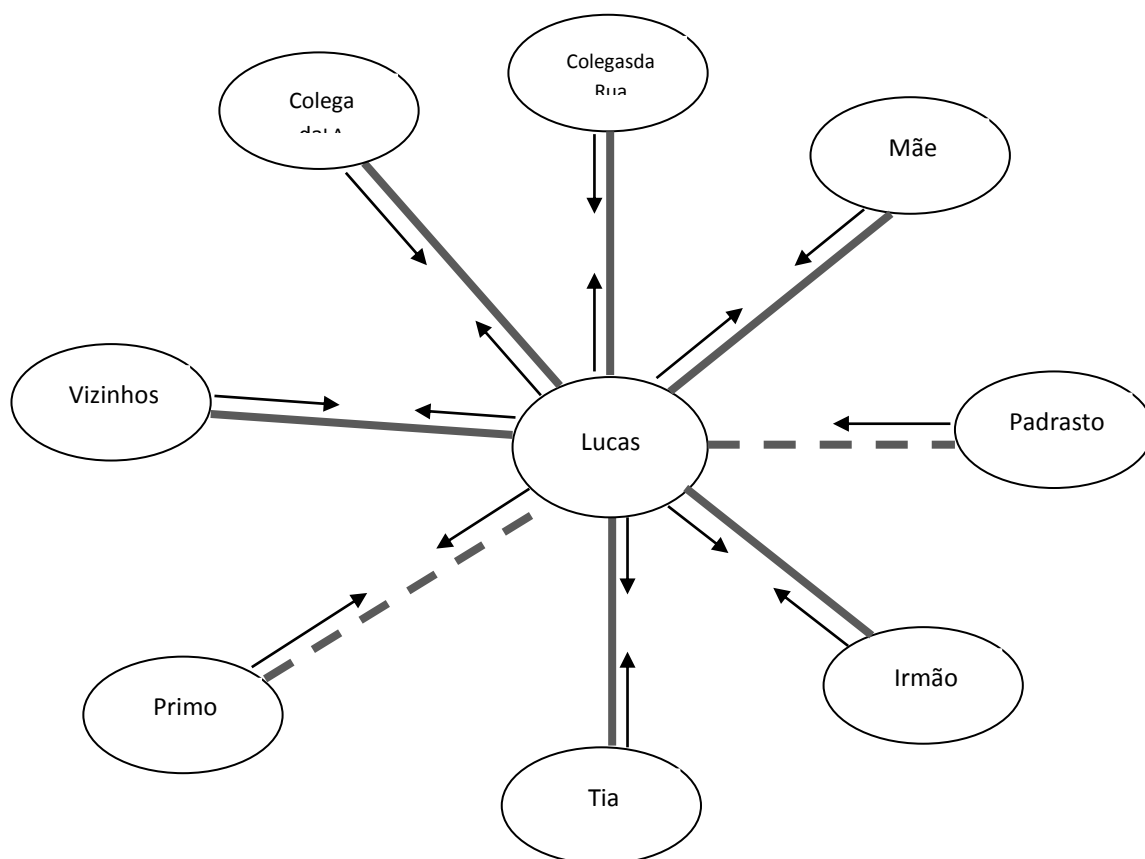


Figura 8. Ecomapa de Lucas

Fonte: elaborado pela pesquisadora juntamente com o participante em entrevista.

4.1.1.8 História de Mateus

Mateus é um jovem de 18 anos. Reside com a namorada também de 18 anos, com a sogra, o sogro e a cunhada de 15 anos. Possui mais quatro irmãos todos maiores de idade. Coursou até a oitava série e atualmente não frequenta a escola. Relata uma relação muito próxima ao pai e distante com a mãe. Mateus trabalha com um dos seus irmãos em uma fábrica de pufe. Mateus relata cinco passagens pelo sistema socioeducativo, tendo inclusive iniciado a medida socioeducativa de L.A. outras vezes, porém sem concluí-la.

Cometeu o primeiro ato infracional aos 15 anos, análogo ao Art. 157 da Lei 2848/40 - roubo. Em sua primeira apreensão cumpriu a Internação Provisória por quarenta e cinco dias recebendo em seguida a medida de L.A, porém não cumpriu e foi expedido um Mandado de Busca e Apreensão – M.B.A. Foi novamente apreendido permanecendo na Unidade de Atendimento Inicial – UNAI por cinco dias devendo dar continuidade a medida de L.A, novamente não cumpriu e recebeu uma medida de Internação Sanção, a qual cumpriu pelo período de três meses na Unidade de Internação Socioeducativa - UNIS. Posteriormente foi novamente apreendido por prática infracional análoga ao Art. 180 da Lei 2848/40 – receptação de produtos roubados - e cumpriu nova Internação Provisória de quarenta e oito dias e recebeu nova medida de L.A que também não cumpriu sendo expedido novo M.B.A. Foi apreendido pela quinta vez permanecendo na Unidade de Atendimento Inicial – UNAI por sete dias. Após ser liberado foi novamente apreendido, pela sexta vez, por prática infracional análoga ao Art. 157 da Lei 2848/40 - roubo - na qual recebeu a medida socioeducativa de Internação. Permaneceu na UNIS por onze meses e durante uma rebelião fugiu durante três meses. Foi novamente apreendido, ficando na UNIS por mais cinco meses. Após esse período, sétima apreensão, recebeu progressão de medida dando início ao cumprimento da medida de L.A. Na época da coleta de dados Mateus cumpria a medida de L.A há dois meses. Há ainda um irmão que também foi preso.

Compreendem a rede social de Mateus os seguintes personagens:

a) A namorada com quem estabelece uma relação de proximidade afetiva. Percebe que neste relacionamento estão presentes **intimidade**,

confiança, reciprocidade e similaridade. Percebe a relação como compensadora uma vez que oferece e recebe apoio. Relata que estão sempre juntos e fazem as atividades cotidianas em conjunto.

b) A sogra com quem estabelece uma relação de proximidade afetiva. Percebe que neste relacionamento estão presentes **intimidade, confiança, reciprocidade e similaridade.** Percebe a relação como compensadora uma vez que oferece e recebe apoio.

c) O sogro com quem estabelece uma relação afetivamente distante.

d) A cunhada com quem estabelece uma relação afetivamente distante.

e) A mãe com quem estabelece uma relação afetivamente distante.

f) O pai com quem estabelece uma relação de proximidade afetiva. Percebe que neste relacionamento estão presentes **intimidade, confiança, reciprocidade e similaridade.** Percebe a relação como compensadora uma vez que oferece e recebe apoio.

g) Irmão 1 com quem estabelece uma relação de proximidade afetiva. Percebe que neste relacionamento estão presentes **intimidade, confiança e reciprocidade.** Percebe a relação como compensadora uma vez que oferece e recebe apoio. Percebe a **similaridade** nos projetos profissionais que envolve uma parceria profissional. Trabalham juntos.

h) Irmão 2 com quem estabelece uma relação de proximidade afetiva. Percebe que neste relacionamento estão presentes **intimidade, confiança, reciprocidade e similaridade.** Percebe a relação como compensadora uma vez que oferece e recebe apoio.

i) Irmão 3 com quem estabelece uma relação de proximidade afetiva,

porém sem **intimidade**.

j) Irmão 4 com quem estabelece uma relação de proximidade afetiva, porém sem **intimidade**.

A representação gráfica da rede social de Mateus a partir do ecomapa esta representado na Figura 9.

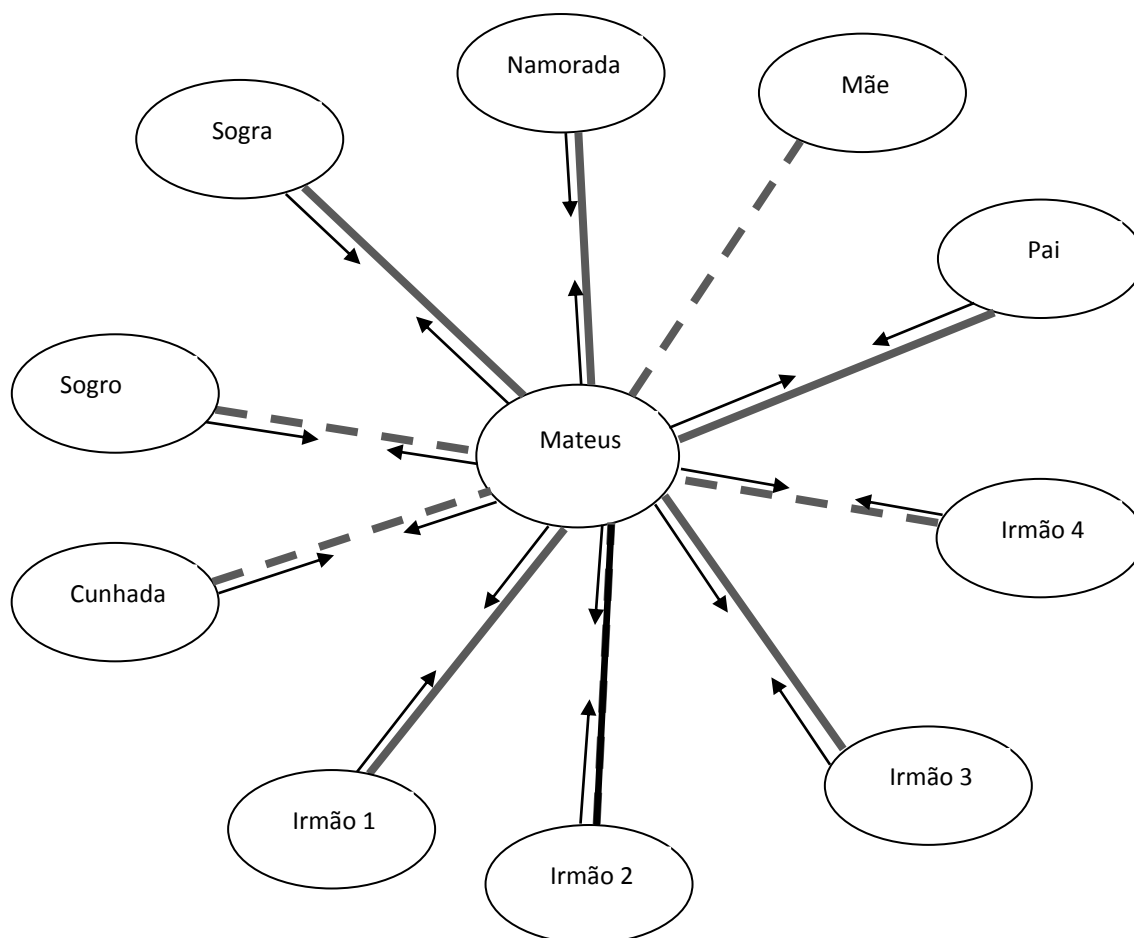


Figura 9. Ecomapa de Mateus.

Fonte: elaborado pela pesquisadora juntamente com o participante em entrevista.

4.1.1.9 História de Gabriel

Gabriel é um adolescente de 17 anos. Reside com a mãe, uma irmã de dez anos e um irmão de 13 anos. O pai reside com sua nova companheira, com quem tem um filho de 2 anos. Possui ainda um irmão de 18 anos que

reside com o pai. Gabriel trabalha durante o dia em um depósito de bebidas como ajudante de carga e descarga. Na época em que foi apreendido trabalhava somente aos finais de semana. Após sua apreensão passou a trabalhar como diarista de segunda a sexta-feira e com a carteira de trabalho assinada. Coursou até o segundo ano do Ensino Médio e atualmente não frequenta a escola. Gabriel cometeu o primeiro ato infracional aos 16 anos. Foi apreendido somente uma vez por prática infracional análoga ao Art. 14 da Lei 10.826/03 - porte ilegal de arma de fogo e/ou munição. Gabriel associa sua apreensão ao tráfico de drogas, apesar de afirmar que não estava traficando, mas portava arma para se defender. Seu irmão mais velho, seu primo e alguns amigos já foram apreendidos e/ou presos.

Compreendem a rede social de Gabriel os seguintes personagens:

a) A mãe com quem estabelece uma relação de proximidade afetiva. Percebe que neste relacionamento estão presentes **confiança e reciprocidade**. São percebidas pouca **similaridade** e há mais **diferenças**. Percebe a relação como compensadora uma vez que oferece e recebe apoio.

“Ah, não sei. Eu penso que nosso jeito é muito diferente, é só ver pelas minhas amizades, porque às vezes, eu arrango uns colegas que ela não gosta. E quando ela fala que não gosta, posso me afastar, porque é o tempo todo enchendo o saco”.

b) A irmã com quem estabelece uma relação de proximidade afetiva. Porém neste relacionamento não estão presentes intimidade, o que se justifica pela diferença de idade. Reconhece pouca **reciprocidade e similaridade**.

c) O irmão com quem estabelece uma relação de proximidade afetiva. Porém neste relacionamento não estão presentes intimidade, o que se justifica

pela diferença de idade. Reconhece pouca **reciprocidade e similaridade**.

d) O Amigo 1 com quem estabelece uma relação de proximidade afetiva. Percebe que neste relacionamento estão presentes **intimidade, confiança, reciprocidade e similaridade**. Percebe a relação como compensadora uma vez que oferece e recebe apoio.

e) O Colega com quem estabelece uma relação de proximidade afetiva. Porém não há **intimidade**, mas são percebidos **confiança, reciprocidade e similaridade**. Percebe a relação como compensadora uma vez que oferece e recebe apoio.

f) Trabalho figura na rede social como um mecanismo de proteção e suporte social.

A representação gráfica da rede social de Gabriel a partir do ecomapa esta representado na Figura 10.

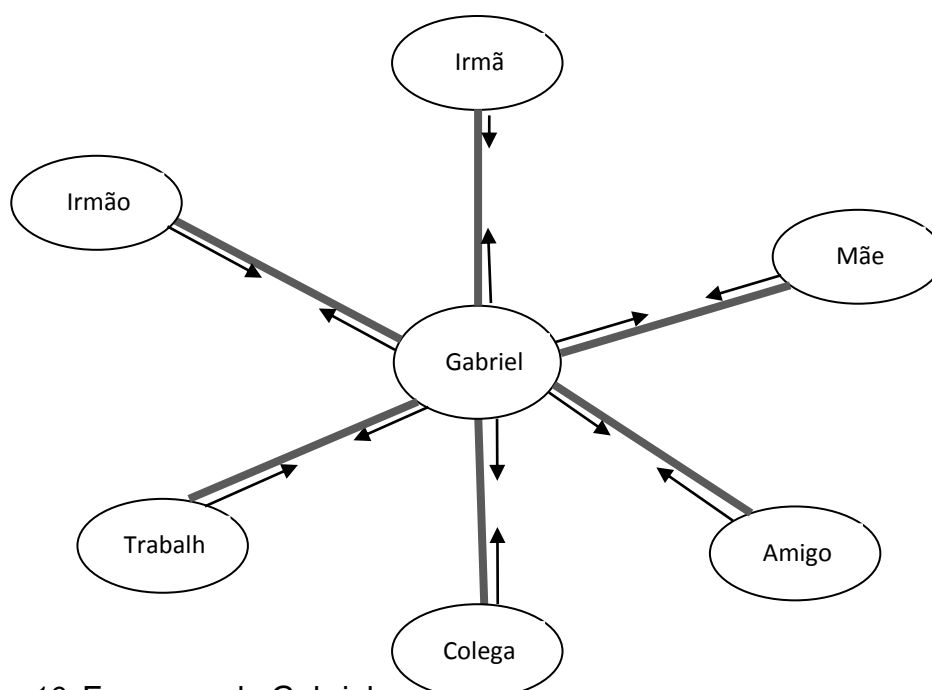


Figura 10. Ecomapa de Gabriel.

Fonte: elaborado pela pesquisadora juntamente com o participante em entrevista.

4.1.1.10 História de Saulo

Saulo é um adolescente de 16 anos. Reside com a mãe e o padrasto. Possui outros dois irmãos, um de 23 anos que reside com a avó paterna e um de 15 anos que reside com uma tia materna. Coursou a quinta série do ensino fundamental e não frequenta a escola atualmente. Relata que sua primeira apreensão foi aos 16 anos, mas já havia cometido outros atos infracionais. Foi apreendido por prática infracional análoga aos Art. 33 e 35 da Lei 11.343/06 – tráfico e associação ao tráfico. Cometeu o ato infracional em Vila Velha, época em que estava morando com colegas. Retornou para casa da mãe em Cariacica após ser apreendido e ela não permite que ele volte a este bairro. Foi apreendido juntamente com um amigo que também cumpre a medida de L.A no mesmo programa. Cumpriu a Internação Provisória por quarenta e oito dias recebendo em seguida a medida socioeducativa de L.A. Há ainda um familiar, tio, que também foi preso e já cumpriu sua pena encontrando-se atualmente em liberdade.

Compreendem a rede social de Saulo os seguintes personagens:

a) A mãe com quem estabelece uma relação de proximidade afetiva. Percebe que neste relacionamento estão presentes **intimidade, confiança, reciprocidade e similaridade**. Percebe a relação como compensadora uma vez que oferece e recebe apoio. *“Com a minha [mãe] também, é boa, e eu fico feliz quando estou do lado dela”.*

b) O padrasto com quem estabelece uma relação afetivamente distante.

c) A avó materna com quem estabelece uma relação de proximidade afetiva. Percebe que neste relacionamento estão presentes **intimidade,**

confiança e reciprocidade. Mas não há similaridade. Percebe a relação como compensadora uma vez que oferece e recebe apoio.

“A minha avó é a mais apegada a mim. Quando eu vou lá na casa dela eu almoço com ela, eu fico junto com ela, converso com ela e ela fica me perguntando sobre a minha vida. Quando eu morava junto com ela nós saíamos juntos. Nós íamos ao shopping”.

d) Amigo 1 com quem estabelece uma relação de proximidade afetiva.

Percebe que neste relacionamento estão presentes intimidade, confiança, reciprocidade e similaridade. Percebe a relação como compensadora uma vez que oferece e recebe apoio.

“A mesma amizade que eu tenho por ele eu sei que ele tem por mim”. “O amigo mais verdadeiro mesmo que eu tenho é o Amigo 1. Meu melhor amigo. O resto são só colegas. E nós nos conhecemos há muito tempo”.

Sobre as atividades desenvolvidas conjuntamente relata sair, ficar conversando, ir ao shopping e ir à pracinha. As diferenças são claramente percebidas como **complementaridade:**

“Eu acho que somos mais ou menos parecidos. Mas as idéias, eu não sei, porque cada um tem o pensamento diferente. Nossas idéias às vezes combinam, mas as ideias são diferentes, nós também discordamos”.

e) Amigo 2 com quem estabelece uma relação de proximidade afetiva.

Percebe que neste relacionamento estão presentes intimidade, confiança, reciprocidade e similaridade. Percebe a relação como compensadora uma vez que oferece e recebe apoio.

f) Colega 1, Colega 2, Colega 3, Colega 4 com os quais estabelece uma relação afetivamente distante. Percebe que nestes relacionamentos não

há **intimidade e confiança**. “É que eles moram lá perto de casa, aí eu converso com eles, às vezes joga bola”.

g) Psicóloga do programa de L.A figura na rede social como um mecanismo de proteção e suporte social. Sobre a psicóloga em especial Saulo afirma: “Ela me ajuda, atende a minha família. Me sinto ótimo”.

A representação gráfica da rede social de Saulo a partir do ecomapa esta representado na Figura 11.

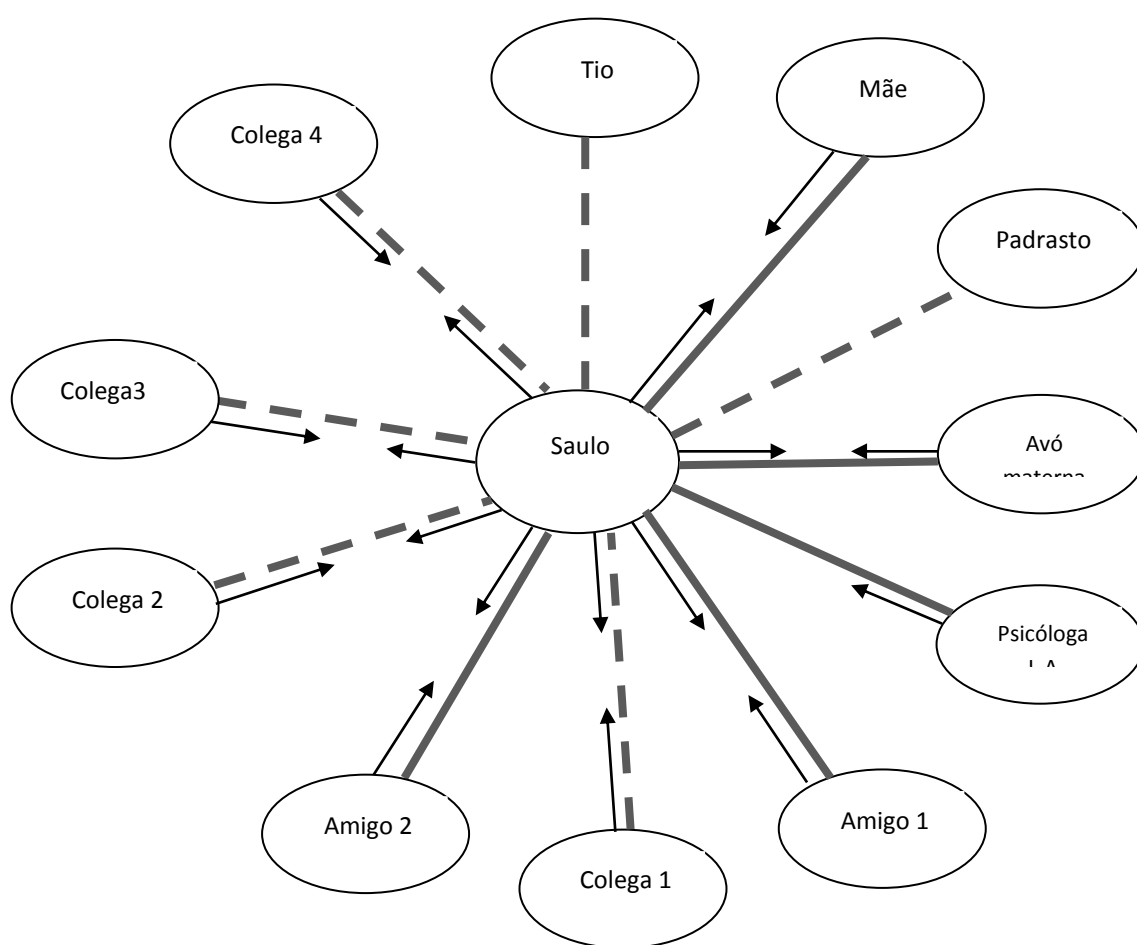


Figura 11. Ecomapa de Saulo.

Fonte: elaborado pela pesquisadora juntamente com o participante em entrevista.

4.1.2 Análise Dos Dados

A partir dos dados apresentados é possível perceber que os adolescentes entrevistados relacionam-se tanto com pessoas envolvidas com atos infracionais quanto com pessoas que não possuem nenhum tipo de envolvimento com práticas criminosas. A maioria relata possuir mais colegas do que amigos, alguns nem chegam a incluir os colegas como participantes de sua rede, mas os citam posteriormente ao narrarem suas histórias a pesquisadora. Em suas redes são comuns as relações percebidas como afetivamente distantes, ou seja, aquelas relações nas quais não se criam laços duradouros, já que não há confiança. Nessas relações não é possível compartilhar sentimentos, oferecer e receber apoio afetivo e emocional.

Verificamos ainda que um pequeno número de sujeitos, entre 6 e 14 indivíduos, são apontados como participantes da vida dos adolescentes entrevistados. No estudo realizado por Ceolin (2003) o número de sujeitos incluídos na rede social de jovens autores de ato infracional variou entre 12 e 32, já no estudo realizado por Branco, Wagner e Demarchi (2007) variou entre 6 e 12 sujeitos. Em outros estudos como no estudo realizado por Poletto (1999), com crianças em condição de vulnerabilidade social encontrou uma média em torno de 20 sujeitos.

Sobre os aspectos analisados acima nossos dados corroboram com os obtidos por Aranzedo (2006) uma vez que as relações estabelecidas por aqueles que vivenciam a prática de atividades criminosas são caracterizadas por um fluxo intenso de transações comerciais, disputas de poder e territórios,

confrontos entre pares e com a polícia o que tornam as relações frágeis. Nestes casos, as práticas criminosas mediam as relações interpessoais, não permitindo que se estabeleçam relações com intimidade, que se percebam as similaridades e que se possa esperar reciprocidade a fim de estabelecer a confiança no futuro do relacionamento.

Quanto à família, dos dez adolescentes entrevistados, apenas três apresentaram a figura paterna como participante da sua vida e somente dois residiam com ambos os pais, dados semelhantes aos encontrados por Feijó e Assis (2004). Porém, em nosso estudo, a maioria dos adolescentes entrevistados relatou relacionar-se tanto com a família nuclear quanto com a família extensa (primos, tios, avós e cunhado) e estabelecer relações de afetividade com os familiares com baixo número de relacionamentos conflituosos e/ou estressores.

A partir do ecomapa é possível aferir ainda, que os adolescentes pesquisados não estão inseridos em outras políticas públicas ou frequentam grupos, associações ou projetos sociais e comunitários que poderiam funcionar como fatores de proteção e suporte social, semelhante aos apontamentos realizados por Castro e Guareschi (2008). Como espaço de vínculo comunitário, dois adolescentes apontam o futebol (um vinculado a um clube e outro ao bairro – “pelada”), porém estes espaços acabam se traduzindo apenas como espaços de lazer. Apenas dois adolescentes (Joana e Paulo) apresentam a igreja em sua rede e um (Maria) diz frequentá-la eventualmente quando uma amiga lhe convida, porém não a inserem como participante de sua vida. Nota-se ainda que esses adolescentes percebem a igreja como um local de apoio

espiritual, mas não relatam possuir laços afetivos e relacionar-se com algum frequentador dela fora do espaço físico da igreja.

Quanto a LA, a “casa amarela” é incluída por dois adolescentes em sua rede social e percebida como participante de suas vidas. Os outros, porém, não se referem ao local de cumprimento da medida socioeducativa ou a algum profissional como participante de sua vida.

Quanto à atividade laboral dois adolescentes relatam trabalhar formalmente e iniciaram o trabalho formal após serem liberados da unidade provisória e iniciarem o cumprimento da medida socioeducativa. Oito adolescentes relatam já terem desenvolvido alguma atividade laborativa antes da apreensão. Todavia eram atividades informais, esporádicas, não especializadas, pouco valorizadas socialmente e com baixa remuneração. Dados semelhantes são citados por Aranzedo (2006).

Quanto à escola, do mesmo modo que em pesquisas anteriormente realizadas (Aranzedo, 2006; Gallo & Willians, 2008; Toledo, 2010), em nosso estudo os adolescentes possuíam nível de escolaridade abaixo do esperado para sua idade e todos estavam afastados da escola no momento em que cometeram o ato infracional. Nenhum participante deste estudo incluiu a escola em sua rede social ou a relatou como participante de sua vida.

Quanto às atividades que os adolescentes diziam realizar com os membros de sua rede social nota-se semelhança nas atividades realizadas com a mãe, avós e pais. Com esses personagens, os adolescentes relatam assistir TV, conversar, e eventualmente sair. Cabe então refletirmos sobre o papel social da TV na vida das famílias brasileiras, uma vez que boa parte do

tempo livre desses jovens que poderia ser direcionado a atividades de interação entre seus familiares é dedicada a assistir TV, sobretudo novela. Avaliamos que a programação das emissoras brasileiras não promove a reflexão acerca de valores de convívio e tolerância, mas reproduzem fortemente a ideia capitalista de que valemos o quanto consumimos e prevalecem as formas superficiais de relacionamento, baseadas em traição, inimizades e exploração das camadas populares como enredo básico das telenovelas.

Com os amigos as atividades realizadas por ordem de frequência eram conversar, sair (praia, pracinha, baile de funk, festas no bairro, shopping, casa de amigos, lanchonete, boliche, Igreja e Lan House), jogar bola, soltar pipa, jogar vídeo game e jogar dominó. Do mesmo modo como apontado em Aranzedo (2006), em nosso estudo os adolescentes não demonstraram nenhum traço comportamental que indicasse dificuldade de socialização, o que se confirma a partir dos relacionamentos afetivos significativos estabelecidos em suas redes sociais com familiares e amigos.

4.2 DIMENSÕES DO RELACIONAMENTO INTERPESSOAL: PERCEPÇÃO INTERPESSOAL SOBRE O ATO INFRACIONAL

Segundo Hinde (1997) a forma como cada um se percebe, percebe o outro numa relação e o relacionamento como um todo é essencial à integridade dos indivíduos. Esta percepção é variável segundo as diferenças individuais e os tipos de relações estabelecidas entre elas.

A percepção interpessoal para Hinde (1997) pode ser compreendida como a idéia formada pelo participante sobre os integrantes de sua rede social e com os quais interage, sobre si mesmo ou sobre o relacionamento como um todo. Os sujeitos criam imagens mentais sobre o que os outros pensam a seu respeito, sobre suas ações e sobre os demais membros de sua rede.

Com o intuito de verificar a percepção interpessoal de nossos participantes sobre seus relacionamentos realizamos, durante a entrevista, algumas perguntas que possibilitavam suscitar essas imagens. Perguntamos aos nossos participantes o que seus amigos, seus colegas, seus familiares e eles mesmos pensavam sobre o fato de terem cometido o ato infracional e terem sido apreendidos. Abaixo foram organizadas as respostas que serão em seguida analisadas.

4.2.1 Apresentação Dos Dados Por Participante

4.2.1.1 Maria

a) Sobre a percepção a respeito da percepção dos amigos e/ou colegas

“Eles [os colegas] não falam nada. Para eles é normal, é normal porque no bairro, todos estão sendo presos. Para eles é normal. (...) Ela [uma das amigas] falou que eu fui burra. Que eu sou idiota, eu e a outra. Ela falou que nós somos muito burras. Não era para nós termos feito isso [sobre o ato infracional]”.

“(...) Ela [mãe da amiga que esta presa] fica triste. Ela [amiga que esta presa] está triste também, porque ela está presa”.

b) Sobre a percepção de seus familiares

“Ele [o pai] Ficou decepcionado. Mas eu vou falar para você, eu e ela não estávamos traficando. O menino que estava junto conosco é que estava, aí nós estávamos lá também, aí foi culpa de todos. Entendeu? Mas, para minha família é muita decepção, muita vergonha e tristeza mesmo.”

c) Sobre a sua percepção pessoal sobre o ato

“Isso para mim foi uma prova. Prova de Deus para me mostrar como é. Aí, eu vi como é lá, como é ruim. Os alojamentos são muito ruins, tem que melhorar os alojamentos da UFI. Tem uns que não tem vaso, não tem ventilador, tudo nojento. Longe da família também é muito ruim. Só sofrimento mesmo. (...) E eu nem estava na firma [movimento do tráfico]. Só que já tinha amizades com pessoas erradas”.

4.2.1.2 Joana

a) Sobre a percepção a respeito da percepção dos amigos e ou colegas:

“Eles [os amigos] não falam nada. É normal, todo mundo já foi preso, alguns até acha legal, porque eles pensam assim: - Até uma menina certinha, que eles achavam que eu era, foi presa. Para eles é só curtição. (risos)”.

b) Sobre a percepção de seus familiares:

“Minha mãe fala que foi uma vergonha. Meu pai não fala nada, só que não gostou. Meu namorado não falou nada também. Mas ele só ficava

reclamando, por eu ter sido presa. (...) ele ficava dizendo que eu dei bobeira, que foi bobeira minha”.

c) Sobre a sua percepção pessoal sobre o ato:

“Eu achei que foi um aprendizado a mais. Agora eu sei como que é lá do outro lado, a maioria que entra nessa vida, quer saber como é. É doido para saber como é. Entra e quer saber como é e, acaba sendo um aprendizado de como é lá do outro lado. (...) Do outro lado estando presa. (...) É Ruim. É ruim e bom ao mesmo tempo, porque lá dentro pelo menos nós estamos guardados. Estava guardado, comia, bebia, dormia, jogava bola, tinha salão, tinha escola e podia fazer as coisas darem certo. (...) Lá dentro não tinha perigo de nada acontecer com nós como na rua. Estava guardado, entendeu?”.

4.2.1.3 João

a) Sobre a percepção a respeito da percepção dos amigos e ou colegas:

“Eles não falam nada. É normal para a maioria. Às vezes até perguntam, por que, alguns não sabiam o que eu estava fazendo”.

b) Sobre a percepção de seus familiares:

“Para a família é tristeza. Só coloca a família no sofrimento”.

c) Sobre a sua percepção pessoal sobre o ato:

“Eu não achei nada bom. Achei muito ruim. (...) por ter sido preso. Mas, ter sido preso de um lado foi desagradável, porque muitos que vão presos, desistem das coisas, eu não pensei desse jeito. Só porque eu fui preso eu vou desistir? É ruim heim! Eu não desisti do eu estava fazendo e do que eu estou fazendo hoje, jogando bola e estudando. E eu não

estava nem vendendo nem usando, não uso drogas. Eu fui preso por tráfico, mas eu não estava traficando”.

4.2.1.4 Paulo

a) Sobre a percepção a respeito da percepção dos amigos e ou colegas:

“Agora não tenho mais amigos, estou vivendo assim sozinho. (...) É para eu não me envolver nisso de novo. Sabe, não quero contato”.

b) Sobre a percepção de seus familiares:

“Eles não gostaram. E eles falam só para eu não fazer nada de novo, para eu não correr o risco de ser preso outra vez”.

c) Sobre a sua percepção pessoal sobre o ato:

“Não foi bom. A medida aqui é boa. Vim cumprir essa medida e gosto. Mas, ser preso não foi bom”.

4.2.1.5 Pedro

a) Sobre a percepção a respeito da percepção dos amigos e ou colegas:

“Tenho muitos colegas que já foram presos. Hoje eu converso com eles, mas não é a mesma coisa de antes. Eles estão lá no canto deles fazendo as coisas erradas deles e eu só passo e falo um oi e vou embora. Eu não paro mais. Mas, antes eu parava e ficava conversando uma ou duas horas. Agora, não fico nem dois minutos. Então, eu não sei

o que eles pensam, eu não fico falando sobre isso. Mas, eu sei que para eles é normal. É da vida”.

b) Sobre a percepção de seus familiares:

“Eles [os familiares] não falam nada comigo. Se eles pensam alguma coisa, eu não sei. Minha irmã ficou triste, chateada. Quem ia me visitar lá era meu pai, minha irmã e meu irmão”.

c) Sobre a sua percepção pessoal sobre o ato:

“Eu não achei bom. Porque ninguém gosta de ficar preso. Mas, cumprir a medida foi tranquilo, normal. Lá era diferente. Aqui eu gostei, embora estando preso, mas, eu gostei. Agora esto pensando em trabalhar, e terminar meus estudos”.

4.2.1.6 Tiago

a) Sobre a percepção a respeito da percepção dos amigos e ou colegas:

“Eles [os amigos] não falam nada, eles nem comentam sobre isso. Para eles isso aí é normal”.

b) Sobre a percepção de seus familiares:

“Eles também não falaram nada comigo não. Só minha mãe falou que ficou triste”.

c) Sobre a sua percepção pessoal sobre o ato:

“Eu não acho nada; para mim, é normal. Se você fez, tem que pagar. É a vida. É assim”.

4.2.1.7 Lucas

- a) **Sobre a percepção a respeito da percepção dos amigos e ou colegas:**

“Eles agem normalmente. Nós conversamos muito pouco sobre esse assunto. Alguns já foram presos também”.

- b) **Sobre a percepção de seus familiares:**

Eles [familiares] acham ruim. Só que eles não falam nada. Só ficam tristes”.

- c) **Sobre a sua percepção pessoal sobre o ato:**

“Eu acho muito ruim também. Porque se eu não tivesse sido preso eu poderia estar estudando, trabalhando, tendo uma qualidade de vida melhor para meu futuro. Agora, se eu for procurar um emprego, vou ter a passagem. Escola, eu tive que parar de estudar, eu tinha recomeçado, então eu fui preso e não pude continuar lá, aí, parei de vez. Então, são muitas coisas”.

4.2.1.8 Mateus

- a) **Sobre a percepção a respeito da percepção dos amigos e ou colegas:**

“Porque antes eu tinha menos de 18 anos e pensava em muitas coisas. Hoje em dia, eles até ficam impressionado por eu ter mudado. Entendeu? Tem uns vizinhos ao meu redor que sabem da minha vida, tinham muitos que até contavam coisas para a minha sogra e falavam que eu estava iludindo a filha dela. Falavam que eu ia sair e não ia

mudar de vida, que eu ia ficar no tráfico. Mas, mesmo assim, eu trato normal, não tem problema nenhum”.

b) Sobre a percepção de seus familiares:

“Hoje eu penso muito na minha mãe, que hoje em dia não está muito bem de saúde, penso na minha namorada, no que ela já viveu e no que ela sofre por causa do irmão dela, porque ela chora sempre. Eu vejo e ela pede para eu não voltar porque não quer isso, não quer viver em porta de cadeia. Porque ela tem amigas que também são mulheres de presos. Eu lembro desse sofrimento, então eu tenho essa força”.

c) Sobre a sua percepção pessoal sobre o ato:

“Hoje eu não tenho mais a coragem que eu tinha. Hoje em dia está tudo diferente, antes eram mais fáceis as coisas. Hoje em dia mudaram muito. Entendeu? Eu também, porque eu não quero mais isso para mim. Eu quero um futuro para mim, já perdi muitos amigos da minha época que já morreram. Muitos estão presos e vão ficar muito tempo. Eu não quero mais isso para mim. Decidi! Eu quero trabalhar e viver minha vida honestamente”.

4.2.1.9 Gabriel

a) Sobre a percepção a respeito da percepção dos amigos e ou colegas:

“Eu acho que é normal isso para eles. Lá naquele bairro, arma e tráfico é normal”.

b) Sobre a percepção de seus familiares:

“Eles [familiares] falam muito. Eles ficam falando que avisaram para mim. Porque onde eu moro, Primeiro de Maio. Eles falaram que desde que foram morar lá, já sabiam que ia acontecer isso, que eu ia acabar me envolvendo com aqueles moleques de lá. Meu ato foi tráfico e porte de arma. Acharam um monte de coisa do outro lado do quintal. Mas, eu estava só com a arma. No tráfico não. (...) Eu estava com a arma para

me defender. Mas, o que aconteceu foi que eu estava na porta da casa do meu colega e ele falou: "- Fulano, segura aqui para mim que eu vou alí rapidinho". Aí eu falei: "-Tá bom". Só que uma noite antes, os caras tinham dado um monte de tiro lá. Enquanto ele foi, chegou a polícia; invadiu tudo e me prendeu com outro menino. E do lado, eu acho que era uma boca, porque eles acharam um monte de drogas, colete, tudo".

c) Sobre a sua percepção pessoal sobre o ato:

"Para mim, por um lado foi até bom acontecer isso logo, para eu ver, pensar. E serviu sim, para eu tomar juízo. Porque agora estou fichado e trabalho direto. Com carteira assinada. Eu nem paro e nem fico na rua conversando. Eu trabalho de 8:00 as 20:00 h, então, eu chego e fico em casa. Só no final de semana que eu saio para rua".

4.2.1.10 Saulo

a) Sobre a percepção a respeito da percepção dos amigos e ou colegas:

"Eles [amigos] perguntam como foi lá dentro, fiquei em Maruípe [UNAI] e na UNIP. Eles perguntam quanto tempo e como era o dia a dia lá. Eu conto para eles. Eles falam que deve ser muito ruim. Eu explico que tinham muitas coisas jogadas, que era tudo sujo, que existe briga porque os garotos são rivais. Guerra mesmo, coisa séria. eles acham triste. Eu fiquei um mês e 18 dias lá, longe das amizades. E eles ficaram tristes".

b) Sobre a percepção de seus familiares:

"Minha família só pensa em mudar minha vida, me ajudar cada vez mais para sair desse lugar, parar de mexer com drogas. Mas agora eu não mecho com mais nada. Não quero mais isso para mim. E a única coisa que eu uso é maconha".

c) Sobre a sua percepção pessoal sobre o ato:

"Eu fui pego por tráfico. Eu penso em sair disso, porque eu só entrei nessa vida porque eles diziam que ganharia dinheiro, um monte de

coisas. Depois eu fui ver que não era nem a metade. Eu ainda fui preso. Tristeza para minha família e um monte de coisas”.

4.2.2 Análise Dos Dados

Quanto à percepção dos participantes a respeito da percepção dos amigos e colegas sobre o ato infracional e sobre a apreensão verifica-se que os adolescentes acreditam que seus colegas entendem a prática do infracional como conduta “normal” e “natural”, “coisa da vida”. Acreditam que seus colegas percebem não haver outro caminho possível, uma vez que “todos” já cometeram atos infracionais. No que se refere ao fato de ser apreendido, este é encarado como “vacilo”, “burrice”, “bobeira” e “dar mole”. Neste sentido a apreensão é percebida como uma consequência que resultou de uma ação criminosa mal executada. Em geral não avaliam a negatividade de cometer o ato, mas sim de ser apreendido.

Quanto à percepção dos familiares verifica-se estar associada ao sofrimento causado pela apreensão. São invocadas imagens como não gostar, decepção com o comportamento infracional, vergonha em decorrência da apreensão, tristeza, e colocar a família em sofrimento (associado ao processo de visitas e revista minuciosa a qual são submetidos os familiares). Os adolescentes sinalizam ainda que a família os aconselhava e dizia já saber que isso ia acontecer, imagem associada ao contexto e as amizades. Os adolescentes referem-se à fala de familiares que orientam a não cometerem nenhum delito novamente para não serem apreendidos.

Quanto à percepção pessoal sobre a apreensão os participantes a associam a uma “prova de Deus”, “um sinal divino”, e também a um “aprendizado” que orienta a mudar a trajetória pessoal. Estão associadas ainda percepções relacionadas ao sofrimento e tristeza decorrentes da estrutura física precária das unidades onde cumpriram a internação provisória, confirmando as condições há muito apontadas por relatórios e vistorias como os realizados em 2006 pelo CFP e OAB, e também da distância da família e dos amigos. Os adolescentes associam ainda a apreensão à interrupção dos planos para o futuro, trabalho e estudo, apesar de no momento do cometimento do ato infracional e da apreensão nenhum deles estar vinculado a escola. Sobre a vinculação com a escola Aranzedo (2006) questiona se para os adolescentes autores de ato infracional estudar é algo relevante e/ou se as escolas têm sido atrativas ou sensíveis às particularidades dos adolescentes que se iniciam na prática de atos infracionais, o que nós também questionamos, uma vez que estudos anteriores (Oliveira e Assis, 1999; Aranzedo, 2006) apontam dados semelhantes ao que encontramos em nosso estudo.

Os adolescentes avaliam que cumprir a medida de LA é bom, pois significa “*um freio*”, faz “*tomar juízo*”, ou seja, ocasiona a interrupção dos atos infracionais proporcionando a reflexão e contribuindo para planejar o futuro. Um dos entrevistados refere-se ao fato de a apreensão ter contribuído para lhe “*tirar da rua*”. Outra adolescente refere-se ao fato de apreensão significar proteção, “*lá dentro não tinha perigo de acontecer nada como na rua. Nós estávamos guardados. Entendeu?*”. Conforme Rubim (2008) os conflitos que

culminam na morte prematura de muitos jovens que têm o crime como referência acontecem devido a questões pessoais – desavenças, traições, entre outras – e estão relacionados ao não-cumprimento do que é estabelecido pela “lei do crime”. O envolvimento em ações criminosas impõe uma forma específica de agir na qual o risco de descumprir as regras impostas os levam a se envolverem em conflitos violentos e gerarem inimizades que são pagas com a vida. Nesse sentido, estar apreendido significa estar protegido das “guerras” e perigos advindos do envolvimento com a criminalidade.

Verifica-se que os participantes atribuem uma justificativa valorosa para cada ato infracional cometido e acreditam agir de maneira justa, ao passo que para usar uma arma ilegalmente é justificado como sendo para se defender, cobrar a dívida assumida, mas que não foi paga, vingar a honra, manter o moral ou ainda poder ter dinheiro e comprar os bens desejados. Porém, nossos participantes não analisavam o prejuízo causado as suas vítimas ou a sociedade, e sim a consequência de ser apreendido, e se para não cumprir outra medida socioeducativa for necessário não cometer outro ato infracional relatam que não o praticariam para não lhes ser imposta novamente esta consequência.

4.3 DIMENSÕES DO RELACIONAMENTO INTERPESSOAL: SIMILARIDADE E RECIPROCIDADE, CONFIANÇA, COMUNICAÇÃO, CONFLITO INTERPESSOAL E SATISFAÇÃO

A fim de verificar as dimensões de análise dos relacionamentos interpessoais apontadas por Hinde (1997) questionamos aos nossos participantes inicialmente se eles se achavam parecidos ou diferentes de cada uma das pessoas apontadas em sua rede social, e a análise dos nossos dados nos permite depreender que os participantes percebem haver mais similaridades entre eles e os amigos do que com os familiares, e menos com colegas do que com familiares.

Notamos que os participantes realizam uma distinção muito bem marcada entre amigos e colegas. Amigos figuram na rede social como aqueles com os quais são percebidas similaridades, há reciprocidades nos sentimentos e afetos e se estabelece confiança. Com os amigos a relação é equilibrada entre poder e conflito e em certa medida não há prevalência de um aspecto sobre o outro. Também nota-se que no relacionamento com os amigos os adolescentes relataram maior grau de satisfação com a relação e diziam que esta era baseada em sentimentos verdadeiros que nutriam pelos parceiros, amizade, amor e saudade. Em geral, os amigos não estão envolvidos com ações ligadas ao crime.

Já os colegas são aqueles cujas similaridades se referem ao comportamento e ações vinculadas a atividades criminosas. Com os colegas é possível sair para usar drogas e praticar atos infracionais, mesmo que seja para defesa, própria ou de outro. Os adolescentes relatam não ser possível estabelecer com os colegas uma relação baseada na confiança, pois se trata de uma relação em que não há equilíbrio entre poder e conflito, em geral um precisa subjugar o outro para se auto-afirmar e se afirmar no grupo. São

relações nas quais não pode haver envolvimento afetivo, e em geral são relações descritas como afetivamente distantes, mesmo que haja uma convivência diária. Nesse caso os papéis sociais que lhes são exigidos determinam a fragilidade do vínculo estabelecido.

Entre os adolescentes notamos que as diferenças são percebidas como destrutivas e não como complementares. Eles aproximam-se daqueles que pensam da mesma forma e relatam conflitar com aqueles que divergem gerando desavenças, que contribuem para o fim do relacionamento. Assim, são mantidos como amigos aqueles cujas semelhanças são percebidas.

Ao analisarmos o conceito de conflito proposto por Hinde (1997) estamos atentos ao fato de que ele pode não significar destrutividade ou sinalizar o fim de uma relação, obviamente dependendo do grau de intimidade, confiança e satisfação existentes entre os parceiros. Verificamos que o envolvimento com atos infracionais gera um alto grau de tensão entre os adolescentes e seus familiares, mas esta crise quando entendida como oportunidade de mudança fortalece ainda mais os laços afetivos entre eles. Por outro lado, dependendo do grau de envolvimento afetivo pode distanciá-los, como foi o caso de Mateus, que disse praticamente não se relacionar com a mãe, uma vez que esta não aceitava o envolvimento do filho em ações ilícitas e a tensão gerada fez com que ela se afastasse física e afetivamente do filho.

O conflito gerado pela participação em ações ilícitas promove também o afastamento de colegas e de amigos. Os adolescentes afirmam que foi necessário que eles tomassem a iniciativa de se afastar de pessoas envolvidas

com a criminalidade e que antes disso os amigos não envolvidos afastaram-se deles por não compactuar com suas ações.

Cabe ressaltar que no “mundo do crime” o conflito tem conotação diversa do sentido apontado por Hinde (1997) e até pequenas divergências podem significar traição e gerar não somente o fim do relacionamento, mas iniciar uma “guerra”, que é paga não raramente com a vida. Essa análise é também confirmada por estudos realizados anteriormente (Aranzedo, 2006; Rubim, 2008).

Quando os adolescentes dizem perceber mais semelhanças entre eles, os amigos e os colegas e menos com os familiares, analisamos que em geral os familiares são adultos e possuem uma forma distinta de perceber a vida e buscar soluções para os seus problemas. Já os amigos e colegas, mesmo que expressem algumas diferenças, tem a idade mais ou menos próxima, o que faz com que se identifiquem com a forma de pensar e com o jeito de resolver as suas questões, detêm o mesmo nível de conhecimento, saber e maturidade sobre a vida e as coisas do mundo.

4.4 DIMENSÕES DO RELACIONAMENTO INTERPESSOAL: PROJETO DE VIDA E FATORES DE PROTEÇÃO

Apresentamos as respostas dos participantes do nosso estudo sobre as questões: Qual seu projeto para o futuro? E quem te ajuda a planejá-lo?

a) O projeto de Maria:

“Eu quero estudar e trabalhar. Trabalhar numa loja e ter um dinheirinho até eu me formar. (...) Eu quero ser advogada. Advogada de presos, de adolescente”.

Quem te ajuda a planejar seu futuro? *“Meu pai e minha mãe”.*

b) O projeto de Joana:

“Eu quero terminar os estudos, estudar dois anos a mais e ser psicóloga (...). Psicóloga não, aquele que mexe com animais, acho que é Veterinária. Isso, Veterinária. Aí, eu quero ter a nossa casa e também trabalhar. Meu namorado [companheiro] também quer trabalhar, quer não, ele vai trabalhar, vai estudar e arrumar um emprego bom, pagar nosso nome sujo na justiça e pronto. Ele vai fazer a casa para eu poder ficar em casa cuidando dos nossos filhos e nossos filhos vão estudar em escola particular. Quero ter um casal, dois filhos. E eu, vou ficar em casa, cuidando deles, arrumando a casa, fazendo comida para quando ele chegar estar tudo pronto e ele que vai trabalhar. E o curso vai ser só para estudar mesmo. Vai que de repente nós dois, um não quer mais nada com o outro. Aí, eu vou ter uma coisa para mim fazer e uma coisa que eu gosto”.

Quem te ajuda a planejar o seu futuro? *“Meu companheiro”.*

c) O projeto de João:

“Estou começando a estudar de novo a 6ª e 7ª série à noite. E no decorrer do dia a dia eu vou ver o que eu vou realmente querer. Só mais para frente que vou poder responder isso. Hoje, eu estou pensando em jogar futebol e continuar estudando. Mas, não sei. O que o futuro tiver para mim, vai ser”.

Quem te ajuda a planejar o seu futuro? *“Minha mãe e minhas tias falam, dão conselhos bons, para eu não traficar”.*

d) O projeto de Paulo:

“Eu quero continuar trabalhando, estudando, ter meu carro, ter minha casa, mulher e filhos”.

Quem te ajuda a planejar o seu futuro? *“Meu pai, minha mãe e meu irmão”.*

e) O projeto de Pedro:

“Estou pensando em trabalhar. Terminar meus estudos. Eu quero ter uma casa, um carro, minha namorada, e estar trabalhando numa empresa minha”.

Quem te ajuda a planejar o seu futuro? *“Todos eles” [os familiares].*

f) O projeto de Tiago:

“Meu plano é construir minha casa, ter minha família, arrumar um emprego bom e construir minha vida (...) já fiz um curso de informática, lá perto de casa. Mas, eu não gosto de mexer com computador. Eu gosto mais de mexer com pintura de casa. Quero ser pintor”.

Quem te ajuda a planejar seu futuro? Minha mãe.

g) O projeto de Lucas:

“Eu vou comprar uma moto, viajar, comprar um imóvel para mim. E os sonhos são variáveis, a vida é grande. Por enquanto é isso”.

Quem te ajuda a planejar seu futuro? Minha mãe.

h) O projeto de Mateus:

“Eu penso em terminar meus estudos, abrir um negócio com meu irmão, para eu ter uma condição financeira boa e futuramente para eu fazer outro curso quando terminar os estudos. Uma faculdade. Alguma coisa assim”.

Quem te ajuda a planejar seu futuro? *“Meu irmão”.*

i) O projeto de Gabriel:

“Eu já trabalhei e agora queria montar um negócio para mim”.

Quem te ajuda a planejar seu futuro? *“Meu patrão me dá muita força”.*

j) O projeto de Saulo:

“É estudar, ter uma vida boa, um bom trabalho, construir minha família. Vou começar a estudar essa semana. Estou fazendo informática aqui e eu queria mesmo era trabalhar nessas empresas, assim que mexem em computador e enviam papel para os outros”.

Quem te ajuda a planejar seu futuro? *“Minha mãe”.*

4.4.1 Análise Dos Dados

A partir das respostas a essas duas perguntas verificamos que os projetos de futuro dos adolescentes que entrevistamos reproduzem os valores capitalistas voltados ao mundo do trabalho e ao consumismo. Todos relatam desejo de trabalhar, possuir bens, casa, carro, um bom emprego ou ser dono de sua própria empresa.

Os participantes de nosso estudo não se referem a projetos de vida que visem ostentação, que expressem poder, busca por reconhecimento ou status social e traduzem de certa forma uma visão romantizada do futuro, com expectativas que, conforme aponta Oliveira (2002), deixam de considerar as

dificuldades de inclusão destes adolescentes marcadas e mantidas por uma ordem social excludente e desigual que discrimina e humilha.

Todos os adolescentes ouvidos em nosso estudo referem-se a projetos de vida desvinculados do universo da criminalidade, mas intimamente relacionados à posse e consumo de bens, desse modo o projeto de vida pode funcionar tanto como um fator de proteção quanto de risco, uma vez que, conforme dissemos anteriormente, para adquirir recursos materiais os adolescentes cedem à pressão do crime.

Todos os adolescentes entrevistados relatam que desejam uma vida diferente da vida no mundo do crime. Verificamos também que constituir uma família é relatado como projeto de vida de quatro adolescentes. No estudo realizado por Oliveira (2002) constituir uma família é uma referência importante no mundo, fonte de felicidade mesmo quando esta é idealizada. Os participantes do estudo de Aranzedo (2010) também esboçaram o desejo de conseguir um emprego, de constituir famílias, ter esposa, filhos e continuar estudando.

Quando questionados sobre quem os ajudaria a pensar e planejar o futuro a participação da família, sobretudo da mãe, foi preponderante. Três adolescentes apontam exclusivamente a mãe; dois apontam a mãe e o pai; um aponta a mãe e a tia. Quanto aos outros familiares um aponta apenas o irmão; um aponta o pai, a mãe e um irmão; um aponta toda a família e não especifica uma pessoa. Gabriel aponta o patrão e Joana se refere ao companheiro. Nesse sentido, a exemplo dos resultados apontados por Toledo (2010) a família constituiu-se num importante mecanismo de proteção à conduta infracional,

uma vez que os adolescentes atribuem a ela o papel de contribuir com o seu projeto de vida. Porém, Toledo (2010) acrescenta que devemos pensar no agir da família no contexto econômico e social em que está inserida. Para que possam cumprir com suas responsabilidades de cuidado e proteção é preciso que as famílias tenham condições psíquicas e sociais para fazê-lo.

Cabe ressaltar que do mesmo modo como aponta Toledo (2010) nenhum adolescente aponta os profissionais que lhes assistiam durante o cumprimento da medida socioeducativa como auxiliares no processo de planejar o futuro e elaborar um projeto de vida. Não foi nosso objetivo avaliar o serviço prestado, mas nosso estudo confirma o que estudos anteriores já apontaram quanto à impessoalidade e afastamento afetivo presentes no atendimento aos adolescentes autores de ato infracional. Ou seja, os locais e os profissionais que atuam na execução das medidas socioeducativas, de modo geral, não são percebidos pelos sujeitos atendidos como fatores de proteção. (Almeida, 2002; Toledo, 2010) A casa amarela, comparece na rede social de dois sujeitos e foi citada como fazendo parte de suas vidas, sendo percebida como uma obrigação e que servia como meio para cumprir a medida e quitar o débito com o sistema de justiça. Um profissional foi citado como membro da rede social e figurou como um mecanismo de suporte e proteção, porém não foi incluído como alguém relevante na tarefa de auxiliar a planejar o futuro e a colaborar na construção do projeto de vida. Estudo realizado por Passamani e Rosa (2009) ao analisar um programa de L.A. apontam as dificuldades vivenciadas pelos profissionais, semelhantes às dificuldades

vivenciadas neste caso que podem comprometer a relação do serviço prestado aos usuários.

Podemos verificar ainda que voltar a estudar é apontado nos projetos de vida da maioria dos adolescentes, sendo que sete deles referem-se a escola, porém este parece um conceito abstrato e um sonho distante, uma vez que nenhum adolescente aponta a escola em sua rede social e participante de sua vida no presente. Nesse ponto chamou-nos atenção a ideia trazida pelos participantes. Todos querem um trabalho “bom” ou então ter sua própria empresa, mas não associam estes desejos a necessidade de qualificação profissional. Assim, nosso estudo corrobora dados apresentados em estudos anteriormente realizados (Assis, 1999; Almeida, 2002; Aranzedo, 2006), uma vez que todos os adolescentes estavam afastados da escola no momento em que cometeram o ato infracional. Podemos inferir que escola poderia funcionar como fator de proteção se estivesse preparada para atender as necessidades e especificidades dessa parcela da população, ampliando-lhes as perspectivas que lhe dessem ferramentas adequadas para construir um projeto de vida baseado nos valores da educação, do trabalho qualificado e no exercício da plena cidadania e que exigisse dos governantes políticas públicas adequadas a sua realidade. Porém, conforme aponta Adorno (1991), a escola não oferece condições para uma efetiva realização social e muitas vezes, está distante do universo cultural dos jovens reproduzindo mecanismos perversos de exclusão/expulsão. Segundo o autor, a baixa escolaridade e a evasão escolar antes de serem características dos jovens que trilham o caminho da criminalidade, são o produto do funcionamento do aparelho escolar.

Ainda sobre os fatores de proteção observados nas redes sociais dos adolescentes, notamos que possuir relacionamentos com pessoas não envolvidas com práticas criminosas facilita o rompimento com os atos infracionais, por outro lado relacionar-se com pessoas envolvidas com ações criminosas torna-se um fator de risco ao cometimento de atos infracionais. Em nosso estudo todos os adolescentes possuíam em suas redes sociais convívio com pessoas, familiares e colegas envolvidos com a criminalidade e que já haviam sido apreendidos.

Quanto à composição familiar foi possível confirmar os dados apontados por Feijó e Assis (2004), já que a figura paterna estava ausente para sete dos dez entrevistados e cinco possuíam familiares que já haviam cometido crimes e/ou atos infracionais. Assim, podemos inferir que possuir familiares que estejam envolvidos com ações criminosas configura-se num fator risco a conduta infracional, por outro lado este fato não pode ser analisado isoladamente, uma vez que não basta possuir um familiar envolvido para também se envolver, há uma série de vulnerabilidades, como as condições materiais, o afastamento da escola, a participação de colegas e amigos e o acesso ou privação aos recursos disponíveis através de políticas sociais e, que combinadas podem favorecer a prática de atos infracionais.

No entanto nosso estudo não confirma o número significativo de desafetos apontados por Feijó e Assis (2004), já que que nossos participantes relatam possuir relações afetivamente distantes com alguns membros da família, mas um número insignificante de relacionamentos conflituosos, sendo maior o número de relacionamentos percebidos como afetuosos e

compensadores. Também verificamos relacionamentos significativos com membros da família extensa, ao contrário do que aponta Feijó e Assis (2004). Assim, podemos considerar que possuir relacionamentos afetivamente significativos funciona como um mecanismo de proteção ao cometimento de atos infracionais e contribui para o rompimento com as práticas criminosas.

4.5 RELACIONAMENTO INTERPESSOAL E ESTRUTURA SOCIOCULTURAL

Segundo Hinde (1997) os relacionamentos são influenciados pela pressão social e cultural ao mesmo tempo em que os sujeitos também exercem sua influência sobre o contexto. Dessa forma, verificamos, a partir das narrativas das histórias e sobre o conteúdo dos relacionamentos interpessoais dos participantes, que o ato infracional comparece como conteúdo das interações estabelecidas entre os componentes da rede social dos sujeitos pesquisados, como exemplificado a partir do trecho extraído da entrevista com Joana.

Pesquisadora: *“Que tipo de coisas você faz quando está junto com os seus colegas?”*

Joana: *“Fumar maconha”.*

Pesquisadora: *“O que mais?”*

Joana: *“Nós saímos e conversamos. Conversamos sem futuro, mas conversamos”.*

Pesquisadora: *“Como é uma conversa sem futuro, o que vocês falam?”*

Joana: *“Uma conversa sem futuro é uma conversa sem objetivo. Nós falamos coisas só por falar, tem coisa que nem é realidade. É imaginação! Um exemplo, ‘Nós vamos dar uma surra nos homens (termo utilizado pelos adolescentes para se referir aos policiais) e meter bala neles’. ‘Nós vamos assaltar um banco’. ‘Vou sair com uma blazer’.”.*

Pesquisadora: *“E é o mesmo tipo de conversa com todos esses colegas?”.*

Joana: *“É sim. E pode ser pior ainda”.*

Nota-se que os sujeitos pesquisados referem-se ao ato infracional como uma conduta naturalizada em suas interações sociais.

Quanto à estrutura sociocultural na qual estão inseridos estes adolescentes, podemos considerar inicialmente a sua localidade de moradia e verificamos tratar-se de regiões que constantemente aparecem no noticiário dos jornais locais devido a crimes violentos e que em sua maioria envolvem a disputa por pontos de tráfico de drogas, além de diversos confrontos com a polícia ou entre os próprios traficantes.

Conforme aponta Mattos (2008) nestes locais as ocupações irregulares de moradia foram frequentes, sobretudo a partir da década de 1970, proliferaram loteamentos muitos dos quais clandestinos e irregulares. Esta região atraiu a população migrante de regiões rurais do interior do Espírito Santo, de estados vizinhos e de micro-regiões da Grande Vitória, que a exemplo do que aconteceu em outras capitais brasileiras, buscavam a

possibilidade de conquistar um trabalho fixo e conseqüentemente meios de subsistência para toda a família, haja vista os projetos de expansão industrial incentivados pelo Governo Estadual a partir de meados da década de 1970. Também foram frequentes os movimentos sociais que brigavam por projetos habitacionais, sobretudo na década de 1980.

Mattos (2008) aponta ainda que esta expansão de favelas evidenciou a falta de infra-estrutura e a escassez de serviços urbanos da cidade de Vila Velha. Esta condição de precariedade dos serviços essenciais como coleta de lixo e esgoto, escolas, creches, unidades de saúde e centros de assistência social mantém-se até os dias atuais. Nestas regiões os projetos de infra-estrutura e urbanização são um processo ainda em andamento.

A influência desta estrutura sociocultural nas práticas infracionais denota-se na presença de amigos e familiares que também já haviam cometido crimes e/ou atos infracionais mesmo antes dos participantes serem apreendidos. Todos os participantes têm em comum a presença de vários membros de suas redes sociais que praticaram atos infracionais.

Maria foi apreendida em companhia de uma amiga, maior de idade. João tem vários colegas do bairro que foram apreendidos e também estão realizando atividades para o tráfico. Paulo e Pedro dizem que todos os colegas já foram apreendidos pelo menos uma vez e desenvolvem atividades para o tráfico. Tiago relembra que o tio paterno esteve preso, mas já faleceu, e que um dos amigos e outros colegas também já foram apreendidos. Lucas foi apreendido com o irmão e um amigo que também cumpria a medida de L.A. Ele também afirma que outros de seus colegas já foram apreendidos. Mateus

relembra os vários amigos que estão presos e o irmão que também cumpriu pena por tráfico de drogas. Gabriel teve o irmão, alguns primos e diversos amigos que foram apreendidos. Joana teve o pai que foi preso, o namorado, o ex-namorado e diversos colegas.

Assim, o ato infracional comparece inicialmente como um caminho e em alguns casos como o único caminho vislumbrado pelos participantes, aqueles que não o desejam o temem, conforme se verifica na fala de Tiago:

“Foi quando eu mudei para o lugar onde eu moro agora. Eu fiz outras amizades e aí aconteceu isso comigo [ser apreendido]. Minha mãe falou que já sabia que isso ia acontecer, porque naquele bairro é assim, todo mundo é envolvido, não dá para escapar disso”.

Da mesma forma como apontado por estudos anteriores (Castro e Guareschi, 2008; Toledo, 2010) denota-se que o ato infracional está relacionado às condições sociais e materiais vigentes em nossa sociedade. Estas são produzidas e reproduzidas nas interações realizadas pelos participantes em suas redes, gerando sentidos e sentimentos de pertencimento atrelados também a lógica de consumo, haja vista encontrarem na criminalidade o acesso a esses meios de possuí-los.

“(...) Eu só entrei nessa vida [tráfico] porque eles falavam que ganharia muito dinheiro e mais um monte de coisas. Tinha que ter esperteza e era só desviar da polícia. Aí eu pensei que ia ser bom ter muito dinheiro, um monte de coisas. Depois que eu fui ver que não era nem a metade. E aí deu nisso, fui preso e foi uma tristeza para toda minha família. Agora eu quero arrumar um emprego bom”. (Trecho da entrevista de Saulo)

Cabe salientar que o crime e o tráfico de drogas estão presentes em diversos bairros da Grande Vitória e em todas as classes sociais. Não podemos incorrer na falsa idéia de associar pobreza e criminalidade, no entanto nas regiões periféricas o ato infracional assume contornos mais dramáticos. Conforme aponta Aranzedo (2006) a vivência de uma situação de pobreza não se traduz em criminalidade, uma vez que é insignificante o número de adolescentes pobres que praticam atividades criminosas. Por outro lado, aqueles provenientes das classes média, média alta e alta também cometem delitos. Porém, seus delitos raramente se tornam públicos e eles raramente são responsabilizados, ao passo que, a exemplo dos participantes de nosso estudo, a maioria dos adolescentes e jovens que atualmente cumprem uma medida socioeducativa no estado do Espírito Santo é proveniente das classes mais empobrecidas da população.

Conforme ressalta Adorno (1991):

“Não há uma trajetória biográfica típica que derive para a delinquência, ao contrário do que apregoam certas tendências na literatura, inspiradas em teses criminológicas discutíveis, que elegem a desorganização familiar, a pobreza, a baixa escolaridade, a falta de profissionalização, intermitência no trabalho como estímulos à construção de uma carreira no crime. De fato, a derivação para a delinquência pode estar associada a tais situações, estar associada a algumas delas combinadas entre si, ou a nenhuma delas. Há em verdade, uma miríade de “derivações”, que não se traduzem necessariamente em abandono radical de todas as relações que constituem a ordem social dominante”. (Adorno, 1991, pg 79)

Como aponta Toledo (2010) o tráfico de drogas aparece atrelado a maioria dos atos cometidos pelos adolescentes de nosso estudo, porém ele não é a razão para iniciarem em práticas criminosas, mas sim um meio para se

obter os resultados almejados, possuir dinheiro e em seguida bens, visibilidade e reconhecimento social.

“(...) Eu estava na firma, onde nós subimos de ‘cargo’. Eu estava só vendendo. Agora que eu estou usando só maconha, e tem muito tempo que eu usava. Eu estava vendendo de tudo. Mas, tráfico não dá mais, não dá. É muito sofrimento, corremos risco de morrer, de ir presos, e eu já fui uma vez e não quero ir mais, é muito ruim. O dinheiro compensa, mas só que eu não quero mais mexer com isso. Estou querendo trabalhar com informática”. (Trecho da entrevista com Saulo)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

O presente trabalho objetivou compreender a configuração das redes sociais e as características dos relacionamentos interpessoais, bem como o impacto das relações interpessoais na prática de atos infracionais. A partir dessa compreensão procurou-se verificar quais configurações podem funcionar como fatores de risco e/ou proteção e ainda analisar quais os mecanismos presentes nas redes sociais que possibilitam a construção de um novo projeto de vida e o rompimento com o ciclo da criminalidade.

Inicialmente investigamos a configuração das redes sociais e as características dos relacionamentos interpessoais dos adolescentes autores de ato infracional e os resultados mostraram que os participantes relacionavam-se tanto com pessoas envolvidas com atos infracionais quanto com pessoas não envolvidas. Todos os participantes relataram possuir colegas ou familiares também envolvidos com ações criminosas. Seis adolescentes incluíram em sua rede social tanto a família nuclear quanto a família extensa. Todos os adolescentes relataram possuir um relacionamento afetivo com os familiares. Foram relatados poucos relacionamentos conflituosos, mas um grande número de relacionamentos afetivamente distantes, ou seja, sem envolvimento afetivo, sobretudo com colegas. Os adolescentes percebem maiores similaridades entre eles e os amigos e menos com familiares e colegas. Quanto às atividades realizadas com os amigos e colegas, estas são mais interativas, diversificadas e frequentes do que com os membros da família, sobretudo a mãe.

Somente dois adolescentes, Joana e Paulo, residiam com ambos os genitores, mas somente Paulo residia com eles no momento do cometimento do ato infracional, pois Joana morava com o namorado e como ele também foi apreendido, ela voltou para a casa dos pais. Apenas quatro adolescentes incluíram o pai em sua rede social. Quatro não mantêm qualquer vínculo com o genitor e dois relataram que o pai faleceu, porém destes, um não possuía o pai declarado em sua certidão de nascimento. A figura materna foi incluída na rede social de nove participantes. Apenas um não a incluiu e esta mãe já havia falecido.

Todos os adolescentes entrevistados já haviam frequentado a escola, mas no momento do cometimento do ato infracional estavam em situação de evasão escolar. Nenhum adolescente incluiu a escola como participante de sua vida e, portanto esta instituição não figurava em suas redes sociais.

Quanto ao tipo de ato infracional cometido, cinco adolescentes cometeram delitos enquadrados na lei antidrogas, com crimes de tráfico e associação para o tráfico, quatro enquadravam-se em crimes contra o patrimônio, e um apenas no estatuto do desarmamento. Nenhum havia cometido crime contra pessoa. Dos entrevistados dois cometeram novos delitos após a realização desta pesquisa, um foi apreendido novamente uma vez por porte ilegal de arma e um foi apreendido outras duas vezes, e novamente por tráfico de drogas.

Ao analisarmos a estrutura sociocultural verificamos que as condições materiais, sociais e culturais de algumas regiões configuram-se como fatores de risco ao cometimento de atos infracionais, confirmando assim estudos

anteriormente realizados (Adorno, 1999; Aranzedo, 2006; Toledo, 2010; Rubim, 2008). Verificamos ainda em nosso estudo que todos os participantes moravam em regiões consideradas de periferia. Todos eram de classes economicamente menos favorecidas, os familiares apresentavam baixa escolaridade e desenvolviam atividades de baixa remuneração, como ajudante de pedreiro, doméstica, diarista ou faziam bicos, não tinham emprego fixo, nenhum participante estava frequentando a escola no momento do cometimento do ato infracional, todos possuíam colegas ou parentes também envolvidos com ações criminosas e que já haviam sido presos.

Podemos constatar a carência de políticas públicas voltadas ao público adolescente e jovem que visem ampliar as possibilidades de inserção social funcionando como mecanismo de apoio, suporte e proteção. Ainda são incipientes as políticas de formação e inserção profissional que atendam os jovens das classes mais empobrecidas da população brasileira, bem como são inócuas as ações de redução da evasão escolar.

Os mecanismos que possibilitam romper com ciclo da criminalidade dependem tanto da disponibilidade de recursos para serem acessados pelos jovens, quanto da condição individual de perceber o recurso disponível e dele se utilizar. Assim, podemos notar que para romper com as práticas criminosas estes jovens demandam não somente recursos físicos, materiais e econômicos como também recursos e suporte afetivo capaz de lhes prover suas necessidades. Não podemos atribuir a nenhum fator a condição de risco ou proteção isoladamente, sem analisar a sua combinação considerando todas as

nuances, complexidade e particularidades da situação analisando todas as variáveis em conjunto.

Conclui-se ainda que possuir amigos e familiares, ou seja referências afetivas significativas, desvinculados de atividades criminosas facilita o rompimento com a prática de atos infracionais. Quanto aos planos para o futuro, nossos participantes demonstraram desejo de possuir bens, trabalhar e constituir uma família. Desse modo, o projeto de vida também pode funcionar como mecanismo de proteção e contribuir para o rompimento com as práticas vinculadas a criminalidade.

Temos a plena convicção de que este estudo não foi capaz de abarcar todas as nuances envolvidas na prática de atos infracionais pelos jovens, entretanto nos possibilitou reflexões importantes acerca dos relacionamentos interpessoais desta parcela da população devendo ser aprofundada por novos estudos.

Sugerimos a utilização de instrumentos como o Genograma (ANEXO F), que facilita o mapeamento e a visualização das relações familiares ao longo de pelo menos três gerações. Esse instrumento trata-se de uma forma de representação gráfica que proporciona uma rápida compreensão das complexas normas familiares. (Mc Goldrick & Gerson, 2005; Wendt & Crepaldi, 2007).

Propomos a utilização da técnica de grupo focal com os adolescentes autores de ato infracional seus familiares e amigos, pois segundo De Antoni et al.(2001), esta técnica tem como objetivo a coleta de dados por meio de

interações grupais, possibilitando compreender a visão dos integrantes do grupo sobre um tema por meio de suas próprias palavras e comportamentos.

Sugerimos também a realização de entrevista semiestruturada com amigos e familiares uma vez que estes instrumentos poderão ampliar a compreensão sobre como o ato infracional permeia as relações interpessoais dos jovens e como interfere na constituição de suas redes sociais.

REFERÊNCIAS

- Adorno, S. Exclusão socioeconômica e violência urbana. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 4, n.8, p.84 -135, jul./dez. 2002.
- _____ (1991). A socialização incompleta: os jovens delinquentes expulsos da escola. *Cadernos de Pesquisa*. Fundação Carlos Chagas, São Paulo, n. 79, nov.
- Adorno, S., Bordini, E. B. T., & Lima, R. S. d. (1999). O adolescente e as mudanças na criminalidade urbana. *São Paulo em Perspectiva*, 13, 62-74.
- Almeida, M. M. (2002). Compreendendo as estratégias de sobrevivência de jovens antes e depois da internação na FEBEM de Ribeirão Preto. Dissertação (Mestrado em Ciências, Área: Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-18022003-152340/pt-br.php>
- Andreatta, I., & Oliveira, M. d. S. (2008). Efeitos da entrevista motivacional em adolescentes infratores. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 25, 45-53.
- Assis, S. G. de. (1999). *Traçando Caminhos em uma sociedade Violenta: a vida de jovens infratores e seus irmãos não-infratores*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Aranzedo, A. C. (2006) “Nem Anjos, Nem Demônios...” *Adolescentes Autores De Homicídio: Contexto Do Delito E Representações Sociais Sobre A*

Vida Humana. Dissertação (mestrado em psicologia). Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória.

Branco, B. d. M., & Wagner, A. (2009). Os adolescentes infratores e o empobrecimento da rede social quando do retorno à comunidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14, 557-566.

Branco, B. d. M., Wagner, A., & Demarchi, K. A. (2007). Adolescentes infratores: rede social e funcionamento familiar. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21, 125-132.

Branco, B. d. M., & Wagner, A. (2009). Os adolescentes infratores e o empobrecimento da rede social quando do retorno à comunidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14, 557-566.

Brasil. (1988). Senado. Constituição da República Federativa do Brasil: Brasília, DF: Centro Gráfico do Senado Federal.

Brasil. Decreto de Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Dispõe sobre o Código Penal. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1940

Brasil, Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 16 de julho de 1990.

Brasil, Lei 10.764 de 12 de novembro de 2003. Ementa: altera a Lei n. 8.069 de 13 de julho de 1990. Brasília, DF.

- Brasil. Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003. Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 2003
- Brasil, Lei 12.010 de 03 de agosto de 2009. Dispõe sobre a adoção e dá outras providências. Brasília, DF.
- Brasil. Lei 11.343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 24 de agosto de 2006.
- Brasil. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. (2011). Levantamento Nacional Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei 2010. Brasília, DF. Disponível: http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/spdca/sinase/
- Brasil, (2006). Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo: SINASE/Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília, DF: CONANDA
- Brasil, Lei 12.594 de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Brasília, DF.
- Campos, L. F. L. (2001). Métodos e Técnicas de pesquisa em psicologia. Campinas: Alínea. 2ª Ed.
- Cardia, N. (1999) Primeira pesquisa sobre atitudes, normas culturais e valores em relação à violência em 10 capitais brasileiras. Brasília: Ministério da Justiça.
- Castro, A. L. S., & Guareschi, P. (2008). Da privação da dignidade social à privação da liberdade individual. *Psicologia & Sociedade*, 20, 200-207

- Ceolin, L. (2003) A construção dos vínculos afetivos e sociais do adolescente em conflito com a lei. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.
- Chizzotti, Antônio. Pesquisa em ciências humanas e sociais. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2009. 164 p.
- Conselho Federal de Psicologia & Ordem dos Advogados do Brasil. (2006). *Um relato das unidades de internação de adolescentes em conflito com a lei*. Brasília, DF.
- Creswell, J. W. (2007). Projeto de Pesquisa: Método qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artimed, 2ª Ed.
- Davis, C., Tang, C., & Ko, J. (2004). The impact of peer, family and school on delinquency. *Internationalizing Social Work Education*, 47(4), 489-502.
- De Antoni, C.; Martins, C.; Ferronato, M. A.; Simões, A.; Maurenente, V.; Costa, F.; Koller, S.H. Grupo focal: Método qualitativo de pesquisa com adolescentes em situação de risco. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, v. 53, n. 2, p. 38-53, 2001. Disponível em: www.msmedia.com/ceprua/artigos/clarissa1.pdf.
- Feijó, M. C., & Assis, S. G. d. (2004). O contexto de exclusão social e de vulnerabilidades de jovens infratores e de suas famílias. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 9, 157-166
- Gallo, A. E., & Williams, L. C. de A. (2005). Adolescentes em conflito com a lei: uma revisão dos fatores de risco para a conduta infracional. *Psicologia: Teoria e Prática*, 7(1), 81-95.

- Gallo, A. E., & Williams, L. C. A. (2008). A escola como fator de proteção à conduta infracional de adolescentes. *Cadernos de Pesquisa*, 38, 41-59.
- Hinde, R.A. (1997). *Relationships: a dialectical perspective*. Hove, UK: Psychology Press.
- IBGE. (2010) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010. Disponível: <http://www.ibge.gov.br/censo2010/>
- ILANUD; ABMP; SEDH; UNFPA (Orgs.). *Justiça, Adolescente e Ato Infracional: socioeducação e responsabilização*. São Paulo: ILANUD, 2006
- Hartman, A. & Laird, J. (1983). *Family-Centered Social Work Practice*. New York: Free Press.
- Hartman, A. (1995). "Diagrammatic Assessment of Family Relationships." *Families in Society*, 76 (2), 111–122.
- Jessor, R. (1991). Risk behavior in adolescence: a psychosocial framework for understanding and action. *Journal of adolescent health*. 12:597-605.
- Jessor, R.; Bos, J.V.; Vanderryn, J.; Costa, F. M & Turbin M.S. (1995). Protective factors in adolescent problem behavior: moderator effects and developmental change. *Developmental Psychology*. 31(6):923-933.
- Jovchelovitch, S. & Bauer, M.W. (2002). Entrevista Narrativa. In: M.W. Bauer & G. Gaskell (Orgs.). *Pesquisa Qualitativa Com Texto, Imagem e Som: Um manual prático* (pp. 90-113). Petrópolis: Vozes.
- Locke, L. F., Spirduso, W. W., & Silverman, S. J. (2007). *Proposals that work: A guide for planning dissertations and grant proposals* (5th ed.). Newbury Park, CA: Sage.

- Martins, M. C., & Pillon, S. C. (2008). A relação entre a iniciação do uso de drogas e o primeiro ato infracional entre os adolescentes em conflito com a lei. *Cadernos de Saúde Pública*, 24, 1112-1120
- Mattos, R. F. S. (2008). *Desigualdade sócio-espacial e violência urbana: a Região Metropolitana da Grande Vitória*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, SP, Brasil.
- Mc Goldrick, M. & Gerson, R. Genograma en la evaluacion familiar. Gedisa, Espanha, 2005. Título Original em Inglês: Genograma in Family Assesment. W. W. Norton & Company, INC. Nova Iorque, 1985. Tradução: Claudia R. Ferrari.
- Menandro, M. C. S., & Trindade, Z. A. (2009). Algumas questões preliminares no estudo da adolescência/juventude. In Trindade, Z. A. et al. (Orgs.). *Juventude, Masculidade e Risco*. Vitória, ES: GM.
- Minayo, M.C.S., Deslandes, S.F., Cruz Neto, O., & Gomes, R. (1994). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes.
- Newcomb, M. D.; Maddahian, E. & Bentler, P. M. (1986). Risk and factors for drug use among adolescents: concurrent and longitudinal analysis. *American Journal of Public Health*. 76(5):525:531.
- Passamani, M. E.; Rosa, E. M. (2009). Conhecendo um programa de L.A. pela percepção de seus operadores. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 29(2), 330-345. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v29n2/v29n2a10.pdf>

- Penso, M. A., & Sudbrack, M. F. (2004). Envolvimento em atos infracionais e com drogas como possibilidades para lidar com o papel de filho parental. *Psicologia USP*, 15, 29-54.
- Pereira, S. E. F. N., & Sudbrack, M. F. O. (2008). Drogadição e atos infracionais na voz do adolescente em conflito com a lei. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 24, 151-159.
- Poletto, R. C. (1999). Rede social de apoio e afetivo de crianças em situação de pobreza. *Psico*, 33(1), 151-175
- Oliveira, M. C. S. L. (2002). O Processo de Inclusão Social na Vida dos Adolescentes em Conflito com a Lei. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciências, Área: Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.
- Oliveira, M. B., & Assis, S. G. (1999). Os adolescentes infratores do Rio de Janeiro e as instituições que os "ressocializam". A perpetuação do descaso. *Cadernos de Saúde Pública*, 15, 831-844.
- Oliveira, M. C. S. L., & Vieira, A. O. M. (2006). Narrativas sobre a privação de liberdade e o desenvolvimento do self adolescente. *Educação e Pesquisa*, 32, 67-83.
- Rosa, E. M., Júnior, H. R., & Rangel, P. C. (2007). O adolescente: a lei e o ato infracional. Vitória, ES: EDUFES.
- Rubim, F. P. O. (2008). ADOLESCÊNCIA, CRIMINALIDADE E SEMILIBERDADE: processos de subjetivação diante da perspectiva de uma morte anunciada. Dissertação (Mestrado em Psicologia).

Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG.

Rutter, M. (1985) Resilience in the face of adversity: Protective factors and resistance to psychiatric disorder. *British Journal of Psychiatry*, 147, 598-611.

Schenker, M., & Minayo, M.C.S. (2004). A importância da família no tratamento do uso abusivo de drogas: uma revisão da literatura. *Cadernos de Saúde Pública*, 20(3), 649-659.

Santos, F. V. G. D. (2007). Família: peça fundamental na ressocialização de adolescentes em conflito com a lei? Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. Disponível:

http://www.unicap.br/tede/tde_arquivos/1/TDE-2007-06-19T083950Z-97/Publico/Fernanda%20Santos_confrontado.pdf

Silva, P. E. (2007). *Vocabulário Jurídico*. 27ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Forense.

Souza, J. & Kantorski, L. P. (2009). A rede social de indivíduos sob tratamento em um CAPS ad: o ecomapa como recurso. *Rev. Esc. Enfermagem USP*, 43(2):373-83.

Toledo, B. A. S. (2010). *Alargando As Margens: Um Estudo sobre Processos de Resiliência em Adolescentes em Conflito com a Lei*. Dissertação (mestrado em Política Social), Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, ES.

- Waiselfisz, J. J. (2012). Mapa da Violência 2012 Crianças e Adolescentes do Brasil. CEBELA, Rio de Janeiro. Disponível: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_Criancas_e_Adolescentes.pdf
- Webster-stratton, C. Early intervention for families of preschool children with conduct problems. In: Guralnick, M. J. The Effectiveness of early intervention. Baltimore: Paul H. Brookes, 1998. p.429-453.
- Wendt, N.C.; & Crepaldi, M. A. (2007). A utilização do genograma como instrumento de coleta de dados na pesquisa qualitativa. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(2), p. 302-310.

ANEXOS

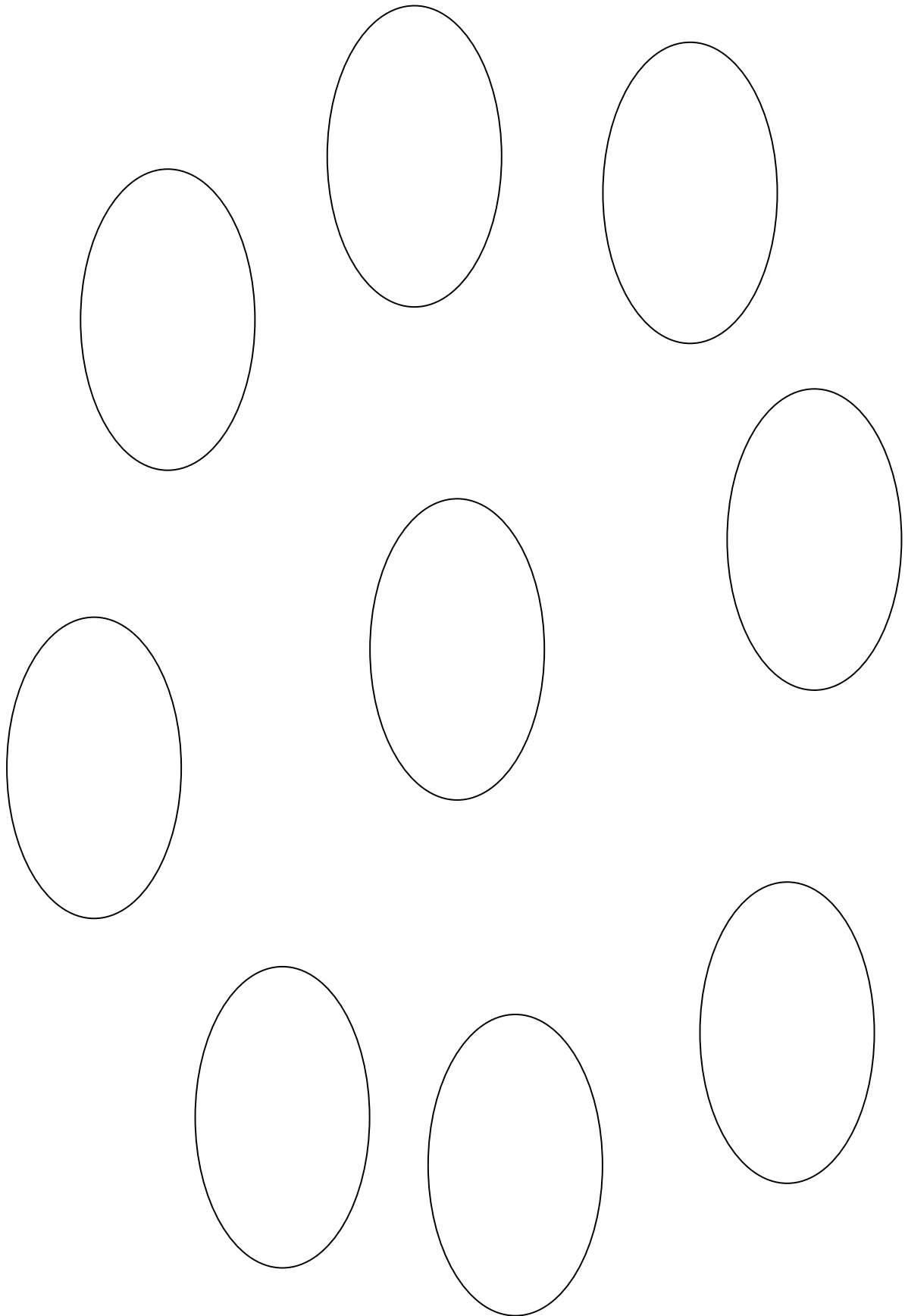
ANEXO A

ROTEIRO DE ENTREVISTA

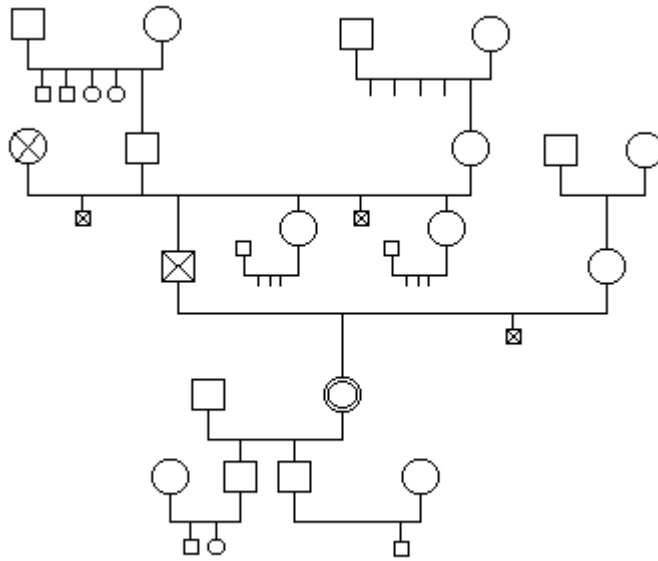
1. Nome(iniciais):_____ Idade:_____ Sexo:_____
2. Série que cursa:_____ Região em que Mora:_____
3. Com quem você mora?
4. As pessoas que moram com você participam da sua vida?
5. Tem alguém que mora com você e que você considera não participar da sua vida?
6. Quem são as pessoas que participam da sua vida? (colocar todos que forem indicados no ecomapa)
7. Tem mais alguém?
8. Quem dessas pessoas é mais próxima, você tem mais intimidade?
9. Que tipo de relação você tem com cada uma dessas pessoas que você citou? (amizade, familiar, trabalho, namoro, casamento, etc)
10. Como você se sente quando está com elas? Conte um exemplo.
11. Que tipos de coisas (o quê) vocês fazem juntos?
12. Onde? Em que locais vocês costumam ir?
13. Quanto tempo (duração) por semana você está com cada uma dessas pessoas?
14. Quantas vezes (frequência) por semana você fica na companhia de cada uma destas pessoas?
15. Sobre cada uma dessas pessoas você pode me dizer se você se acha parecido, tem a mesma forma de pensar, ou diferente?
16. Há quanto tempo você se relaciona com cada uma destas pessoas? Desde quando você a conhece?
17. Quem dessas pessoas te influencia a fazer ou a desistir de alguma coisa?
18. De que forma? Conte um exemplo
19. Quem dessas pessoas sabe que você foi apreendido e hoje esta cumprindo uma medida socioeducativa?
20. Tem alguma pessoa que convive com você e que não sabe?

21. Alguma dessas pessoas já te ajudou a fazer alguma coisa? Conte um exemplo.
22. Alguma dessas pessoas já te ajudou a desistir de fazer alguma coisa? Conte um exemplo.
23. Hoje essa pessoa ainda te ajuda? (se for amigo: ainda é seu amigo)
24. Com qual idade você cometeu o primeiro ato infracional?
25. Algum familiar já foi preso ou já cometeu algum crime ou ato infracional?
26. Quem eram seus amigos antes de você começar a praticar atos infracionais?
27. São os mesmos de hoje?
28. Se forem diferentes: Você deixou de ser amigo deles, por quê?
29. Seus amigos já cometeram atos infracionais?
30. Algum já foi apreendido?
31. O que seus amigos acham de você ter sido apreendido e ter cometido atos infracionais?
32. E sua família, o que ela acha disso?
33. E qual a sua opinião?
34. Quem você acha que te influencia mais? Fale disso.
35. E para você planejar seu futuro que te ajuda?
36. Você tem algum projeto para seu futuro? Você pode falar um pouco sobre ele?

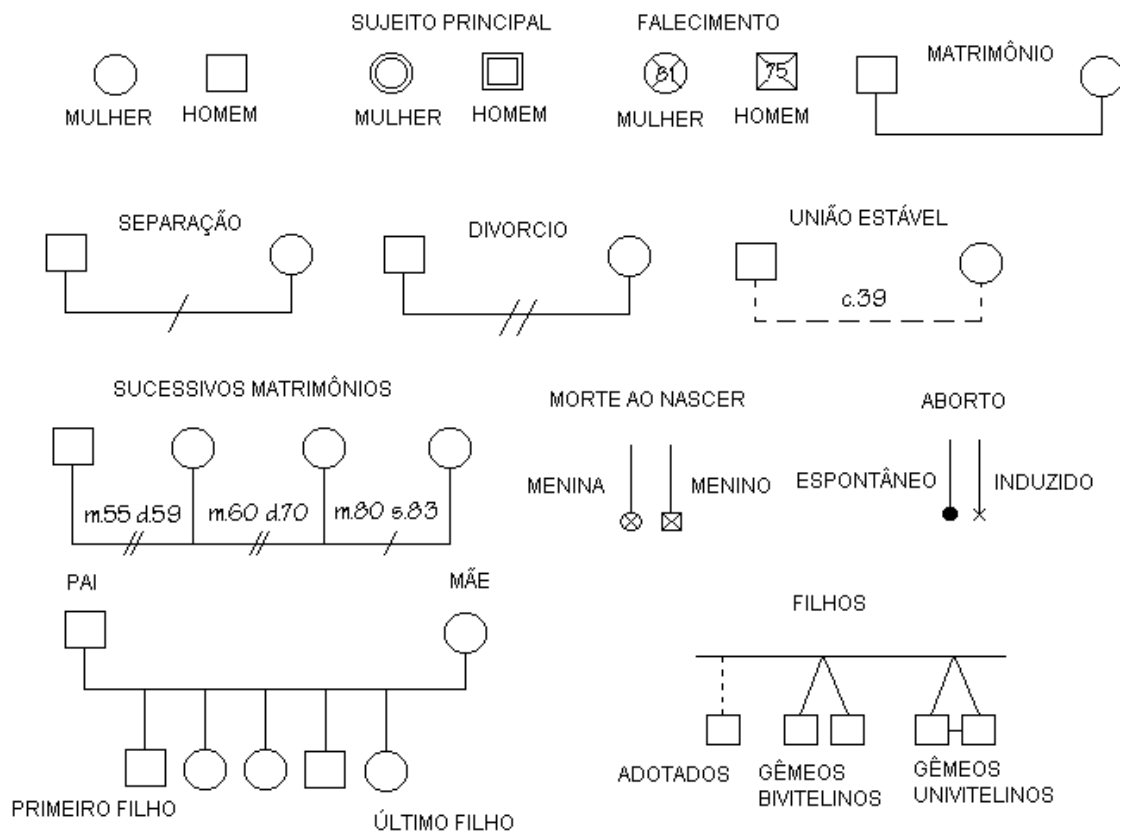
ANEXO B - Ecomapa



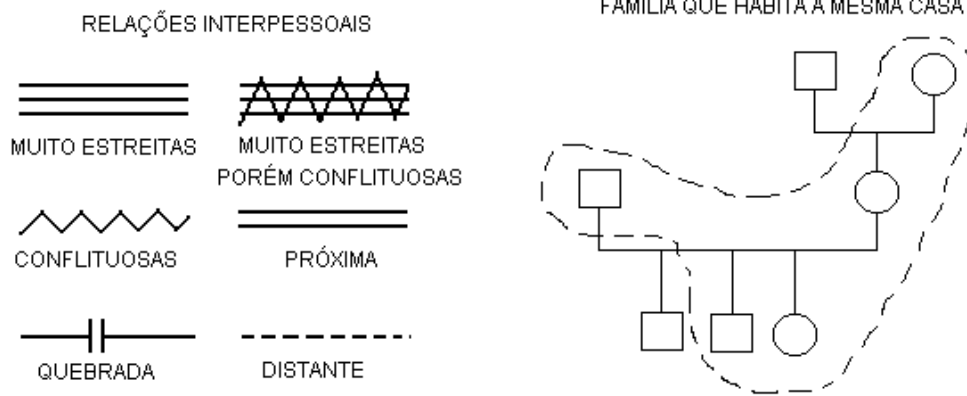
ANEXO C – Genograma



LEGENDA



LEGENDA



FONTE: http://chato.cl/blog/2001/01/genograma_arbol_genealogico.html